



PDI
PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2025-2029

INSTITUTO PLENITUDE EDUCAÇÃO
(IPLINI)

São Paulo - SP

2025

Sumário

| | | |
|--------|---|----|
| 1. | DIMENSÃO INSTITUCIONAL | 5 |
| 2. | PERFIL INSTITUCIONAL | 6 |
| 2.1. | <i>Histórico Institucional</i> | 6 |
| 2.2. | <i>Inserção Regional: Sede</i> | 6 |
| 2.3. | <i>Inserção Regional: Polos de Apoio Presencial</i> | 9 |
| 2.4. | <i>Relação entre as Demandas Regionais e a Implantação do Instituto Plenitude Educação</i> 9 | |
| 3. | EIXO: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL | 13 |
| 3.1. | <i>Avaliação Institucional</i> | 14 |
| 3.1.1. | <i>Auto-avaliação institucional: participação da comunidade acadêmica</i> | 16 |
| 3.1.2. | <i>Instrumentos utilizados na Auto-avaliação institucional</i> | 17 |
| 3.1.3. | <i>Análise e Divulgação dos resultados</i> | 18 |
| 4. | EIXO: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL | 19 |
| 4.1. | <i>Missão Institucional</i> | 20 |
| 4.1.1. | <i>Visão</i> | 20 |
| 4.1.2. | <i>Valores</i> | 20 |
| 4.1.3. | <i>Objetivos</i> | 20 |
| 4.1.4. | <i>Metas Gerais da Instituição</i> | 21 |
| 4.1.5. | <i>Metas Específicas da Instituição</i> | 23 |
| 4.1.6. | <i>Metas Institucionais para a EAD</i> | 25 |
| 4.1.7. | <i>Cronograma de Implantação de Cursos pelo Instituto Plenitude Educação - IPLENI</i> | 28 |
| 4.2. | <i>Projeto Político Institucional do IPLENI</i> | 32 |
| 4.2.1. | <i>Concepção e Perfil do IPLENI</i> | 33 |
| 4.2.2. | <i>Plano Didático-Acadêmico do IPLENI</i> | 35 |
| 4.2.3. | <i>Planejamento Didático Pedagógico do IPLENI: Os Projetos Pedagógicos</i> | 36 |
| 4.2.4. | <i>Parâmetros para Seleção de Conteúdos, Elaboração e Atualização de Currículos</i> .39 | |
| 4.3. | <i>Planejamento Didático-Instrucional e Políticas de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação</i> | 41 |
| 4.3.1. | <i>Metodologias e Práticas Inovadoras</i> | 43 |
| 4.3.2. | <i>FLIPPED CLASSROOM – As Aulas Invertidas</i> | 47 |
| 4.4. | <i>Flexibilidade dos Componentes Curriculares</i> | 51 |
| 4.4.1. | <i>Oportunidades Diferenciadas de Integralização Curricular</i> | 53 |
| 4.4.2. | <i>Perfil do Egresso</i> | 54 |
| 4.4.3. | <i>Atividades Práticas de Estágio</i> | 55 |
| 4.4.4. | <i>Práticas Interdisciplinares– PI (Bacharelados e Tecnológicos)e Pesquisa e Prática Pedagógica (Licenciaturas)</i> | 57 |
| 4.4.5. | <i>Atividades Complementares (Atividades de Complementação Profissional) e Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento</i> | 58 |
| 4.4.6. | <i>TCC – Trabalho de Conclusão de Curso</i> | 61 |
| 4.4.7. | <i>Recursos e Avanços Tecnológicos na Oferta Educacional</i> | 62 |
| 4.4.8. | <i>Sistema de Avaliação do Ensino-Aprendizagem</i> | 63 |
| 4.4.9. | <i>Aproveitamento de Estudos e de Competências Desenvolvidas no Trabalho</i> | 65 |
| 4.5. | <i>Política e Práticas de Pesquisa ou Iniciação Científica, de Inovação Tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural</i> | 68 |

| | | |
|--------|--|------------|
| 4.5.1. | Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica | 70 |
| 4.5.2. | Divulgação dos Trabalhos Acadêmicos e de Iniciação Científica à Comunidade... 71 | |
| 4.6. | Políticas Institucionais voltadas à Valorização da Diversidade, do Meio Ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural, e Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial | 72 |
| 4.6.1. | Políticas voltadas à Diversidade..... | 73 |
| 4.6.2. | Políticas Institucionais de Educação Ambiental e Sustentabilidade..... | 76 |
| 4.6.3. | Políticas Institucionais de Promoção dos Direitos Humanos, Inclusão Social e Igualdade Étnico - Racial | 77 |
| 4.6.4. | Políticas Institucionais de valorização do Patrimônio Cultural, da Produção Artística e da Memória Cultural | 79 |
| 4.6.5. | Núcleo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade | 83 |
| 4.7. | Políticas Institucionais voltadas ao Desenvolvimento Econômico e à responsabilidade social..... | 83 |
| 4.7.1. | Do Desenvolvimento Socioeconômico a partir dos Polos de Apoio Presencial | 85 |
| 4.7.2. | Do Empreendedorismo..... | 91 |
| 4.7.3. | Da Inovação..... | 93 |
| 4.7.4. | Política Institucional para a Modalidade EaD..... | 94 |
| 4.7.5. | Estudo para Implantação de Polos EaD..... | 98 |
| 5. | EIXO: POLÍTICAS ACADÊMICAS | 100 |
| 5.1. | Políticas de ensino e Ações Acadêmico-Administrativas para os Cursos de Graduação..... | 100 |
| 5.1.1. | Políticas de Nivelamento | 103 |
| 5.1.2. | Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para a Pesquisa ou Iniciação Científica, a Inovação Tecnológica e o Desenvolvimento Artístico e Cultural | 105 |
| 5.1.3. | Políticas Institucionais de Iniciação Científica, Inovação Tecnológica e Desenvolvimento Artístico Cultural no âmbito dos cursos de graduação..... | 106 |
| 5.1.4. | Bolsas de Iniciação Científica..... | 107 |
| 5.1.5. | Políticas de Pós-Graduação..... | 108 |
| 5.1.6. | Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão..... | 111 |
| 5.1.7. | Indissociabilidade das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão | 113 |
| 5.1.8. | Fomento e Bolsas de Extensão | 114 |
| 5.2. | Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente..... | 115 |
| 5.2.1. | Política Institucional de Acompanhamento dos Egressos | 117 |
| 5.3. | Comunicação da IES com a Comunidade Externa | 119 |
| 5.3.1. | Comunicação da IES com a Comunidade Interna..... | 121 |
| 5.4. | Política de Atendimento ao Discente..... | 123 |
| 5.5. | Ouvidoria..... | 124 |
| 5.6. | Apoio Psicopedagógico | 125 |
| 5.7. | Programa de Integração Estudantil e Nivelamento | 129 |
| 5.7.1. | Programa de Nivelamento | 130 |
| 5.7.2. | Estágio e Carreira | 133 |
| 5.7.3. | Programa de Apoio Financeiro e Monitoria | 134 |
| 5.8. | Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos..... | 136 |
| 6. | POLÍTICAS DE GESTÃO..... | 137 |

| | | |
|--------|--|------------|
| 6.1.1. | Política de capacitação docente e formação continuada..... | 137 |
| 6.1.2. | Composição do Corpo Docente..... | 138 |
| 6.1.3. | Critérios de Seleção e Contratação do Corpo Docente..... | 139 |
| 6.1.4. | Requisitos de Titulação e Experiência Profissional..... | 140 |
| 6.1.5. | Procedimentos para a Substituição dos Professores..... | 141 |
| 6.1.6. | Requisitos de Titulação e Experiência Profissional Formas de Acompanhamento e Avaliação do Planejamento e Execução do Trabalho Docente..... | 142 |
| 6.1.7. | Requisitos de Titulação e Experiência Profissional Plano de Expansão do Corpo Docente..... | 143 |
| 6.2. | Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo..... | 144 |
| 6.2.1. | Corpo Técnico Administrativo do IPLENI: Colaboradores..... | 147 |
| 6.2.2. | Corpo Técnico Administrativo do IPLENI: Critérios de Seleção e Contratação.... | 148 |
| 6.2.3. | Corpo Técnico Administrativo do IPLENI: Cronograma de Expansão..... | 149 |
| 6.3. | Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância..... | 151 |
| 6.4. | Processo de Gestão Institucional..... | 152 |
| 6.5. | Sistema de Controle de Produção e Distribuição de Material Didático..... | 154 |
| 6.6. | Sustentabilidade Financeira: Relação com o Desenvolvimento Institucional..... | 155 |
| 6.7. | Sustentabilidade Financeira: Participação da Comunidade Interna..... | 156 |
| 6.8. | Plano de Investimentos..... | 157 |
| 6.9. | Previsão Orçamentária..... | 158 |
| 7. | INFRAESTRUTURA..... | 160 |
| 7.1. | Instalações Administrativas..... | 160 |
| 7.2. | Salas de Aula..... | 161 |
| 7.3. | Auditório..... | 161 |
| 7.4. | Sala de Professores..... | 161 |
| 7.5. | Espaços para Atendimento aos Discentes..... | 161 |
| 7.6. | Espaços de Convivência e Alimentação..... | 162 |
| 7.7. | Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física..... | 162 |
| 7.8. | Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA..... | 163 |
| 7.9. | Biblioteca: Infraestrutura..... | 163 |
| 7.10. | Biblioteca: Plano de Atualização do Acervo..... | 164 |
| 7.11. | Salas de Apoio de Informática ou Estrutura Equivalente..... | 165 |
| 7.12. | Instalações Sanitárias..... | 165 |
| 7.13. | Estrutura dos Polos EaD..... | 166 |
| 7.14. | Infraestrutura Tecnológica..... | 168 |
| 7.15. | Infraestrutura de Execução e Suporte..... | 169 |
| 7.16. | Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos..... | 171 |
| 7.17. | Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação..... | 172 |
| 7.18. | Ambiente Virtual de Aprendizagem-AVA..... | 175 |
| 8. | TÓPICOS ADICIONAIS DO PDI..... | 176 |
| 8.1. | Formas de Acesso, Matrícula e Transferência..... | 177 |

1. DIMENSÃO INSTITUCIONAL

MANTENEDORA:

Nome: PLENITUDE EDUCAÇÃO - LTDA

CNPJ: 21.809.948/0001-62

Endereço: Rua Peixoto Gomide 282

Bairro: Jd. Paulista Cidade: São Paulo CEP: 01409-000 UF: SP

Fone: (11) 94804-8070

E-mail: marcial.chaves@plenitudeeducacao.com.br

Espécie Societária: Instituição com fins lucrativos

Dirigente Principal da Mantenedora: Renato Augusto da Silva Santos

MANTIDA:

Nome: Instituto Plenitude Educação

CNPJ: 21.809.948/0001-62

Endereço: Rua Peixoto Gomide 282

Bairro: Jd. Paulista Cidade: São Paulo CEP: 01409-000 UF: SP

Fone: (11) 94804-8070

E-mail: marcial.chaves@plenitudeeducacao.com.br

2. PERFIL INSTITUCIONAL

2.1. Histórico Institucional

Em verdade, o planejamento da IES iniciou com amplo estudo de mercado e a escolha pelas áreas de conhecimento que trariam mais contribuições no que tange ao Ensino Superior.

Assim, a partir de reuniões com educadores, consultores e gestores, criou-se o órgão colegiado maior da IES, o CONSUP – Conselho Superior que passo a passo foi delineando o projeto de constituição do IPLENI até eclodir neste documento que agora é finalizado e disponibilizado não apenas ao Ministério da Educação – MEC, mas a toda a comunidade brasileira que direta ou indiretamente contribuirá permanentemente para a realização do sonho dos mantenedores em auxiliar permanentemente na constituição de uma sociedade mais justa e que lhe tem como razão da sua própria existência como a democratização da educação.

Desse modo, a história do IPLENI estará, doravante, ligada à história de seus mantenedores, bem como de todos os outros sujeitos/atores que direta ou indiretamente participaram da constituição do PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional da IES, visando, a priori, mudar positivamente o futuro de milhares de cidadãos e de toda a sua região de inserção, comprovando que só é possível alcançar o bem comum e o pleno desenvolvimento a partir da Educação da defesa do direito de todos a mesma.

2.2. Inserção Regional: Sede

O Instituto Plenitude Educação está inserido na Grande São Paulo, a maior e mais importante região metropolitana do Brasil e a terceira maior área urbana do mundo, com 21.5189.55 habitantes distribuídos em 38 municípios em intenso processo de conurbação. De acordo com dados do IBGE, a região metropolitana de São Paulo é o maior polo de riqueza nacional. A renda per capita atinge cerca de US\$ 12.000. A metrópole concentra a maioria das sedes brasileiras dos mais importantes complexos industriais, comerciais e

principalmente financeiros, que controlam as atividades econômicas no País. Esses fenômenos fizeram surgir e condensar na região metropolitana uma série de serviços sofisticados, definidos pela íntima dependência da circulação e transporte de informações: planejamento, publicidade, marketing, seguro, finanças e Consultorias, entre outros. A região exibe um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 416,5 bilhões, o que representa 57,3% do PIB paulista. É, ainda, região de peso na economia nacional, particularmente, nos setores secundário e terciário. A área de serviços da região metropolitana de São Paulo é a mais desenvolvida do país.

O Instituto Plenitude Educação tem como microrregião de atuação a Zona Sul da cidade. Mas considerando a configuração de transportes públicos e da malha urbana e viária da cidade de São Paulo, atende não só a demanda de sua área de abrangência direta, como amplia a sua atuação à microrregião constituída pela grande São Paulo e até mesmo outros municípios da região metropolitana.

O município de São Paulo está dividido em quatro regiões com a população total de 11.451.245 e Índice de Desenvolvimento Humano-IDH igual a 18, segundo dados da Fundação SPRESENCIALE. Já a chamada Grande São Paulo é composta de 38 municípios, inclusive o de São Paulo, como é possível observar na figura 1.1. Portanto, este cenário caracteriza a área de abrangência do Instituto Plenitude Educação.



FIGURA 1.1 – MAPA DA GRANDE SÃO PAULO. FONTE: SPRESENCIALE

O Estado de São Paulo em 2021, segundo o IBGE, tinha uma população de 46,6 milhões de habitantes, dos quais 22,04 milhões habitavam a Região da Grande São Paulo e 12.396.372 residiam no município de São Paulo. Dados do SPRESENCIALE daquele ano apontam ainda que o rendimento médio dos responsáveis pelos domicílios do município de São Paulo era de R\$1.479,69. A área abrigava 3.343.403 trabalhadores formais alocados no comércio (79.247), empresas de serviços (85.645) e indústrias (26.036) e em outros tipos de estabelecimentos, contabilizando um total de 1.909.28 empresas. O grau de urbanização do município era de 92,46%, com taxa de mortalidade infantil de 13,96 e taxa de natalidade de 17,22, superior a do estado. A renda domiciliar per capita no município era de 4,03 salários mínimos, enquanto a média do Estado não chegava a 3 salários mínimos. A taxa de analfabetismo da população com 15 anos e/ou mais do município era de 4,89%, abaixo da média estadual.

Esses índices do município de São Paulo retratam o alto grau de desenvolvimento da região. As condições sociais, econômicas e demográficas da cidade são indicadores positivos para a existência de uma instituição de ensino como o Instituto Plenitude Educação e todos os potenciais programas e cursos ofertados por ela. A formação de profissionais competentes, versáteis, éticos e socialmente comprometidos é extremamente bem vinda em São Paulo, a maior cidade do país e, portanto, extremamente marcada pelas vantagens e desafios que se apresentam para as grandes metrópoles brasileiras e mundiais.

O Jardim Paulista é atendido por linhas de Metrô de São Paulo que se interligam na estações próximas, localizadas na Av. Paulista. A região possui 4 universidades/centros universitários e 8 faculdades, 26 escolas de ensino fundamental municipais, 50 escolas estaduais e 65 escolas particulares. As de ensino médio somam 20 escolas estaduais e 41 particulares. A estrutura de cultura e de lazer conta ainda com 5 bibliotecas, 7 casas de cultura e o Museu de Arte de São Paulo (MASP). Jardim Paulista já foi a maior região vinculada aos barões do café, e, hoje em dia, é considerado o segundo maior polo comercial e de serviços da cidade. Abriga alguns shoppings de alto fluxo, como o Shopping Cidade de São Paulo, cujo fluxo diário é de 80 mil pessoas. Outros shoppings como Shopping center 3, Top Center Shopping também marcam o distrito.

Esses índices do município de São Paulo e da região onde a instituição está

inserida retratam seu alto grau de desenvolvimento. As condições sociais, econômicas e demográficas da cidade são indicadores positivos para a existência de uma instituição de ensino como o Instituto Plenitude Educação e os programas e cursos ofertados por ela. A formação de profissionais competentes, versáteis, éticos e socialmente comprometidos é extremamente bem vinda em São Paulo, a maior cidade do país e, portanto, extremamente marcada pelas vantagens e desafios que se apresentam para as grandes metrópoles brasileiras e mundiais.

2.3. Inserção Regional: Polos de Apoio Presencial

Para o quinquênio 2025-2029 o IPLENI tem como meta a constituição de, no mínimo, 50 polos de apoio presencial espalhados por todo o Brasil. Tal foco se dá em face da expansão do ensino superior de forma democrática.

Assim, de forma escalonada, a IES iniciará a constituição dos seus polos a partir da sua sede e, gradativamente, instalando-se em outras cidades do estado de São Paulo para então partir para outros Estados do Brasil.

Após a efetivação dessa projeção inicial, a IES iniciará então a constituição de novos polos em outros estados do país.

Vale destacar que a projeção dos polos iniciais deu-se por meio de estudo de mercado configurado pela mantenedora da Faculdade.

A descrição dos polos a serem instalados pelo IPLENI será demonstrada no decorrer deste projeto em outros capítulos que tratam do assunto.

2.4. Relação entre as Demandas Regionais e a Implantação do Instituto

Plenitude Educação

Na configuração do seu plano de implantação, os idealizadores e envolvidos na constituição do IPLENI, consideraram todos os dados e conhecimentos acerca da realidade regional e brasileira.

Nesse sentido, a IES se insere na cidade de São Paulo e nos polos que vir a autorizar, sob uma perspectiva que tem como foco três conceitos básicos:

- ⇒ O IPLENI como meio de capacitação técnica e treinamento de profissionais para instituições, empresas e órgãos;
- ⇒ O IPLENI como patrimônio público na medida em que desempenhará funções de caráter político e ético na formação de cidadãos;
- ⇒ O IPLENI como meio para o desenvolvimento econômico, cultural e socioambiental.

No que diz respeito ao primeiro conceito há que se considerar que a crise econômica que a princípio poderia ser um elemento para a desistência na constituição de oferta de novas IES, traz para o IPLENI a missão de contribuir para a melhoria do crescimento econômico brasileiro a partir da sua região de inserção da sede e dos seus polos de EaD, haja vista a qualificação profissional e o aumento dos anos de estudo serem primordiais para essa mudança.

Deve-se destacar também que a cidade de São Paulo obteve crescimento na última década, o que trouxe também a necessidade de qualificação dos profissionais necessários a gama de empresas criadas e que têm sofrido com a falta de capacitação profissional dos trabalhadores da região. Os dados regionais e as vagas disponibilizadas para as mais variadas áreas da força de trabalho demonstram que, mesmo com o grande número de Instituições de Ensino Superior criadas na região nas últimas décadas, o problema da falta de capacitação profissional ainda não foi suplantado.

Dessa forma, o IPLENI tem em sua gênese o caráter de não se constituir apenas como

mais uma IES implantada no Sudeste brasileiro, mas como uma Faculdade que tem consciência plena de que as empresas e instituições públicas e privadas do Brasil necessitam de uma educação superior que realmente cumpra o seu papel qualitativo de formar profissionais com competências e habilidades necessárias e eficazes para o mercado de trabalho. Nesse viés, além de considerar os dados estatísticos da demanda das empresas da região e inserção e dos polos de apoio presencial por determinados profissionais e a perspectiva de formar empreendedores e inovadores com consciência acerca da sustentabilidade em todos os seus aspectos, a continuidade do trabalho de expansão da IES dar-se-á a partir da junção dos atores acadêmicos e os agentes do mercado de trabalho, numa concepção de agenda que realmente seja voltada ao atendimento das suas demandas por mão de obra qualificada e não apenas “formada”.

No que diz respeito ao segundo conceito norteador, há que se considerar que os dados sócio-estatísticos que foram apontados neste capítulo demonstram que há a necessidade de estabelecimento de novas IES com perspectivas acerca de uma formação ético-política que constitua cidadãos conscientes de seu real papel frente aos anseios sociais. Afinal, só dessa maneira, como já apontamos citamos, será possível inserir socialmente aqueles que vivem a margem da sociedade. Ou seja, trata-se de uma singularidade da IES a expectativa de que tais problemas não pertencem e não terão solução única e exclusivamente na vontade e nos anseios das instâncias públicas, mas no movimento de uma nova sociedade frente aos problemas da vida moderna que gerou uma gama de contextos de desigualdade social, aliás, diga-se de passagem, o Brasil se constitui em um contexto que necessita de tais perspectivas e cidadãos, um cenário que só é passível de mudança a partir da educação em todos os níveis.

No que diz respeito ao terceiro conceito norteador, há que se convir a necessária preservação da cultura e do patrimônio cultural, riquezas que só se preservam mediante a valorização destas em todos os níveis educacionais e o IPLENI tem plena consciência de seu papel no que diz respeito a formar indivíduos capazes de intervir positivamente na preservação da sua própria cultura e patrimônio. Além disso, por se tratar de uma IES que está se credenciando nas modalidades presencial e EaD, a sua sede e os vários polos de apoio presencial serão agentes de transformação e de preservação das histórias e culturas locais.

Trata-se da relevância do conhecimento do IPLENI acerca da sua realidade de inserção e das perspectivas socioeconômicas regionais em sua sede e polos, o que faz com que a IES tenha como norte uma formação integral do indivíduo, capacitando-o a realizar as funções determinadas ao desenvolvimento regional em que a IES de maneira direta ou indireta se instalar, sob o âmbito de formar o homem como um **ser social e histórico-social** no sentido de que o sujeito tenha consciência de sua relação com o outro e de sua responsabilidade sobre a construção da sociedade em que se insere. Já no sentido de ser histórico, trata-se de um indivíduo consciente de seu papel na transformação da sua região, da sua história e de *outrem*.

Assim, o IPLENI tem plena consciência de que se faz necessária, haja vista ela buscar formar um sujeito cidadão no sentido estrito e auxiliar no desenvolvimento socioeconômico e ambiental, o que requer constituir uma identidade do egresso que se estabelece a partir do percurso formativo de uma profissão/área escolhida e de uma mudança de paradigma social centrado na corresponsabilidade. Essa prática identitária, ao se estabelecer com as perspectivas da cidadania e do construto social, constitui-se também no âmbito das expectativas mercadológicas, haja vista a IES ter como norte a ideia de que a sociedade contemporânea é produzida a partir da indissociabilidade entre as suas perspectivas constituintes: economia, política, mercado de trabalho, comunicação, interação etc.

Logo, a IES, a partir do diálogo constante com o mercado de trabalho e as demandas econômicas e socioambientais, procurará estabelecer práticas de construção de conhecimentos centradas em formar um profissional que seja um valor para as instituições que necessitam de suas competências e habilidades, e não apenas um sujeito capaz de executar uma determinada tarefa.

Todos esses valores estarão centrados em um tripé educacional, em maior ou menor grau no que diz respeito a cada um dos elementos, que se estabelece como o norte educacional do IPLENI:

EMPREENDEDORISMO=INOVAÇÃO=SUSTENTABILIDADE

Esses elementos/expectativas estarão inter-relacionados ao que prevê e é estabelecido pela UNESCO como uma educação para o século XXI:

- ⇒ Aprender a Conhecer
- ⇒ Aprender a Fazer
- ⇒ Aprender a viver com os outros
- ⇒ Aprender a ser

Empreender no sentido de que o sujeito é capaz de ter autonomia e proatividade na constituição de oportunidades para si e em prol de outrem.

Inovação no sentido de que a busca pela melhoria da qualidade de vida e das respostas à sociedade devem ser objetivos constantes e sempre presentes na profissão e na vida social.

Sustentabilidade no sentido de que todo o indivíduo deve ter consciência de seu papel frente ao mundo e a outrem no que tange ao desenvolvimento em consonância com a busca da diminuição do impacto causado por nós sobre o mundo e a busca de uma sociedade igualitária em termos de oportunidades.

3. EIXO: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Constituída como a principal ferramenta para o planejamento e a gestão da IES, a avaliação institucional é estabelecida neste projeto como o âmago de todas as ações sistemáticas e pontuais do IPLENI.

Apesar de serem variadas e múltiplas as concepções e interpretações sobre o fenômeno

avaliativo, na IES tem-se a perspectiva que a avaliação institucional consiste na obtenção de informações válidas, precisas e fidedignas sobre a realidade ou a atividade institucional na oferta de Ensino Superior, permitindo, assim, sua valoração e posterior tomada de decisão. Ela comporta, portanto, três grandes momentos: o primeiro momento de pesquisa que busca informações de qualidade necessárias e aquelas que atualmente fazem parte da realidade institucional, o segundo momento de julgamento que leva a uma tomada de decisão sobre a ação ou sobre o planejamento da IES e o terceiro momento que se refere ao uso dessa decisão no sentido de melhoria do processo avaliado e que caracteriza o aspecto social da avaliação.

3.1. Avaliação Institucional

O IPLENI tem plena consciência de que o planejamento e a avaliação institucional são ferramentas essenciais para a gestão da IES. Desse modo, fazem-se ações e atividades diversas visando constituir uma expectativa em 360° do modo de funcionamento “real” para se mensurar a perspectiva “ideal” objetivada pela IES. Nesse modo, se constituem como instrumentos os seguintes aspectos e ferramentas no IPLENI:

a) Relatórios de avaliação Externa do INEP

PROCEDIMENTOS

I – Ainda antes das atividades pós-credenciamento da IES, o Conselho Superior se reunirá e, a partir das fragilidades apontadas nos relatórios de avaliação externa (institucional e de cursos), serão traçadas metas de modo a suplanta-las melhorar as condições de oferta da IES.

II – Os coordenadores dos cursos de graduação utilizarão os relatórios de avaliação do INEP como ferramenta de gestão dos seus cursos, visando melhorar a qualidade dos mesmos a partir dos apontamentos nos relatórios.

b) Planejamento Institucional

I – Mesmo de posse deste PDI, após o início das atividades pós-credenciamento, será constituído novo planejamento institucional visando suplantar fragilidades e manutenção das potencialidades inferidas tanto em avaliações externas, quanto internas.

II – O Consup e demais órgãos colegiados da IES e dos cursos se reunirão sistematicamente visando emanar dados que sirvam para o planejamento anual da IES.

c) Auto-avaliação Institucional

I – Na primeira fase de implantação do Projeto de Auto-avaliação Institucional será constituída uma fase de sensibilização de toda a comunidade acadêmica no que concerne ao significado e atribuições da CPA- Comissão Própria de Avaliação, bem como da importância da participação maciça de todos para a gestão da IES.

II – Na segunda fase serão escolhidos ou eleitos os membros da CPA que deverão ter ampla representatividade: alunos, professores, funcionários e comunidade externa.

III – Na terceira fase do processo será aplicado questionário de modo que possa ser avaliada em 360º a IES.

IV – Na quarta fase do processo serão tabulados os dados, bem como selecionados por setores de modo que se possa, a posteriori, dar o respectivo feedback a cada um deles.

V – Na quinta fase, serão divulgados os dados reais da CPA à toda a comunidade acadêmica.

VI – Na sexta fase, a CPA envia os dados e sugestões a cada um dos setores avaliados.

VII- A sétima fase é o acompanhamento das ações advindas em razão da auto-avaliação, haja vista não ter sentido um processo desse tipo se não houver o acompanhamento sistemático da evolução do processo.

3.1.1. Auto-avaliação institucional: participação da comunidade acadêmica

Conforme pode ser verificado na seção anterior, a auto-avaliação institucional do IPLENI prevê a constituição de um processo em 360°. Para tal, faz-se necessário que se tenha uma configuração do órgão com ampla representatividade da comunidade acadêmica, a saber:

=> Docentes e Tutores: Os docentes e tutores avaliarão a IES e serão avaliados por alunos e por si próprios. O regimento da CPA prevê a participação mínima de 2 docentes no órgão, sendo um docente e um tutor.

=> Discentes: Os alunos avaliarão a IES, a si próprios e os docentes que fazem parte da sua formação no curso escolhido. O regimento da CPA prevê a participação mínima de 2 discentes no órgão.

=> Corpo Técnico Administrativo: O corpo técnico administrativo avalia a IES e a si próprios. Há previsão de participação mínima de 1 técnico administrativo no órgão.

=> Gestão da IES: O corpo de gestores da IES avalia a IES, a si próprios e é avaliado por alunos, docentes e corpo técnico administrativo. Há a previsão de participação mínima de 01 gestor no órgão.

=> Mantenedora da IES: A IES considera imprescindível a participação de um representante da mantenedora na CPA, haja vista poder intervir e entender de

maneira mais plena as necessidades da instituição no que concerne à avaliação.

3.1.2. Instrumentos utilizados na Auto-avaliação institucional

Primeiramente, há que considerar a filosofia da IES no que concerne a função da avaliação: a instrumentalidade para a gestão de todos os setores que compõem a instituição.

Nesse mote, uma única avaliação 360º não dará conta de se estabelecer uma gestão plena dos resultados. Assim, a CPA e a IES utilizarão instrumentos diversos para a auto-avaliação, a saber:

- a) Questionário: abrange todos os setores e necessidades institucionais aplicado uma vez ao ano de maneira maciça na IES.
- b) Caixa de sugestões: disponibilizada a todos os setores da IES e disponível também à alunos, professores e comunidade civil organizada, pois a IES disponibilizará uma caixa em centros comunitários ou semelhante.
- c) Ouvidoria: enviando dados gerais a CPA, de modo que se possa intervir e sugerir ações antecipadas para a resolução de problemas diversos na IES, bem como avaliar determinados setores a partir dos chamamentos na ouvidoria.
- d) Relatórios das Coordenações de Curso: deve ser sistematizado na IES o planejamento e expectativas sistemáticas de composição de relatórios avaliativos nos cursos de graduação e pós-graduação. Nesse viés, a CPA receberá dados diversos podendo utiliza-los como ferramentas que viabilizem uma gestão mais participativa e ampla na IES.

Desse modo, pode-se concluir que a Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IPLENI tem como objetivo geral redimensionar metodologias, avaliar propostas e diretrizes, bem como

registrar deficiências procurando aperfeiçoar o processo acadêmico e a qualidade dos serviços prestados à comunidade, repassando à todos os órgãos que compõem a IES os resultados e sugestões de melhoria apresentados no processo avaliativo.

Dentro deste processo, os projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pósgraduação são também ferramentas imprescindíveis de gestão e, portanto, também são avaliados, assim como o perfil da instituição identificando o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais além de aspectos gerais como, por exemplo, desempenho do corpo docente e do corpo discente do curso, dentre outras questões relevantes para a aferição.

Esse tipo de avaliação requer a participação de todos, pois se entende que para o desenvolvimento do curso e o bom andamento da Instituição, precisamos da integração da comunidade acadêmica, atuando harmonicamente para a consecução de nossos objetivos. O resultado da avaliação institucional é subsídio para a Coordenação de curso traçar suas estratégias de curto e longo prazo para a Instituição.

As coordenações de curso em conjunto com o colegiado de curso e NDE promoverá reuniões de planejamento, acompanhamento e avaliação do curso durante o semestre, bem como reuniões com seu corpo docente, inclusive com participação do corpo discente para avaliar o curso e seu projeto pedagógico adequando-o às mudanças sociais e da profissão, no sentido de adequar sempre as unidades curriculares, os programas de disciplinas, as atividades práticas e a metodologia de ensino do curso, para propiciar ao aluno a formação necessária ao seu mercado de trabalho.

É preciso ressaltar também que os resultados e relatórios das avaliações externas INEP e ENADE também farão parte dos insumos que irão contribuir para o contexto da avaliação e plano de melhorias da CPA. Esses resultados serão analisados, mensurados, logo constituirão um relatório que deve ser discutido com Direção da IES.

3.1.3. Análise e Divulgação dos resultados

Conforme explicitado nas seções anteriores, de posse dos resultados das mais variadas formas de constituição de dados acerca da IES, a CPA tabulará e irá divulgar os resultados das avaliações.

Porém, tem-se claro que tal expectativa prevê três fases bem claras e interligadas:

- a) Em um primeiro momento são divulgados os dados quantitativos dos questionários aplicados pela CPA;
- b) Em um segundo momento são divulgadas análises da CPA acerca dos dados adquiridos nas avaliações para todos os segmentos acadêmicos.
- c) Em um terceiro momento, a CPA deverá se reunir com cada um dos órgãos envolvidos no processo, de modo que os resultados advindos das avaliações e as análises dos resultados não se configurem apenas como um *feedback* da Comissão Própria de Avaliação, mas que exista um vínculo de apropriação de tais dados pelos envolvidos no processo. A título de exemplo, podemos citar que em casos de problemas de infraestrutura, a Diretoria Administrativa da IES incorpore os dados de modo que eles se tornem um norte em sua gestão e, portanto, a CPA tem seu papel preponderante de acompanhar esse processo pós divulgação de resultados.
- d) Uma vez divulgado entre os envolvidos no processo, entende-se, dentre eles, gestores curso e departamento da IES, os mesmos devem promover reuniões para apresentar os resultados e plano de melhorias para cada curso ou setor.
- e) A CPA irá integrar em suas atividades, a de acompanhamento, tomando feedback dos gestores acerca do andamento das ações.

4. EIXO: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

4.1. Missão Institucional

Ser uma ferramenta de transformação social e pessoal através da educação de excelência, oferecendo conhecimentos técnicos e práticos capazes de formar profissionais de destaque e de visão holística.

4.1.1. Visão

Ser uma das melhores referências educacionais em termos de Ensino Superior, centrada no desenvolvimento econômico e socioambiental.

4.1.2. Valores

- Aluno – Por que ele é a razão de ser do IPLENI
- Professor/tutor – Por que ele é o meio para efetivar a razão de ser do IPLENI.
- Educação – Por que temos a crença de que ela é fundamental para qualquer mudança positiva do país.
- Homem – Por que ele é constituído como ser social histórico é o nosso objetivo maior.
- Ética – Por que ela é a chave para a mudança das expectativas humanas e a constituição de uma sociedade realmente justa.
- Excelência – Por que ela é a nossa busca constante em tudo o que fazemos.
- Empreendedorismo – Por que é necessário empreender para se estabelecer profissionalmente.
- Inovação – Por que ela é a nossa busca constante no que tangere a nossa atividade fim.
- Sustentabilidade – Por que o desenvolvimento só é válido se for sustentável e centrado na responsabilidade social.

4.1.3. Objetivos

- I. Desenvolver conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos inter-relacionados com o ensino de qualidade nas áreas de conhecimento dos seus cursos;
- II. Estimular a iniciação científica, para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e divulgação da cultura, para entendimento do meio social que estamos inseridos;
- III. Formar profissionais competentes nas diferentes áreas do saber, em tempo e espaços diversos, aptos para serem inseridos e participarem no desenvolvimento da sociedade, e desenvolverem sua formação contínua;
- IV. Estimular o desenvolvimento da cultura e da sustentabilidade socioambiental;
- V. Proporcionar o desenvolvimento socioeconômico nas regiões de seus polos de apoio presencial;
- VI. Proporcionar o conhecimento crítico das problemáticas atuais, em especial as nacionais e regionais para, a partir dessa expectativa formativa, prestar serviços especializados à comunidade através de uma relação recíproca;
- VII. Promover a extensão universitária, aberta à participação comunitária, visando à difusão do desenvolvimento e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- VIII. Buscar a melhoria da Educação em todos os seus níveis;
- IX. Melhorar os índices de qualificação e empregabilidade a partir da qualificação em nível superior;
- X. Promover de maneira indissociável a tríade Ensino-Pesquisa-Extensão em consonância com o Empreendedorismo, a Inovação e a Sustentabilidade, anseios da sociedade moderna;
- XI. Contribuir para a expansão do acesso ao ensino superior a partir da oferta de cursos presenciais e EAD.

4.1.4. Metas Gerais da Instituição

Para consecução de seus objetivos, a seguir, são apresentadas metas globais do IPLENI que proporcionarão direcionamento em seus planejamentos estratégicos para o quinquênio 2025-2029.

Inserção do estudante do IPLENI em uma perspectiva plena de busca pela qualidade na educação e no mercado de trabalho.

- Prospecção da inovação no âmbito dos conteúdos e perspectivas formativas dos cursos presenciais e EAD.
- Fomento ao estudante de expectativas acerca da educação ambiental e da responsabilidade social fazendo dele um multiplicador.
- Preservação e multiplicação da cultura da região de inserção dos Polos de Apoio Presencial.
- Constituição de um ambiente acadêmico centrado na indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.
- Formação de egressos aptos a exercer as mais diversas profissões necessárias ao desenvolvimento regional de seus locais de origem e o crescimento humano.
- Estabelecimento de alunos, professores e tutores com visão crítica acerca de suas áreas de conhecimento.
- Preservação do patrimônio e a cultura a partir da divulgação e aproximação do IPLENI com a comunidade.
- Realização de estudos, pesquisas e investigações que expliquem e promovam contribuições ao desenvolvimento regional dos polos de apoio presencial, cultural e

social, bem como a valorização e respeito aos Direitos Humanos Fundamentais.

- Valorização dos recursos humanos e técnico-administrativos, de modo a incentivar o compromisso com a qualidade do ensino e com o próprio resultado do seu trabalho.
- Vínculo efetivo do estudante ao ambiente educacional, de maneira a melhorar o desempenho acadêmico e incentivar a cultura na Faculdade.
- Desenvolver continuamente métodos e tecnologias do ensino presencial e EAD.
- Manter o foco institucional na busca da qualidade e no alcance da excelência a partir de conceitos positivos junto ao MEC (IGC, CPC, CC, CI).
- Melhorar a qualificação do corpo docente, o corpo de tutores virtuais e presenciais e o corpo técnico-administrativo estimulando-os na busca constante do aperfeiçoamento e atualização de seus conhecimentos técnicos;
- Adequar, ampliar e melhorar sistematicamente as condições de infraestrutura e na ampliação de seus espaços e instalações, tanto na sede quanto nos polos, em especial no que concerne aos recursos tecnológicos e de comunicação.

4.1.5. Metas Específicas da Instituição

Em consonância com a missão, com os objetivos e metas gerais estabelecidas, o IPLENI estabeleceu metas específicas, que deverão ser implantadas durante a vigência deste PDI.

| METAS | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Supervisionar e acompanhar de forma sistêmica a implementação das metas, ações e implementações previstas neste PDI. | X | X | X | X | X |
| Estimular a capacitação e titulação de seus docentes, Tutores e corpo técnico administrativo, ofertando cursos de qualificação, como também bolsas de graduação e pós-graduações na IES e/ou a partir de convênios interinstitucionais. | | X | X | X | X |
| Constituir projetos sistemáticos e sazonais de Extensão e Iniciação Científica | | X | X | X | X |
| Constituir projetos de pós-graduação | | X | X | X | X |
| Constituir projetos de novos cursos a serem implantados | | | X | | |
| Analisar, discutir e providenciar mudanças necessárias para atualização didático-pedagógica dos cursos | | X | X | X | X |
| Constituir perspectivas efetivas de acessibilidade atitudinal e pedagógica | X | X | X | X | X |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Constituir um órgão responsável pela tecnologia e inovação pedagógica e dar a ele condições de efetivar o seu pleito (Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica) | X | | | | |
| Incentivar e promover a Responsabilidade Socioambiental | | X | | | |
| Constituir e efetivar a CPA | | X | | | |
| Constituir um programa de educação ambiental e direitos humanos | X | X | | | |
| Valorizar a diversidade, a responsabilidade socioambiental e patrimônio cultural a partir de projetos de extensão e no âmbito dos currículos | | X | X | X | X |
| Firmar convênios com instituições presenciais para a constituição de polos de apoio presencial com infraestrutura diferenciada qualitativamente | | X | X | X | X |
| Aquisição de software acadêmico | X | | | | |
| Ampliação do número de salas e novos laboratórios para outros cursos planejados no PDI | | | X | | |

4.1.6. Metas Institucionais para a EAD

Em consonância com a missão, com os objetivos e metas gerais:

| METAS | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Produzir o Projeto de Gestão para EAD | X | | | | |
| Produzir estudo de mercado por meio da mantenedora do IPLENI de modo a definir os primeiros Polos de Apoio Presencial | X | X | | | |
| Constituir os Projetos Pedagógicos do Curso de graduação na modalidade EAD | X | | | | |
| Estabelecer um convênio com um sistema acadêmico de forma a determinar o material instrucional que iniciará a oferta educacional no âmbito EAD | X | | | | |
| Conceber um programa que incentive a produção autoral de material didático para os professores vinculados aos cursos de graduação EAD na IES | X | | | | |
| Supervisionar e acompanhar de forma sistêmica a implementação das metas, ações e implementações previstas neste PDI. | X | X | X | X | X |

| | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|
| Capacitar os seus tutores presenciais e EAD, a partir da oferta de cursos de tutoria e de pós-graduações voltadas ao uso de tecnologias para a educação. | X | X | X | X | X |
| Constituir projetos de Extensão para os polos EAD | | X | X | X | X |
| Constituir projetos de novos cursos a serem implantados | | | X | | |
| Constituir perspectivas efetivas de acessibilidade atitudinal e pedagógica no âmbito da EAD (site e AVA) | X | X | X | X | X |
| Constituir um órgão responsável pela tecnologia e inovação pedagógica | X | | | | |
| Atualização do Ambiente Virtual de Aprendizagem considerando novas ferramentas presentes no período | | | X | X | X |
| Inserir tutores no âmbito da avaliação institucional, bem como os polos de EaD | | X | | | |
| Constituir ações transversais a todos os cursos de modo que se executem os projetos de Responsabilidade Social no âmbito da Sede e dos Polos EaD | X | X | X | X | X |
| Adequação do AVA no âmbito da IES | X | X | X | X | X |

| | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|
| Inserir acessibilidade no que tange aos recursos de comunicação | X | | | | |
| Otimizar espaços no IPLENI em São Paulo para a oferta da Unidade Sede do IPLENI presencial e EAD | X | | | | |
| Construir o Núcleo/Coordenação de Educação a Distância | X | | | | |
| Estabelecer o vínculo entre o AVA e o Sistema Acadêmico da IES | X | X | | | |
| Melhoria na capacidade de Redes, Softwares e Internet, bem como a segurança no banco de dados | X | X | X | X | X |

4.1.7. Cronograma de Implantação de Cursos pelo Instituto Plenitude Educação - IPLENI

O IPLENI atuará inicialmente na área tecnológica de negócios a partir da vinculação do curso de Gestão Comercial presencial e à distância ao seu credenciamento institucional nas duas modalidades de ensino, mas no decorrer da implantação do PDI, novos cursos, na área de saúde, serão implementados.

CURSO IMPLANTADO NA FASE DE CREDENCIAMENTO PELO IPLENI

| CURSO | MODALIDADE | VAGAS |
|--|------------|-------|
| Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial | Presencial | 60 |
| Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial | EAD | 2000 |

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU OFERTADOS PELO IPLENI

| PÓS-GRADUAÇÕES |
|--|
| 1. Biohacking na Medicina |
| 2. Cirurgia Plástica Integrativa |
| 3. Comportamento Alimentar e Coaching Nutricional |
| 4. Crononutrição |
| 5. Dermatologia Integrativa |
| 6. Dermatologia, Cosmiatria e Cirurgias Dermatológicas |
| 7. Educação Infantil Montessori |
| 8. Emagrecimento e Obesidade: da Fisiopatologia ao Tratamento |
| 9. Endocrinologia Clínica |
| 10. Farmacologia Clínica Nutracêutica e Hormonal |
| 11. Farmacologia e Bioquímica Esportiva |
| 12. Fertilidade Integrativa |
| 13. Fitoterapia Integrativa |
| 14. Gastroenterologia Funcional e Nutrigenômica |
| 15. Gastronomia Funcional |
| 16. Genômica Nutricional na Prática Clínica |
| 17. Gestão de Negócios e Qualidade em Alimentação |
| 18. Ginecologia Integrativa |
| 19. Harmonização Facial e Procedimentos Estéticos |
| 20. Hipnose e Neurociências |
| 21. Homeopatia Clínica das Especialidades Médicas |
| 22. Homeopatia na Prática Clínica. |
| 23. Inclusão Escolar na Educação Básica com ênfase em TEA, TDAH e TOD |
| 24. Intervenção Precoce Comportamental Naturalista – Com Base no modelo precoce Denver |

| |
|---|
| 25. Medicina Ayurvédica |
| 26. Medicina Capilar Integrativa |
| 27. Medicina de Otimização de Saúde e Performance Mental |
| 28. Medicina de Precisão |
| 29. Medicina Esportiva |
| 30. Medicina Integrativa, Funcional e do Estilo de Vida |
| 31. Medicina Vascular Funcional |
| 32. Neurologia Integrativa |
| 33. Neuromarketing |
| 34. Neuropsicologia Clínica e Reabilitação Neuropsicológica |
| 35. Neuropsiconutrição |
| 36. Nutrição Clínica |
| 37. Nutrição Clínica em Gastroenterologia |
| 38. Nutrição Clínica Hospitalar |
| 39. Nutrição Clínica Integrativa Funcional |
| 40. Nutrição de Precisão: Genômica Nutricional na Prática Clínica |
| 41. Nutrição e Fertilidade Integrativa |
| 42. Nutrição e Medicina Vegetariana |
| 43. Nutrição em Autismo, SD, TDAH e Saúde Mental |
| 44. Nutrição Esportiva e Estética |
| 45. Nutrição Estética e Saúde da Mulher |
| 46. Nutrição Materno Infantil na Prática Clínica |
| 47. Nutrição Oncológica |
| 48. Nutrição Pediátrica e Escolar |
| 49. Nutrição, Psicologia, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia |
| 50. Nutrologia Esportiva |
| 51. Odontologia Biológica e Integrativa |
| 52. Oftalmologia |

| |
|---|
| 53. Ortopedia Biológica e Integrativa |
| 54. Otorrino Integrativa |
| 55. Pediatria Funcional |
| 56. Personal Trainer |
| 57. Programa de Especialização Médica em Oftalmologia |
| 58. Psicanálise Clínica |
| 59. Psicologia na Saúde Pública |
| 60. Psiquiatria nutricional e do estilo de vida |
| 61. Reprogramação Epigenética Eficiente |
| 62. Saúde Estética e Harmonização Facial |
| 63. Saúde Masculina - Visão Integrativa e Funcional |
| 64. Sexologia Clínica |
| 65. Terapia Alimentar Integrativa |
| 66. Terapia Nutricional por Chás |
| 67. Tricologia Clínica |

CURSOS A SEREM IMPLANTADOS NA VIGÊNCIA DESTE PDI PELO IPLENI

| CURSO | MODALIDADE | VAGAS |
|---|-------------------|--------------|
| Curso Bacharelado em Nutrição <i>(Pedido de autorização já protocolado junto ao MEC sob nº 202401948, cadastrado em 06/03/2024).</i> | Presencial | 150 |
| Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar | Presencial | 100 |
| Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar | EAD | 500 |
| Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia | Presencial | 100 |
| Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia | EAD | 500 |

4.2. Projeto Político Institucional do IPLENI

O projeto institucional do IPLENI busca a humanização do ser humano e da sociedade a qual pertence, visando a construção da qualidade de vida a partir da realidade regional, incluindo a sua sede e os polos de apoio presencial em todas as capitais do país e em cidades do interior em que se instalarão.

Em razão desta concepção e compromisso, a IES projeta suas políticas e planos de ação na direção da contextualidade, da função político-social que lhe cabe neste contexto e da contribuição que o ensino e a extensão trarão às instituições, ao sistema produtivo e à própria sociedade. Tais diretrizes e políticas visam também à modernização e à emancipação sociopolítica e cultural da comunidade da região de abrangência da Faculdade, ou seja, nessa expectativa, a interiorização como uma práxis de mudança de realidade para o Ensino Superior, haja vista, no caso específico do IPLENI que credenciou-se para a oferta presencial e EaD, tal princípio considera os polos de apoio presencial que se instalarão em grandes e pequenas localidades.

O projeto acadêmico do IPLENI inspira-se na dimensão histórica e no dinamismo da sociedade que lhe dá forma e conteúdo. Nesta perspectiva, o conhecimento desenvolvido através do ensino, da iniciação científica e da extensão cumprem a função de medição dentro e fora da Faculdade, como meios e instrumentos críticos, dinamizadores e fortalecedores dos indivíduos, instituições e segmentos sociais. A função acadêmico-pedagógica da IES, em cumprimento às suas funções específicas e em atenção ao seu projeto institucional é, portanto, a de intervir produtivamente na sociedade, de forma a potencializar sua capacidade criativa e gerar situações de superação em relação a estágios vigentes e à construção de cenários futuros necessários e desejáveis.

Assim, este Projeto para o quinquênio tem como norte a marca da participação da comunidade acadêmica e da integração de seus componentes, ou seja, não considerando o trabalho terminado; ao contrário, submetendo-o à avaliação permanente, sempre, com o desenvolvimento regional e global, com o aperfeiçoamento institucional, e coerente com os objetivos da IES.

O ensino, a pesquisa (iniciação científica) e a extensão são, portanto, as especificidades da Faculdade que funcionam como meio e instrumentos para cumprimento da finalidade social e pública.

Este Projeto Pedagógico Institucional direciona a Instituição para as seguintes funções político-sociais:

- a) Ser uma Instituição de Ensino Superior aglutinadora das agências sociopolíticas e econômicas, com vistas ao planejamento regional nas regiões de inserção em que a IES ofertará seus serviços.
- b) Tornar-se uma Instituição de Ensino Superior condutora do processo de desenvolvimento e de crescimento socioeconômico, em todos os setores nos quais desenvolvem seus programas.
- c) Exercer uma função crítico-científica da realidade, produzindo alternativas inteligentes e inovadoras.
- d) Promover a divulgação de seu trabalho e da produção como propostas para revitalização, orientação e promoção das instituições, organizações e comunidades em suas diversas áreas de atuação.

O desenvolvimento destas funções proporcionará à IPLENI a efetivação de seus fins e a garantia de que seu projeto institucional e pedagógico tenha relevância, tanto para o desenvolvimento acadêmico, científico e tecnológico, quanto para a promoção sociopolítica e cultural das comunidades que compõem a região de abrangência da Instituição em sua sede e seus polos de apoio presencial.

4.2.1. Concepção e Perfil do IPLENI

O IPLENI tem sua concepção baseada na realidade e nas potencialidades humana e social que a circundam. Esta concepção leva em consideração, tanto em seus fundamentos, quanto em suas propostas, a história espaço-temporal relativa à região onde a Instituição

está inserida, considerando nesse aspecto tanto a sua sede, quanto os seus polos de apoio presencial. Neste sentido, o conceito universal do Ensino Superior se reveste do constructo real e inerente à história e à cultura de várias regiões, bem como ao futuro que lhe cabe construir.

O mundo de uma Instituição de Ensino Superior transcende suas próprias fronteiras, e seu objeto ou campo de conhecimento é ilimitado. Assim, tudo o que o ser humano e a sociedade podem oferecer e apresentar é objeto de ensino e de questionamento.

Desta maneira, o ensino superior é o espaço adequado para a elaboração da criticidade, reflexão epistemológica, inovação da ciência e tecnologia, socialização do saber científico e facilitador do processo de humanização.

O IPLENI é oriunda de uma realidade social e, como tal, responsável pelo seu desenvolvimento. Como toda instituição, sua finalidade não se volta para interesses unilaterais de qualquer natureza. Seus fins são públicos porque sua origem é centrada na formação em busca de desenvolvimento socioeconômico do país e, portanto, todos os seus programas e serviços voltam-se para a coletividade. Além disto, de forma transparente mantém sua especificidade - o ensino, a pesquisa (iniciação científica) e a extensão - não como propriedades de pessoas ou organismos privados; mas sim como um bem da coletividade, portanto, públicos e de domínio das comunidades em que a IES se insere.

O perfil da IES identifica-se, em relação a sua concepção, primeiramente a partir de sua dimensão institucional, que se refere ao projeto político da Instituição. A ideia de Instituição contém em si a concepção estratégica, diretamente relacionada à contextualidade. A dimensão estratégica diz respeito ao conjunto das relações e dos processos que se estabelecem entre a Faculdade e a realidade social contextualizada.

Outra característica, na dimensão institucional é a sua vocação de caráter histórico. A dimensão histórica inerente a uma instituição, diz respeito ao dinamismo, às interações e à dimensão prospectiva, configuradora de situações novas que a Instituição pode gerar na sociedade e que, por sua vez, esta pode gerar àquela.

Neste sentido, o IPLENI é concebida como uma instituição em processo instituinte, isto é, em constante vir-a-ser. Ela se constitui à medida que contribui para a formação da sociedade que a informa.

O segundo princípio, em relação à sua concepção, diz respeito à dimensão organizacional. Fundamentalmente, a dimensão organizacional está relacionada ao plano e às condições necessárias para sua execução. Enquadram-se neste campo toda a linha programática relacionada ao ensino, à pesquisa (iniciação científica) e à extensão, à pós-graduação, ao planejamento e à avaliação, bem como à infraestrutura e aos recursos necessários para garantir a execução dos projetos e a consecução dos fins do IPLENI.

4.2.2. Plano Didático-Acadêmico do IPLENI

O IPLENI estabeleceu como plano acadêmico o conjunto das atividades de Ensino, pesquisa (iniciação científica) e Extensão e a indissociabilidade entre elas.

Essa concepção é fundamentada na sua missão institucional, que foca o crescimento socioeconômico e político-cultural no âmbito de sua abrangência, remete a execução de seus programas a uma integração com os diversos lugares sociais e a uma articulação sistemática com o mercado de trabalho e as instituições e organismos externos com quem estará interagindo.

Para o cumprimento do projeto pedagógico institucional, estabeleceram-se as seguintes linhas básicas de ação:

- Desenvolver uma sistemática organizacional que harmonize o funcionamento de todos os órgãos e setores da Faculdade por meio de um mecanismo adequado de interação e comunicação interna e externa, incluindo a sua sede e seus polos de apoio presencial;
- Viabilizar economicamente a Instituição, sobretudo, para lhe dar efetivas

condições para o ensino e a extensão, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação;

- Articular a interação do ensino, da pesquisa (iniciação científica) e extensão nas perspectivas dos cursos atuais e dos que venham a ser criados;
- Criar condições institucionais para garantir cursos de pós-graduação, com vistas ao aperfeiçoamento, tanto dos seus recursos humanos, como dos profissionais de sua área de abrangência na sede e em seus polos de apoio presencial;
- Fortalecer sua identidade comunitária, pela interação da Instituição com sua área de influência, principalmente nos campos da cultura, da educação, da saúde e do meio ambiente, incluindo nisso a sua sede e seus polos de apoio presencial;
- Aprimorar a infraestrutura, para o melhor desenvolvimento dos projetos atuais e a implantação dos projetos previstos;
- Aperfeiçoar o espírito participativo dos membros da comunidade acadêmica;
- Efetivar a participação dos membros da comunidade externa na solução dos problemas do IPLENI e dos problemas da própria comunidade;
- Desenvolver um processo cultural de formação acadêmico-profissional direcionada à atender as expectativas das novas tecnologia e cultura da inovação.

4.2.3. Planejamento Didático Pedagógico do IPLENI: Os Projetos Pedagógicos

O IPLENI desenvolverá a educação superior a partir de cursos de graduação Licenciatura, Bacharelados e Tecnológicos, cursos de extensão, cursos de Pós- Graduação, nas modalidades presencial e à distância.

Na educação superior, o processo pedagógico segue as Diretrizes Curriculares Nacionais, dá ênfase às temáticas regionais, utilizando, sobretudo, métodos e técnicas que levem à

participação do aluno, tais como: resolução de problemas, debates, seminários, simpósios, dinâmica de grupo e pesquisa.

Os projetos pedagógicos sintetizam a estrutura do curso na matriz curricular, onde ficam evidenciadas as disciplinas, carga horária, ementas e metodologias para o processo de formação do aluno.

Em cada disciplina são utilizados, na medida do possível, todos os meios de ensino e estímulo à produção acadêmica e à extensão, promovendo-se assim, na aprendizagem, a indissociável vinculação existente entre produção, disseminação e transmissão do conhecimento, tendo por meta a formação integral e a preparação do aluno para o mercado de trabalho.

O projeto de formação acadêmico-profissional do IPLENI tem como base um conjunto de atividades acadêmico-pedagógicas sistematizadas, que visam a determinados objetivos de formação acadêmica ou profissional, estão organizados de forma a que todos os créditos possam ser normalmente obtidos, dentro de um conjunto de períodos letivos, previamente estabelecidos, de acordo com a legislação em vigor.

O IPLENI estabeleceu as diretrizes que norteiam os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, entendido como um processo de revitalização dos cursos de graduação a partir de sua permanente avaliação e reconstrução coletiva.

Dessa forma, os cursos de graduação devem ter uma concepção filosófica, embasada e substanciada no que prevê a missão da Faculdade.

A elaboração dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação segue diretrizes estabelecidas em resoluções específicas do MEC. A estrutura dos PPCs segue os seguintes princípios:

- I. A concepção filosófica norteadora do processo ensino-aprendizagem do curso, nos seus diversos níveis, apresenta uma concepção de mundo, de

sociedade e de homem que se deseja para o egresso;

- II. Definição do perfil profissional, estabelecendo suas habilidades e competências, bem como áreas de atuação;
- III. A composição da matriz curricular deve atender aos seguintes pressupostos:
 - a. Às Diretrizes Curriculares Nacionais;
 - b. Níveis de flexibilização curricular de acordo com as necessidades do curso;
 - c. Concepção da relação entre teoria e prática;
 - d. As demandas profissionais loco regional;
 - e. Identificação de uma concepção pedagógica norteadora;
 - f. Conceituação das formas de interação entre ensino-pesquisa - extensão;
 - g. Uma concepção e uma sistemática de avaliação do processo de ensino e da aprendizagem;
 - h. As perspectivas e possibilidades interdisciplinares no planejamento, na seleção e organização dos conteúdos curriculares;
 - i. As expectativas de cunho cultural, econômico e social, como projeto que trará implicações para conservações ou transformações pertinentes na sede e nos polos de apoio presencial;

As matrizes curriculares dos cursos de educação superior oferecidos abrangem uma sequência ordenada de disciplinas, cuja integralização dará direito ao correspondente diploma ou certificado.

O IPLENI caracteriza “disciplina” o conjunto de estudos e atividades de um campo definido de conhecimento, correspondente a um programa a ser desenvolvido, num período letivo. As disciplinas do currículo são fixadas atendendo às peculiaridades da comunidade em que se insere a sede e das regiões que são abrangidas pelos polos de apoio presencial que serão instalados em todo o Brasil, sempre visando às necessidades de formação geral, humanística, profissional e condições de inovação; observada a legislação vigente.

O currículo dos cursos de graduação tem organização própria, com uma grade seriada para localização do aluno acerca de sua fase no curso, ordenados em fases semestrais com pré-requisitos, quando necessários.

O programa de cada disciplina é elaborado pelo docente responsável pela disciplina a partir da ementa estabelecida no Projeto Pedagógico do Curso, discutido e aprovado pelo Colegiado competente.

4.2.4. Parâmetros para Seleção de Conteúdos, Elaboração e Atualização de Currículos

A seleção de conteúdos é o resultado de um universo maior de conhecimentos e saberes conforme o objetivo que se tenha de educação. Para formar um ser humano crítico e participativo na sociedade é necessário selecionar conhecimentos diferentes daqueles que são tradicionalmente escolhidos e que não priorizam a criticidade.

A definição dos conteúdos para elaboração dos currículos a serem desenvolvidos nos diferentes cursos do IPLENI levará em conta a análise da realidade, foco nos aspectos da inserção regional da Instituição em sua sede e polos e operada com referenciais específicos, tais como:

- ⇒ Sócio-antropológico, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado. Visam despertar no aluno a consciência para os problemas regionais, brasileiros e mundiais, de modo que possa capacitá-los a exercer uma profissão na sociedade com respostas conscientes e livres para a construção de um mundo onde todos tenham oportunidades iguais, onde todos participem na produção consciente do espaço, exercendo a cidadania e, conseqüentemente, a democracia plena;
- ⇒ Psicológico, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;
- ⇒ Epistemológico, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;

- ⇒ Socioeconômico, que leva em consideração às necessidades regionais e o desenvolvimento tecnológico e sustentável necessário à sociedade em que se insere.

Assim, a seleção de conteúdos programáticos e a elaboração dos currículos dos Cursos de Graduação ocorre sob orientação e supervisão do Núcleo Docente Estruturante, que considera as eventuais modificações a serem acrescentadas aos Projetos Pedagógicos dos Cursos e dentre suas atribuições devem contemplar o estudo e análise aprofundada de novas formas de flexibilização dos diferentes currículos e que atenda à diversidade regional, às exigências legais, bem como, a busca de um pensamento coletivo.

Para tal, os docentes envolvidos no processo irão:

- ⇒ Tomar como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdos, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática.
- ⇒ Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdos, procedimentos, avaliação, e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida.
- ⇒ Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação.
- ⇒ Alimentar sua prática profissional de insumos que possibilitem a instrumentalização de ferramentas tecnológicas e inovadoras.

Para assegurar a qualidade do ensino na Instituição e garantir o atendimento às diretrizes pedagógicas estabelecidas, as seguintes atividades são desenvolvidas:

- ⇒ A revisão contínua dos currículos;

- ⇒ A atualização permanente de programas, ementas, bibliografias e planos de ensino; a dinamização das atividades práticas de formação profissional, considerando ferramentas da tecnologia da informação;
- ⇒ A orientação acadêmica estabelecida por docentes, tutores presenciais e tutores virtuais;
- ⇒ A ampliação dos recursos de apoio ao ensino em especial àqueles que utilizem o AVA como meio;
- ⇒ O aperfeiçoamento docente e do corpo de tutores;
- ⇒ A criação de novos cursos;
- ⇒ A elaboração e revisão dos projetos pedagógicos dos cursos e a auto-avaliação constante visando ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.

Assim, no que concerne a revisão/atualização dos conteúdos e currículos o IPLENI considerará:

- ⇒ Coerência do currículo com os objetivos do curso;
- ⇒ Coerência do currículo com o perfil do egresso;
- ⇒ Coerência do currículo face às diretrizes curriculares nacionais;
- ⇒ Adequação da metodologia de ensino à fundamentação teórico-metodológica do curso;
- ⇒ Inter-relação e integração entre as disciplinas;
- ⇒ Dimensionamento da carga horária das disciplinas;
- ⇒ Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas;
- ⇒ Adequação, atualização e relevância da bibliografia.

4.3. Planejamento Didático-Instrucional e Políticas de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação

Para o IPLENI, o ensino é uma ação processual, interativa e intencional sistematizada entre

professores, tutores e alunos, os quais interagem através dos mais diversificados meios de comunicação disponibilizados na atualidade para a execução das práticas pedagógicas nas modalidades presencial e EaD.

A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são categorias prementes no processo de ensino-aprendizagem para aquisição do conhecimento já produzido, indicando caminhos para produção do novo.

O envolvimento da comunidade a partir do vínculo ensino-extensão tem como propósito identificar e atender suas demandas e necessidades com compromisso de divulgar sua produção científica e auxiliar na melhoria da qualidade de vida, o que ocorre pela publicação em meios digitais, bem como, cursos, seminários e palestras. Como resposta ao almejado .pela sociedade regional, participa efetivamente com a aplicação destes conhecimentos adquiridos e produzidos nas soluções dos problemas apresentados, bem como, com as iniciativas inovadoras, com seus projetos de ensino-aprendizagem focados no empreendedorismo, na inovação e na sustentabilidade, conforme determina-se na missão institucional, proporcionando o cumprimento de seu efetivo compromisso institucional promovendo o desenvolvimento regional e, conseqüentemente, da sociedade.

Neste contexto, o IPLENI tem como princípio pedagógico a **indissociabilidade do ensino, da pesquisa (iniciação científica) e da extensão**. Ou seja, norteadas pela sua concepção de ensino, a IES procurará em todo seu percurso educativo vincular ensino-extensão aos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação e de pós-graduação.

Ao efetivar estas ações, desenvolverá ensino presencial e à distância com qualidade, ampliando e melhorando as condições de oferta à medida que se desenvolvem novas tecnologias de interação entre os atores envolvidos, sem a necessidade de fixidez de tempo e espaço. Há que se destacar que a vinculação destas ações está diretamente conectada a um corpo docente e tutorial qualificado, e infraestrutura necessária, o que a Faculdade disponibiliza à comunidade acadêmica e à sociedade.

As políticas de Ensino do IPLENI visam o ensino como forma de inserir o cidadão em um processo em que, ao mesmo tempo em que apreenda as técnicas relativas à profissão escolhida, permita a constituição de uma visão universal da Ética, voltando-se para a valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, além do desenvolvimento de ações afirmativa dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, conforme preconizam as legislações vigentes sobre os temas.

Essa visão holística se dá através de práticas integrativas e inovadoras que posicionam o aluno como centro do processo de aprendizado, discriminadas a seguir.

4.3.1. Metodologias e Práticas Inovadoras

Para que o processo de ensino não se torne mera transmissão de conteúdos desvinculados da realidade e/ou descrição da mesma, o entendimento institucional sobre os conteúdos nas diferentes disciplinas dos cursos, pauta-se pelo trabalho interdisciplinar, investigativo da realidade e inovador, articulando aspectos teóricos e empíricos, de forma a não priorizar uma dimensão em detrimento da outra.

Nesse mote, o AVA-Ambiente Virtual de Aprendizagem deve ser entendido como um meio em desenvolvimento e não pronto e acabado e decorre daí a necessidade de repensar a perspectiva metodológica, propiciando situações de aprendizagem que possibilitem a interação dos diferentes conhecimentos e o contato do aluno com situações de investigação e contato com a realidade sempre que possível.

Assim, há que se estabelecer uma multiplicidade de recursos que estão postas no mundo para a modalidade EaD, haja vista termos praticamente o mundo em nossas mãos, considerando o avanço tecnológico dos smartphones e os milhares de apps e redes sociais disponíveis. Assim, o youtube, o facebook, o instagram e aplicativos educacionais como o Google Spotlight Stories, Google Tradutor, Human Anatomy Atlas, Libby, Metaverse,

Swiipe, etc, deixam de ser ferramentas meramente interativas para se tornar ferramentas educacionais.

Dessa forma, o propósito metodológico assumido pelo IPLENI é o da ressignificação do conhecimento, passado e presente, problemas da vida do aluno, de sua futura profissão e conhecimento socialmente construído, mediado por tecnologias disponíveis no mundo atual. Dessa forma, o processo de teorização elaborado pelo professor tem como finalidade permanente a reinvenção e ressignificação da própria prática e aprofundamento teórico a partir da autonomia do aluno.

Para tanto, a formação acadêmica proposta na instituição, visa ao desenvolvimento de habilidades e competências em consonância com os problemas locais e globais de modo a fazer frente às questões epistemológicas e sociais de nossa época, logo notícias, videoaulas, blogs etc são incentivados pelos docentes ao uso cotidiano, construindo-se uma teia de conhecimento em construção. A partir disso, pode-se afirmar que IPLENI fundamenta sua metodologia na ressignificação e problematização de conteúdos, enfatizando que a construção de conhecimentos ocorre a partir da vivência de experiências significativas da realidade dos discentes e de situações do cotidiano dos mesmos, seja no mundo real no virtual, afinal as fronteiras entre esses dois mundos já não são passíveis de determinação precisa. Para sua efetivação, os conteúdos previstos em cada disciplina, tendo sido ressignificados e problematizados pelo professor, serão orientados metodologicamente a partir da tutoria seguindo os seguintes princípios:

- **Momento motivacional, de provocação do desejo e situacional:** abordagem de situações-problema e curiosidades da realidade, discussão de hipóteses de solução e contextualização das situações, problemas e curiosidades na história que podem ser pesquisados pelos alunos a partir de milhares de web produtos e/ou em visitas técnicas;
- **Momento de fundamentação teórica:** desenvolvimento de fundamentos teóricos que expliquem e/ou solucionem as situações-problema e curiosidades abordadas;
- **Momento da produção teoricamente fundamentada:** abordagem de novas

situações-problema e curiosidades, desenvolvendo com os discentes exercícios de compreensão e/ou solução teoricamente fundamentadas nas quais o próprio estudante tráz para os fóruns do AVA as suas descobertas na Web e no mundo.

Deste modo, as problematizações e curiosidades da realidade manifestam-se em todas as suas contradições e idiosincrasias, gerando o desassossego inicial e novos temas de estudo para os professores, tutores, alunos e demais atores envolvidos. Criam-se, assim, desafios cognitivos permanentes para discentes e docentes.

É importante ressaltar que a metodologia pautada na ressignificação e problematização requer uma nova postura do docente e do tutor no exercício de sua prática pedagógica que se faz por um permanente trabalho reflexivo com o discente, pela disponibilidade do professor e do tutor para pesquisar, acompanhar e colaborar no aprendizado crítico do aluno, gerando tensão e desequilíbrio cognitivo, indispensáveis ao processo de construção do conhecimento.

A metodologia, aqui expressa, torna-se base para as propostas pedagógicas em cada projeto pedagógico de curso, desdobrados, nos planos de ensino das disciplinas, de forma que haja uma formação integral, evitando-se a fragmentação de estudos desvinculados da realidade e dos contextos profissionais.

Assim, a formação na instituição oferece oportunidade aos seus acadêmicos para serem profissionais competentes em suas áreas de conhecimento, sejam empreendedores com visão sistêmica do contexto e possam contribuir com compreensões e soluções às questões locais, regionais, nacionais e mundiais, participando como protagonistas no processo sócio-histórico que estão inseridos. Desta forma, propicia a construção da autonomia, o convívio com as diferenças, a valorização da história de diferentes sujeitos e saberes, o exercício do trabalho interdisciplinar e o comprometimento ético-político.

Ainda em relação às metodologias e práticas pedagógicas inovadoras o IPLENI buscará implementar a cultura empreendedora, da inovação e da sustentabilidade na vida acadêmica do discente tendo por finalidade o desenvolvimento dos seres humanos e da

sociedade. Ela é uma metodologia de ensino diretamente ligada com as tecnologias de desenvolvimento sustentável, por essa razão ela atinge não só o discente, mas a comunidade como um todo.

É por meio dessa metodologia de ensino, que os discentes terão contato com o estudo de oportunidades que visam ao desenvolvimento, seja ele pessoal ou coletivo. Nesse entender, a cultura empreendedora apresenta uma acentuada abordagem humanista. Dessa forma, sua metodologia elege como tema a preparação do discente para participar ativamente da construção do desenvolvimento social, com vistas à melhoria de vida da população e à eliminação da exclusão social.

Esta metodologia cria um ambiente de aprendizagem no qual o discente, de forma autossuficiente, possa perceber os valores empreendedores e aprender sobre si e sobre a comunidade. Dessa maneira, aprender a utilizar ferramentas e instrumentos úteis para o desenvolvimento de suas atividades.

Portanto, o discente identifica as fontes do conhecimento com a ajuda do docente e do tutor, sendo de sua responsabilidade o acesso e a mobilização do conteúdo. Assim, cabe às culturas empreendedora e sustentável promover o estímulo da capacidade de escolha do aluno sem interferir com influências as suas decisões, para que tomando decisões por si só, esteja preparando-se para as suas próprias opções.

Cabe também, desenvolver o potencial dos alunos para que eles sejam empreendedores em qualquer atividade que venham a atuar. Para isso as práticas inovadoras incentivam uma amplitude dos conceitos culturais do aluno para o entendimento do seu papel social e cultural.

Cabe à instituição através das práticas inovadoras, o incentivo à cultura local e universal, ampliando as possibilidades de ação do alunado na comunidade. A instituição, também, possui como proposta que os docentes e tutores levem pautas atualizadas sistematicamente a partir de acontecimentos no mundo para serem associadas ao

conteúdo. Essa integração, além da atualização do corpo de alunos, leva ao debate construtivo e a ressignificação dos processos locais e auto reconhecimento do aluno em seu papel na própria formação. Acreditamos, que o bom empreendedor, seja o aluno ou professores/tutores, através do empenho, valorizam o ambiente na qual se encontram.

O compromisso desta metodologia oportuniza ao discente fazer sua opção profissional e apostar no tipo de empreendedor em que seu perfil se enquadra. Portanto, cabe ao empreendedorismo estabelecer ao aluno uma forma de ser e não somente de fazer.

Diante do exposto, à formação de uma cultura empreendedora nos cursos do IPLENI buscam, por meio de suas metodologias, tecnologias disponíveis e práticas pedagógicas, desenvolver um perfil de egresso como um modo de ser que tenha iniciativa, que crie e torne-se agente de transformação em situações que se apresentam como problemas nos diferentes aspectos da vida humana.

Nesse sentido, a proposta pedagógica da instituição prima pela formação de pessoas e profissionais com o ímpeto criador e inventivo que modificam qualquer área do conhecimento humano.

Desta forma, é importante ressaltar que, em conjunto com a formação proposta em suas metodologias e práticas pedagógicas que buscam a construção de um perfil de egresso inovador, os cursos da instituição promovem ações extensivas à comunidade.

4.3.2. FLIPPED CLASSROOM – As Aulas Invertidas

Conforme já destacamos, no IPLENI, de acordo com os princípios democráticos advindos das políticas de ensino, buscar-se-á constantemente um escopo metodológico que permita ao corpo discente o exercício de sua autonomia de aprendizado e o controle de seu próprio processo de trabalho, perspectiva esta, própria da sociedade moderna em sua cultura e produção globalizada.

Neste sentido, o AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem deve se estabelecerem uma expectativa de autonomia do aluno para o aprendizado e só após esse desafio o professor e o tutor devem ser acionados. Assim, no que diz respeito ao corpo docente e de tutores, o curso deve sempre privilegiar a desvinculação do papel de “detentor do saber” para o papel de “mediador” em que no AVA se exercita a autonomia e em chats, fóruns e outros objetos os professores e tutores tiram as dúvidas.

Logo, no seu fazer pedagógico o professor e o tutor deverão estar centrados tanto em formar competências, habilidades e disposições de conduta, quanto em relação à quantidade e qualidade de informações a serem apreendidas pelos alunos, haja vista a época de Fake News e demais aspectos negativos que circundam a vida moderna e as tecnologias da informação atuais. Isto significa que precisará estar relacionando o conhecimento com dados da experiência cotidiana, modelos disponíveis na web, cases de sucesso, ou seja, trabalhar com material significativo para que o aluno consiga fazer a ponte entre a teoria e a prática e fundamentar críticas e só então mediar suas dúvidas com os docentes e tutores.

Dessa forma, dentre as várias modalidades de ensino-aprendizagem já tradicionais no ambiente universitário, o IPLENI estabelecerá em seus cursos de graduação, o que é conhecido como a Sala de Aula Invertida, ou, como se aponta na literatura internacional “Flipped Classroom”.

Em linhas gerais, o princípio básico desta proposta metodológica é que ocorre uma inversão das aulas consideradas tradicionais, pautadas na clássica preparação do professor para expor conteúdo diretamente para o aluno.

Na Sala de Aula Invertida, os estudantes do IPLENI assumirão responsabilidades no tocante as suas leituras prévias antes de ter o contato com os tutores e professores, devendo para esses determinar-se o papel de tirar dúvidas e não expor conteúdos. Para tal, a cada módulo

de leitura disponíveis, deve-se inserir outras ferramentas como chats, fóruns etc para que os atores possam discutir os conteúdos estudados.

O acesso ao conteúdo poderá ocorrer por meios variados, como a disponibilização de apostilas, vídeo-aulas, links de websites, blogs etc no AVA e, após isso, alunos interagem com professores e tutores para dirimir dúvidas, sendo o AVA então, uma espécie de sala de aula para exercício da autonomia.

A partir da prática de ações colaborativas que antecedem os chats e fóruns, o professor e o tutores irão dispor de mais tempo para o saneamento das dúvidas que surgem ou surgirem no decorrer da leitura do conteúdo e da realização de atividades propostas.

O eixo central das experiências com as aulas invertidas ampara-se na busca de novos procedimentos didáticos que estimularão a permanência dos alunos nos cursos, diminuindo a evasão, tudo a partir de práticas inovadoras que incentivam a resolução de problemas de forma crítica e com ampla utilização da tecnologia de informação e da autonomia dos alunos.

Desse modo, associa-se a formação de um profissional capacitado e autônomo na produção do conhecimento à formação de um cidadão apto a resolver os problemas de diferenciados contextos sociais.

Além disso, todos os cursos de graduação do IPLENI sensibilizarão sempre o corpo docente e tutores de maneira que na seleção de metodologias, oportunizem aos alunos a vivência com a cidadania e o pensamento crítico em relação aos conteúdos previstos. Neste contexto, as situações de trabalho são extremamente relevantes para a contextualização, razão pela qual dar-se-á preferência por docentes e tutores que unam a academia com a experiência prática das suas áreas profissionais.

A complementaridade entre as disciplinas e os conteúdos deverão aparecer na relação

estabelecida entre os professores/tutores através de práticas pedagógicas e práticas interdisciplinares, a partir das investigações e projetos feitos por grupos de alunos de maneira orientada, afinal, por fazer parte da futurarotina na atuação profissional, o trabalho em equipe é um grande e fundamental aspecto a ser priorizado e, em hipótese alguma a modalidade EaD deve esquecer desse norte, ou seja, não se trata de uma modalidade em que unicamente se estabelece um estudo introspectivo e solitário, mas passível de interação e de grandes feitos em grupo, inclusive na formação de círculo de colegas sem a necessidade da presencialidade, o que é próprio do mundo moderno convocado pelas redes sociais disponíveis.

Na mesma linha, deve-se considerar também as diferenças individuais dos alunos e apoiar o desenvolvimento de interesses e habilidades particulares de cada um, o que é imprescindível quando se elege a atenção à diversidade como princípio didático. A operacionalização da proposta metodológica pode lançar mão de métodos tradicionais de ensino, tais como aulas expositivas e seminários efetivados no polo de apoio presencial ou, mesmo, a partir do AVA em aulas transmitidas em tempo real. Entretanto, o desafio está em propor inovações no campo da metodologia de ensino para alavancar o efetivo desenvolvimento das competências do egresso. Neste sentido, a proposta metodológica prevista no IPLENI tem como mote a viabilização da integração dos conteúdos vistos ao longo do curso.

Essa proposta metodológica deve ser de conhecimento de todo o corpo docente de tutores para que os diversos planos de ensino sejam elaborados de forma integrada, sempre aos finais do semestre nos Seminários Pedagógicos a se tornarem rotineiros nos cursos e nele sejam determinadas as várias possibilidades de ferramentas tecnológicas.

Para efetivação das propostas metodológicas aqui delineadas, são sugeridas as seguintes atividades:

- Desenvolvimento de projetos de trabalho capazes de integrar diferentes

componentes curriculares de um mesmo semestre do curso, ou, até mesmo, componentes de diferentes semestres;

- Organização dos laboratórios profissionais, quanto for o caso, no polo de apoio presencial (NPJ, CEI, Empresa Júnior, Informática, etc) de modo que se permita a simulação e a prática em situações reais de trabalho que poderão ser encontradas pelos futuros profissionais;
- Realização de atividades extracurriculares capazes de oferecer maiores informações a respeito das atividades realizadas pelo profissional.

Em suma, o proceder metodológico delineado no IPLENI, uma vez dirigido para a apropriação do perfil delineado para os cursos de graduação e pós- graduação, estará voltado para a formação de um profissional que sabe fazer e que sabe aprender a aprender, tudo a partir de uma concepção crítica das relações que permeiam a educação, a sociedade e o trabalho.

4.4. Flexibilidade dos Componentes Curriculares

A flexibilização compreende modificações no currículo em consonância com o plano pedagógico de maneira a ressignificar a prática docente e tutorial e proporcionar ao educando melhores condições para sua formação e inserção no mercado de trabalho.

A flexibilização do currículo se caracteriza tanto pela verticalidade, quanto pela horizontalidade.

A verticalidade prevê a possibilidade de organização do saber ao longo do semestre e anos e, a horizontalidade, possibilita ao educando o aproveitamento de várias atividades acadêmicas para fins de integralização curricular.

Nos projetos pedagógicos dos cursos, a flexibilização curricular prevê critérios que deverão permear as áreas curriculares de conhecimento e estas deverão estar organizadas em atividades e projetos que promovam associação de novas experiências com aquelas estabelecidas na integralização mínima prevista na matriz curricular.

Esta organização curricular, que busca maior liberdade e flexibilidade nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação, volta-se para a permeabilidade dos processos, na perspectiva de uma formação em consonância com os desafios do mundo contemporâneo.

São perspectivas de flexibilização dos currículos:

- ACP's – Atividades de Complementação Profissional, denominação esta que é prevista pelo IPLENI para as Atividades Complementares presentes em todos os cursos de graduação da IES. Essas atividades têm essa nomenclatura diferenciada de outras IES, em face de método do IPLENI em separar estas das atividades de extensão;
- Atividades de Extensão – São atividades em atendimento à Resolução CNE/CES nº 7 de 18 de dezembro 2018 e o PNE que tratam das atividades de extensão no âmbito das instituições de ensino superior brasileiras;
- Práticas Interdisciplinares – conteúdos que estão previstos para os cursos Tecnológicos e Bacharelados;
- Práticas Pedagógicas – conteúdos que estão previstos para os cursos de Licenciatura;
- Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento que farão parte dos cursos de graduação para Formação de Professores;
- Disciplinas Optativas que estão inseridas em todos os currículos;
- Aproveitamento de Estudos na perspectiva da Lei 9.394/96, Art. 47 § 2º;

Dessa forma, a flexibilização curricular se evidenciará na construção de uma concepção e de estrutura curricular que exigirão a incorporação de outras formas de aprendizagem e de formação. Nessa perspectiva, o IPLENI manterá um processo constante de avaliação, atualização e inovação dos projetos pedagógicos dos seus cursos de graduação a partir dos NDEs – Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos de graduação implantados.

Portanto, a flexibilização curricular se concretiza em cada projeto pedagógico, conforme as especificidades da área de formação e ao perfil profissiográfico definido para o formado.

4.4.1. Oportunidades Diferenciadas de Integralização Curricular

Como já ressaltado na seção anterior, além das atividades obrigatórias para a integralização das matrizes curriculares dos cursos, o IPLENI oportunizará aos seus alunos a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão, através de projetos desenvolvidos nos cursos de graduação. Essas atividades compreendem uma dimensão quantitativa e qualitativa visando à melhoria da formação e atualização profissional do aluno nas diferentes áreas do conhecimento. Propõe uma ampliação do espaço para estudos ainda mais independentes do que no AVA (Atividades Complementares, Atividades de Extensão e Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento), podendo o estudante participar desde o seu ingresso na Faculdade.

É uma perspectiva de currículo que favorecerá a iniciativa e a participação do aluno no seu processo de formação, tornando-o corresponsável pelo contexto de ensino-aprendizagem.

O IPLENI oferecerá, como já apontado anteriormente, em seus cursos de graduação disciplinas optativas e/ou eletivas como possibilidade do próprio aluno participar da construção do seu currículo. Além disso, há que destacar as Práticas Interdisciplinares e a Pesquisa e Práticas Pedagógicas estabelecidas para os PPCs dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura, respectivamente.

4.4.2. Perfil do Egresso

O IPLENI visa formar e qualificar profissionais em estreita articulação com os setores da sociedade, especialmente de abrangência global, considerando sua sede e os vários polos de EaD a serem autorizados, oferecendo também mecanismos para a educação continuada.

O projeto pedagógico de cada curso abrange as aptidões, competências e habilidades necessárias ao futuro profissional. Elas devem estar coerentes com os objetivos dos cursos, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, o sistema de avaliação e o trabalho conclusão de curso.

Desta forma, a base da formação para o egresso situa-se nos quatro pilares da educação, focados no:

- ⇒ Aprender a ser, formando, para os valores éticos, honestidade, coerência, pensamento autônomo e crítico, liberdade e responsabilidade;
- ⇒ Aprender a conviver, formando pessoas com espírito cooperativo e de equipe, respeito às diferenças e capacidade de dialogar;
- ⇒ Aprender a conhecer, formando o espírito da busca e a compreensão de fenômenos, a capacidade de argumentar, o conhecimento técnico-científico, a integração da teoria e da prática, a consciência de aprender a aprender e atualizar-se sempre, o conhecimento sensitivo, artístico e estético, a apropriação crítica das informações e dos recursos tecnológicos;
- ⇒ Aprender a fazer, em especial, na capacidade de solucionar problemas, apoiado em fundamentos teóricos, na capacidade empreendedora, na elaboração de conceitos autônomos e críticos, na elaboração de projetos e propostas, no espírito de iniciativa, invenção e imaginação e na capacidade de exercer a liderança.

Além disso, conforme apontamos em momentos anteriores deste documento, o egresso deverá ter uma consciência plena acerca de sua responsabilidade para com o outro e para com o mundo, tendo, além das perspectivas acerca de sua profissão, o empreendedorismo,

a inovação e a sustentabilidade como nortes constantes.

Em suma, pode-se constituir o perfil geral do egresso do IPLENI como sendo:

Um profissional e cidadão com competência técnica em sua área de atuação ciente de sua responsabilidade socioambiental, pela valorização cultural e consciente da necessidade de busca constante pela inovação e formação continuada.

4.4.3. Atividades Práticas de Estágio

As dimensões teóricas e práticas do conhecimento, assim como suas integrações, devem aparecer em todas as atividades acadêmicas, não se restringindo a determinadas matérias ou determinados tempos de realização do currículo.

A relação teórico-prática tem o objetivo de promover a aproximação do acadêmico nas atividades desenvolvidas em ambientes que favoreçam o exercício da prática profissional.

Ocorre simultaneamente a partir das disciplinas que compõem o currículo do curso, e visam o fortalecimento na formação a partir da superação da aprendizagem apenas teórica, pois assim o aluno tem a oportunidade de promover o pleno desenvolvimento profissional.

Nesse viés, o estágio é um componente curricular que tem relação direta com o processo de aprendizagem para a profissionalização do estudante. Pode ser não obrigatório, de livre iniciativa do estudante ou obrigatório, quando exigido para o cumprimento da carga horária do curso como ocorre com licenciaturas e bacharelados.

Sua realização exigirá o acompanhamento profissional de um supervisor de Estágio na

unidade concedente do estágio, com formação ou experiência profissional na área de estudos do estagiário e orientação de um professor da instituição, bem como de tutores virtuais e presenciais, sendo que estes últimos exercerão também o papel de supervisores da IES nos campos de estágio. Todos devem ser capazes de orientar o aluno em suas necessidades e especialmente acompanhar se as atividades desenvolvidas são condizentes com os objetivos estabelecidos na legislação e nas necessidades do curso. Professores orientadores e Tutores Virtuais orientam o aluno a partir do AVA, enquanto os Tutores Presenciais orientam e supervisionam os alunos a partir do polo de apoio presencial.

A realização do estágio deverá propiciar a aprendizagem através da prática, e deverá ser desenvolvido em qualquer hipótese, em uma instituição, empresa ou órgão capazes de possibilitar a vivência da rotina profissional, com supervisão profissional permanente na teoria e a prática por um colaborador dessa condescendente. Nesse mote, o estágio é uma atividade que não se atém a uma mera aplicação de conteúdos, devendo-se criar nessa fase de formação do estudante, oportunidades reais de confrontos e sínteses sobre questões cruciais do campo profissional, necessários à construção constante de conhecimentos e à formação de habilidades.

A regulamentação do Estágio faz parte do projeto pedagógico dos cursos de graduação, fundamentada nas seguintes normas gerais:

- Os estágios devem ser realizados, preferencialmente, em escolas públicas e privadas (licenciaturas), hospitais públicos e privados, instituições, órgãos e em empresas privadas e públicas (bacharelados, todas conveniadas com a instituição;
- Os estágios devem ser realizados sob a orientação de um professor da instituição, o qual acompanha as atividades do estagiário a partir do AVA;
- Os estágios devem ser realizados sob a supervisão de um colaborador-técnico da conveniada;
- Os estágios devem ser realizados sob a orientação e acompanhamento de um tutor virtual;
- Os estágios devem ser realizados sob a orientação e acompanhamento de um tutor presencial no polo de apoio presencial e que deverá se deslocar até a

conveniada para supervisão das atividades estágio, conforme prevê a Lei 11.788/2008;

- As conveniadas devem designar um profissional para exercer a função de supervisor de estágio;
- Os coordenadores de cada curso devem designar os professores e tutores para atuarem como orientadores de estágio;
- O Programa de Estágio deve contemplar o planejamento das atividades, bem como, a carga horária mínima a ser cumprida e as datas de reuniões periódicas (presenciais e virtuais) e de entrega de relatórios;
- A avaliação do estagiário deve ser feita pelos orientadores e supervisores de estágio;
- A frequência mínima de aprovação do estágio é de 75% e nota deve alcançar o mínimo estabelecido no regulamento constante dos projetos pedagógicos dos cursos.

A participação de programas de estágio, divididos em obrigatórios e não obrigatórios, é um componente que visará aprimorar os conhecimentos do estudante, fortalecendo sua formação acadêmica.

4.4.4. Práticas Interdisciplinares– PI (Bacharelados e Tecnológicos) e Pesquisa e Prática Pedagógica (Licenciaturas)

Para que os acadêmicos possam ter uma visão mais ampla e consciente da importância dos conteúdos ministrados, bem como a inter-relação entre eles e um melhor entendimento dos conhecimentos que lhes são transmitidos cotidianamente, assim, a cada semestre, serão desenvolvidos trabalhos interdisciplinares que visam a articulação teórica e prática entre as disciplinas cursadas.

Do início ao final dos cursos de graduação, os alunos desenvolverão, sob a orientação dos professores e tutores, diversos projetos integradores, tendo como produtos desta proposta o desenvolvimento e execução de projetos voltados para área de formação, a responsabilidade social, a produção de relatórios técnicos, a apresentação de projetos e a prática profissional, cujo objetivo principal é a aplicação prática dos conteúdos aprendidos em sala de aula, o encontro com a sociedade, a constituição de propostas inovadoras, a configuração de novas práticas e a formação cidadã.

Ressalte-se que as Práticas Interdisciplinares (bacharelados e tecnológicos) e as Pesquisas e Práticas Pedagógicas (Licenciaturas) serão normatizadas por regimento e manual próprios, disponibilizados em cada curso e anexado aos documentos institucionais para consulta de toda a comunidade acadêmica.

4.4.5. Atividades Complementares (Atividades de Complementação Profissional) e Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento

Em fase da complexidade em definir limites e conceitos acerca da Extensão e das Atividades Complementares, esta última é denominada no IPLENI como Atividades de Complementação Profissional (Cursos de Bacharelado e Tecnológicos) e Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (Licenciaturas).

Diferentemente do que ocorre na maior parte das IES no Brasil, o IPLENI optou, a partir de ampla discussão, por inserir essas atividades no formato de disciplina/carga horária em cada semestre letivo dos cursos, ou seja, elas são constituídas no mesmo molde que outras disciplinas, porém sem ementa e sem bibliografias definidas, haja vista suas características de serem de livre escolha pelo aluno.

Trata-se de uma estratégia para que os alunos, desde o início do curso, busquem participar dos eventos da IES, bem como de eventos externos para constituí-las, excluindo-se, portanto, a prerrogativa ocorrente de os alunos deixarem tais atividades para serem

contempladas ao final do curso, como empiricamente os idealizadores deste PDI já presenciaram em outras IES.

As atividades de Complementação Profissional estão contempladas em todos os currículos dos cursos de graduação bacharelado e tecnológicos do IPLENI e as Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento nos cursos de formação de Professores, dando a esses currículos maior flexibilidade no trato dos mais diversos temas e assuntos, voltados para a promoção da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade que são caracterizadas como atividades de ensino, pesquisa e extensão, dentre muitas outras formas que colaborem para o enriquecimento do currículo dos cursos e contemple o perfil traçado do profissional.

Vale destacar que essas atividades favorecem o discente numa participação ativa em atividades extracurriculares, que complementam seu conhecimento e o ajudam a construí-lo de uma forma mais eclética e criativa, a partir de um estreitamento das relações com conteúdos das disciplinas que estão sendo cursadas, de outros que ainda não foram estudados nos currículos e inclusive de assuntos emergentes nas áreas de atuação profissional.

Esse exercício de participação permite ao discente ir aprendendo a se expressar nos eventos, com apresentação de trabalhos ou outros tipos de intervenções, assim como proporciona maior envolvimento e estreitamento das relações com alunos de outros períodos e com a sociedade, formando um curso harmônico e coeso.

A formação do discente, nesse sentido, não fica restrita aos conteúdos discriminados nos planos de ensino, mas podendo interagir criativamente com outros contextos, o que o ajudará a desenvolver habilidades que contribuam singularmente para a formação do seu perfil profissional.

É de competência do colegiado de curso normatizar essas ao longo do curso, em coerência com as diretrizes estabelecidas pela instituição e com as do MEC. Essas atividades são computadas no sistema de ascensão de períodos, para efeito de integralização do total

previsto para o curso.

Essas atividades estão regulamentadas nos projetos pedagógicos dos cursos, tendo por base as seguintes normas:

- ⇒ A realização da carga horária total das atividades é indispensável à colação de grau e são planejadas de forma a propiciar que os alunos de graduação as realizem no decorrer dos cursos;
- ⇒ os projetos pedagógicos dos cursos estabelecem a carga horária mínima para o exercício das atividades;
- ⇒ as atividades desdobram-se entre os níveis de ensino, pesquisa e extensão e devem ser realizadas no AVA, no Polo de Apoio Presencial, na Sededa IES ou em outros órgãos e instituições;
- ⇒ na realização das atividades, por parte dos discentes, devem ser garantidas a diversidade de áreas e o cômputo das cargas horárias devem respeitar os limites estabelecidos nos projetos pedagógicos de cursos e seus respectivos regulamentos;
- ⇒ cabe ao aluno, a cada semestre letivo, encaminhar a documentação comprobatória, entregando-a ao setor responsável, para posterior aproveitamento, lançamento e computação da respectiva carga horária;
- ⇒ o setor responsável pode exigir, a qualquer momento, sempre que houver dúvida ou insuficiência da documentação apresentada na realização de atividade, a apresentação de comprovações que permitam o efetivo acompanhamento e avaliação da respectiva atividade complementar;
- ⇒ antes de realizar qualquer atividade complementar que não tenham previsão ou pontuação horária na regulamentação constante nos projetos pedagógicos dos cursos, o aluno deve, previamente, obter um parecer favorável, inclusive quanto à carga horária a ser aproveitada e registrada no histórico escolar;
- ⇒ das decisões do setor responsável quanto às negatórias do aproveitamento de qualquer atividade caberá recurso aos Colegiados dos Cursos, formalmente protocolados.

4.4.6. TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

No IPLENI, o TCC – Trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade obrigatória em todos os cursos de Bacharelado e Licenciatura quando ofertados.

Trata-se de uma atividade de iniciação científica integrante e fundamental da formação do profissional que se dedica a qualquer área do conhecimento, pois a sociedade contemporânea requer profissionais com conhecimento de métodos que auxiliem na produção de novos saberes e busquem as resoluções de problemas. O TCC tem como objetivo principal trazer respostas para questões que existem em relação às práticas oriundas no campo do saber da profissão escolhida pelo aluno.

O TCC é uma atividade curricular que tem sua estrutura composta por elementos obrigatórios e visa o estudo de um tema delimitado, objetivando o aprofundamento do conhecimento, como importante contribuição para o segmento em que se insere.

A regulamentação do TCC faz parte do projeto pedagógico dos cursos de graduação do IPLENI, fundamentada nas seguintes normas gerais:

- ⇒ os discentes de cada curso de graduação são submetidos ao processo de orientação, para efeito de escolha do tema e elaboração do trabalho;
- ⇒ o TCC deve tratar de questões e temas relacionados aos currículos dos cursos de graduação;
- ⇒ o TCC é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte do tempo de ensino dos professores e tutores à atividade de orientação;
- ⇒ a estrutura formal do TCC deve seguir os critérios estabelecidos pela instituição;
- ⇒ a mudança de tema do projeto de TCC somente pode ocorrer com a aprovação do Coordenador de TCC, a partir de proposta do discente ou do docente orientador, com parecer conclusivo deste;
- ⇒ por se tratar de componente curricular obrigatório, o aluno que não entregar o

trabalho, sem motivo justificado, a critério da Coordenação do Curso, será automaticamente reprovado, podendo apresentar novo TCC somente no semestre letivo seguinte;

⇒ o TCC será constituído em duas fases, sendo: Fase 1-constituição do Projeto e Fase 2 – constituição do trabalho final e defesa pública;

⇒ as defesas públicas poderão ser feitas via web conferência a partir do polo de apoio presencial e a sede da IES.

As normas do TCC são constituídas singularmente para cada curso de graduação e estão anexadas em seus respectivos projetos pedagógicos.

4.4.7. Recursos e Avanços Tecnológicos na Oferta Educacional

O IPLENI acompanha o avanço das novas tecnologias, tanto no que tange ao mercado de trabalho, para poder reestruturar suas matrizes curriculares, bem como os avanços tecnológicos que ocorrem na área de educação para rapidamente implantar a seus discentes essas novas perspectivas, pois a globalização e os meios de comunicação de grande agilidade, transformam o mercado de trabalho e a sociedade com muita velocidade.

Já na sua gênese, como já explicitado em outros momentos deste PDI, a IES tem a perspectiva de utilização de ferramentas tecnológicas diferenciadas que estão a disposição no mercado atual. Citem-se como exemplos as seguintes incorporações:

- a) Uso do AVA como ferramenta de comunicação entre professores, tutores e alunos.
- b) Uso do aplicativo do IPLENI que permite acesso ao AVA, Ambiente Acadêmico, Canal do aluno, dentre outros.
- c) Uso da Biblioteca Virtual que possibilita aos alunos usuários a marcação, determinação e diversos recursos de interação com os livros e textos.
- d) Uso de Apps diversos como ferramentas de interação e aprendizagem.

- e) Uso de Web conferência para interação.
- f) Transmissões de aulas síncronas.
- g) Uso de softwares para as aulas presenciais nos polos de apoio presencial.
- h) Uso dos equipamentos dos laboratórios nos polos de apoio presencial.

4.4.8. Sistema de Avaliação do Ensino-Aprendizagem

De acordo com o Regimento Geral, a avaliação do desempenho acadêmico é feita por disciplina, incidindo sobre a participação do aluno nas atividades propostas e o seu respectivo aproveitamento na forma de competências e habilidades.

Tratando-se dos cursos de EaD que tem como prerrogativa e flexibilidade acerca do tempo e espaço de estudo, a frequência não é um aspecto medido, mas sim a participação nas atividades, conforme apregoar cada professor das disciplinas elencadas no currículo. Para os cursos presenciais, é exigida uma presença de 75% em cada um dos componentes curriculares,

Da mesma forma, há que se destacar que os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração de seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino e preconizado pela Legislação Educacional vigente.

A participação às atividades do AVA e nos encontros presenciais dos polos de apoio presencial somente são permitidas aos matriculados.

A verificação e registro da participação dos alunos são de responsabilidade do professor e do tutor e a consolidação do registro é feito pela Secretaria Acadêmica do IPLENI, no caso dos cursos presenciais são de responsabilidade do professor e a consolidação do registro é feita pela secretaria acadêmica do IPLENI.

O aproveitamento acadêmico é avaliado através de acompanhamento contínuo da participação dos alunos no AVA e dos resultados obtidos nas atividades acadêmicas.

Compete ao professor da disciplina determinar a natureza e a forma dos trabalhos acadêmicos, bem como julgar-lhes os resultados.

Os trabalhos acadêmicos, em número mínimo de 2 (dois) por semestre, visam a avaliação progressiva do aproveitamento do aluno e constam de participação em fóruns, chats, quizz e/ou trabalhos escritos, trabalho de pesquisa individual ou em grupo, práticas interdisciplinares, ou práticas de laboratório e oficina e outras formas de verificação previstas no plano de ensino de cada disciplina.

Essas atividades acadêmicas devem constituir 40% do rendimento acadêmico do aluno no semestre.

Além disso, serão feitas duas avaliações formais por semestre, cada uma constituindo 60% do aproveitamento total das disciplinas e deverão ser feitas no polo de apoio presencial ou na sede da IES, conforme o caso.

Vale destacar que componentes curriculares como as Atividades de Complementação Profissional, Práticas Interdisciplinares, TCC e Estágios Projetos, não são passíveis dessas verificações de rendimento supracitadas, ficando a cargo do professor determinar a melhor maneira de avaliar semestralmente os alunos.

A cada verificação de aproveitamento semestral do aluno é atribuída uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Atendidas as perspectivas do plano de ensino, é aprovado:

- I. independentemente de prova final, o aluno que obtiver, no mínimo, média 7 (sete) nas provas e demais atividades solicitadas como avaliação nas disciplinas do

currículo;

II. mediante exame final, o aluno que, tendo obtido nota de aproveitamento durante o período letivo inferior a 7 (sete) e não inferior a 4 (quatro), obtiver nota final não inferior a 5 (cinco), correspondendo esta a média ponderada entre a nota de aproveitamento e a nota do exame final, tendo a primeira peso 2 (dois) e a segunda peso 1 (um).

Do exame final constarão, obrigatoriamente, todos os conteúdos programáticos do semestre.

O aluno reprovado por não ter alcançado a nota mínima exigida, repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de aproveitamento estabelecidas no Regimento.

4.4.9. Aproveitamento de Estudos e de Competências Desenvolvidas no Trabalho

Considerando as expectativas delineadas nos documentos regulatórios do MEC, em especial a LDB e o Art. 9º da Resolução CNE/CP nº 3/2002, este PDI, conforme apontamos anteriormente, a IES prevê nas expectativas de integralização curricular e constituição do egresso o aproveitamento de estudos e de competências e habilidades adquiridas por meio do mercado de trabalho, em especial no que tange aos cursos pleiteados pela IES.

Assim, esta seção do PDI tem o objetivo de orientar os gestores, coordenadores e alunos do IPLENI com relação ao aproveitamento de estudos e competências.

Vale ressaltar que na atualidade, o aproveitamento de competências assume maior complexidade diante das exigências da vida e do trabalho em sociedades que estão em constante desenvolvimento tecnológico, resultando em permanente (re) significação do conhecimento.

No escopo desta seção do PDI do IPLENI, a avaliação de competências para fins de aproveitamento de estudos será entendida como processo para reconhecer competências desenvolvidas formal ou informalmente, possibilitando que o aluno apto fique isento de cursar determinados componentes curriculares (disciplinas, blocos temáticos, módulos etc.) exigidos em cursos de graduação diversos, em especial na Educação Profissional Tecnológica. Isto significa que a certificação não terá apenas o compromisso de oferecer um certificado ou diploma a quem já trabalha na área, mas sim o de assegurar ao cidadão a possibilidade de ajustar seu percurso formativo, tendo em vista sua qualificação para o trabalho.

A Certificação neste caso, consiste, em atestar que as competências desenvolvidas no trabalho ou em cursos de graduação diferente daquele que o aluno pleiteia o aproveitamento, atendem às normas preestabelecidas e amplamente negociadas entre os setores envolvidos.

A adoção do conceito de competência e de aproveitamento de estudos como elementos orientadores dos currículos pedagogicamente construídos e organizados no IPLENI, para promover aprendizagens significativas, exige dos docentes maior envolvimento com os processos de ensino e aprendizagem. Dentre esses processos a avaliação é parte integrante, em todas as etapas constitutivas, para conferir se as competências previstas no perfil do egresso foram ou estão sendo, efetivamente, desenvolvidas pelos alunos. Nessa perspectiva, o sistema de avaliação desarticulado de conhecimentos, habilidades e atitudes torna-se obsoleto pelo reducionismo da aprendizagem a apenas um dos domínios próprios desse processo. Ao contrário, a avaliação orientada por competências sugere a articulação dessas dimensões e, em consequência, obriga o IPLENI e seus educadores a repensarem suas práticas avaliativas.

APROVEITAMENTO DE ESTUDOS CURRICULARES

Tratam-se dos aproveitamentos a partir de disciplinas cursadas em cursos de graduação

do IPLENI ou em outras IES e são estabelecidos por meio do histórico do aluno e dos planos de ensino das disciplinas.

Para tal, será constituído o seguinte processo:

- a) O aluno deve solicitar o aproveitamento de disciplinas na secretaria acadêmica de posse do histórico escolar e dos planos de ensino das disciplinas cursadas que pleiteia aproveitamento.
- b) Constitui-se um processo de aproveitamento de estudos a ser deferido pelo coordenador de curso que analisa o conteúdo programático da disciplina cursada, em relação ao conteúdo da disciplina a ser aproveitada.
- c) Defere-se total ou parcial o aproveitamento. No caso de total, é lançado no histórico do atual curso do aluno, a disciplina devidamente aproveitada. No caso de parcial, é estabelecido ao aluno um plano de complementação de estudos visando completar parte do percurso de competências e habilidades necessárias para o aproveitamento total da disciplina, neste caso o coordenador solicita ao professor da disciplina a ser aproveitada avaliações de modo a estabelecer um norte de aproveitamento.

APROVEITAMENTO DE COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS NO TRABALHO OU INFORMALMENTE

Tratam-se de conhecimentos, competências e habilidades não formalizadas pelo aluno a partir de documentos formais como histórico escolar.

Neste caso, será constituído o seguinte processo:

- a) O aluno deve solicitar e justificar o aproveitamento de disciplinas que julga deter conhecimento suficiente mesmo sem tê-las escolarizado de alguma maneira. Pode ser anexado ao processo, com o objetivo de auxiliar na análise técnica das competências e habilidades adquiridas, documentos que demonstrem o percurso

como carteira de trabalho, declarações, etc.

b) O coordenador recebe o processo/solicitação de aproveitamento de competências e constitui o colegiado para determinar um plano de estudos a ser informado ao aluno.

c) O Colegiado determina banca examinadora com, no mínimo, 3 especialistas que irão estabelecer a forma de avaliação e os procedimentos de análise das competências dos alunos.

d) Após a avaliação estabelecida pela banca examinadora, constitui-se o aproveitamento curricular total da disciplina ou disciplinas e/ou o aproveitamento parcial. No caso de aproveitamento total, é lançado no histórico do aluno o aproveitamento com sua respectiva nota estabelecida pela banca avaliadora. No caso de aproveitamento parcial, é determinado plano de estudos complementar e o respectivo processo de acompanhamento do aluno.

4.5. Política e Práticas de Pesquisa ou Iniciação Científica, de Inovação Tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural

O IPLENI estabeleceu, prioritariamente, sua política de iniciação científica no desenvolvimento da sede e dos polos de apoio presencial e, ao formular normas para a investigação científica, entende que a iniciação precoce na ciência é salutar, pois ela dá acesso a não aceitação de qualquer resposta pré-fabricada ou de qualquer certeza que esteja em contradição com os fatos.

A iniciação científica conduz, nesse sentido, à formação da atitude científica do estudante que se reflete no desempenho do profissional capacitado a enfrentar os novos desafios, que são a tônica de um mundo globalizado e competitivo.

O IPLENI busca, com esta iniciativa, criar condições para que estudantes se transformem em pesquisadores mesmo frente às adversidades da má qualidade advinda da educação

básica, bem como as expectativas que circundam as graduações EaD voltadas somente ao ensino.

Assim, durante o quinquênio o IPLENI deverá implementar gradativamente o seu programa de iniciação científica aumentando as oportunidades oferecidas aos discentes, definindo os projetos de pesquisa, de acordo com a área a que pertence cada curso; selecionando os professores orientadores dos projetos de a partir do Colegiado de Curso, realizando, anualmente, uma Semana de Iniciação Científica, oferecendo cursos que auxiliem docentes e discentes na elaboração de trabalhos científicos, especialmente o Trabalho de Conclusão de Curso de graduação – TCC - e as monografias de conclusão dos cursos de pós-graduação *lato sensu* e possibilitando atualização do uso das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Nos programas de iniciação científica, abertos às áreas do conhecimento que abrigam os cursos presenciais e EaD oferecidos pelo IPLENI, os estudantes poderão trabalhar em seus projetos sob a orientação de um professor designado para tal e um tutor virtual que o auxiliará.

Assim, as diretrizes que norteiam a política de iniciação científica do IPLENI são:

- Incentivar a produção científica discente própria ou em colaboração com seus orientadores, visando à criatividade e a crítica;
- Dar continuidade à pesquisa e ao aproveitamento de componentes curriculares orientados como as Práticas Pedagógicas (Licenciaturas), Práticas Interdisciplinares (Bacharelados e Cursos Tecnológicos), além dos TCCs e atividades de Estágio obrigatório;
- Contribuir para o desenvolvimento de formas de pensamento que assegurem a sua clareza e o poder crítico, construtivo e independente;

- Incentivar o estudante não só a observar a realidade, mas também a dialogar com ela e a agir sobre ela, por meio dos procedimentos que caracterizam o trabalho científico: o teste, a dúvida, o desafio que, por sua vez, desfazem a tendência meramente reprodutiva da aprendizagem;
- Aprimorar o espírito analítico-crítico e desenvolver o espírito científico do estudante;
- Incrementar a participação dos estudantes em programas de iniciação científica, promovidos pela instituição;
- Ampliar e fortalecer as atividades de iniciação científica, assim como outros programas especiais dirigidos ao aperfeiçoamento do aluno das graduações presenciais e à distância,
- Subsidiar a iniciação científica por bolsas oferecidas aos estudantes, que consistem em ajuda de custo ou desconto na mensalidade do IPLENI;
- Incentivar o estudante da graduação a dar continuidade aos seus estudos por meio de cursos de pós-graduação.

A Instituição manterá regulamentadas as atividades de iniciação científica por meio de regulamento próprio, no qual apresentará as regras para que alunos e professores possam participar do Programa de Iniciação Científica do IPLENI.

4.5.1. Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica

Visando proporcionar a continuidade e o progresso em termos de perspectivas de inovações tecnológicas e metodológicas voltadas ao ensino-aprendizagem, o IPLENI implantará já no início do quinquênio 2025-2029, um conselho de professores e técnicos

responsáveis por avaliar as metodologias aplicadas na IES e buscar inovações em termos de métodos de ensino-aprendizagem.

O Conselho é formado por um grupo multidisciplinar que é responsável também pela capacitação dos professores que se tornarão multiplicadores das novas tecnologias incorporadas ao ensino superior.

O conselho se compromete a movimentar demais professores e alunos com conteúdos que incentivem o progresso cultural para além de sala de aula, oferecendo oportunidades de discutir e ampliar as ações em prol da promoção da cultural e da arte local, assim como do respeito à Ética e da diversidade através das tecnologias, integrando o avanço e as identidades.

É cabível ao núcleo a organização de palestras, eventos e semanas culturais e de extensão com a organização de editais, na qual os alunos deverão ser incluídos para tomar a frente do processo junto aos professores com suporte do IPLENI.

4.5.2. Divulgação dos Trabalhos Acadêmicos e de Iniciação Científica à Comunidade

Há que se ressaltar que o IPLENI implementará no quinquênio 2025-2029 em seu sítio institucional e devidamente registradas no IBICT revistas multidisciplinares que visam divulgar e disseminar o conhecimento científico, tecnológico e acadêmico junto à comunidade interna e externa.

4.6. Políticas Institucionais voltadas à Valorização da Diversidade, do Meio Ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural, e Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial

Primeiramente, faz-se necessário explicitar que todas as ações voltadas ao âmbito socioambiental como é o caso da diversidade, relações étnicas, direitos humanos e demais ações afirmativas, estão enraizadas na própria missão do IPLENI.

A IES tem a clareza de que é impossível formar um cidadão ou homem como ser social histórico sem que este se constitua em um ambiente de ensino-aprendizagem que demonstre na prática essas expectativas de cidadania. Desse modo, além todos os cursos preveem tanto nos seus currículos, quanto nas suas ações sistemáticas, como é o caso da extensão, projetos voltados aos temas transversais supracitados, ou seja, trata-se de afirmar que o perfil do egresso da IES é determinado a partir da consideração de sua formação tanto técnica, quanto cidadã.

Ressalte-se as seguintes expectativas no percurso formativo dos alunos do IPLENI:

- a) Os temas das Práticas Interdisciplinares e das Práticas Pedagógicas abordam a diversidade, os direitos humanos, a educação ambiental etc.
- b) As Práticas de Extensão estão incluídas em todos os cursos de graduação e visam o relacionamento com a comunidade externa, interação essa que prevê desde a educação ambiental até a defesa e preservação do patrimônio cultural.
- c) As semanas acadêmicas dos cursos de graduação abordarão seminários, oficinas e cursos de curta duração que abordam os temas transversais.
- d) Todos os cursos de graduação possuem disciplinas nos currículos que abordam os temas transversais, a saber:
 - ⇒ Educação Ambiental: faz parte dos currículos dos cursos de licenciatura e de serviço social. Nos bacharelados a disciplina é nomeada de Responsabilidade Socioambiental.

- ⇒ Homem e Sociedade: a disciplina aborda aspectos sociológicos nas relações humanas e, dentre elas, as questões ligadas à diversidade, direitos humanos e questões étnico-raciais.
- ⇒ História da África: faz parte do currículo das licenciaturas Bacharelado.
- ⇒ Práticas Interdisciplinares: em um dos semestres os alunos fazem projetos sociais e, obviamente, discutem temas como cultura, diversidade, etc.

e) Dentre outros.

Essas ações curriculares são fundamentais para a formação cidadã de todos os alunos, bem como as perspectivas que seguirão nas próximas seções.

4.6.1. Políticas voltadas à Diversidade

Primeiramente, faz-se necessário destacar as palavras de Bernadete Gatti¹ que aponte que “considerar a diversidade não significa tolerar as desigualdades sociais”. Nesse norte, a IES tem plena convicção de que não bastam apenas promover semanas acadêmicas e campanhas relacionadas à diversidade em suas várias nuances, mas promover ações sistemáticas contínuas que se enraízem nos currículos e nas outras políticas institucionais estabelecidas pela instituição.

Assim, as equidades de gênero, raça, religião, faixa geracional etc não devem ser apenas temas inseridos, mas ações que advêm do exemplo da própria IES em seus processos de gestão administrativa e de ordem acadêmica. Isso significa que não basta reconhecer as diferenças, mas valoriza-las e, desse modo, criar condições de equidade.

Os ambientes educacionais são os locais mais estratégicos para que essas ações de equidade aconteçam, haja vista ser a rede que recebe a maioria da população e que tem seu norte voltado às expectativas públicas, mesmo quando no âmbito privado de gestão e existência. Para tal, antes de se chegar aos alunos, faz-se necessária a qualificação docente, fazendo do professor e da gestão acadêmico-administrativa da IES fios

¹ Disponível em: /educacaointegral.org.br

condutores da realidade e valores a serem promovidos.

A valorização da diversidade traz em si a questão das identidades ou da identidade dos grupos, comunidades, pessoas. E aqui podemos cair na armadilha, também, de utilizar identidade simplesmente como sinônimo de raízes e origens, desvinculadas do presente.

Dessa forma, a IES, para o período de vigência deste PDI têm algumas prerrogativas que se tornarão ações sistemáticas nos próximos anos no âmbito institucional, a saber:

a) Equidade da questão de gênero no ambiente profissional-institucional: não basta apenas fornecer vagas no mercado de trabalho para mulheres, pessoas idosas, jovens em início de carreira, mas promover políticas de valorização de tal diversidade. Nesse âmbito as prerrogativas de equidade salarial e de ambiente de trabalho são essenciais para promover o exemplo da IES frente à sociedade e, principalmente, frente aos seus alunos. Assim, durante a vigência desse PDI serão estabelecidas:

- Vagas obrigatórias para mulheres em todas as áreas de funcionamento da IES;
- Vagas obrigatórias para pessoas com necessidades especiais em todas áreas de funcionamento da IES, obviamente que permitam a inclusão das mesmas e seu rendimento e bem estar;
- Vagas obrigatórias para pessoas idosas com condições idênticas de trabalho, salário e obrigações;
- Vagas obrigatórias para jovens em início de carreira, visando criar-se oportunidades de inserção no mercado de trabalho;
- Isonomia salarial na IES;
- Reconhecimento da diversidade de gênero que ultrapasse a perspectiva homem-mulher ou masculino-feminino, fornecendo espaço no âmbito de vagas e igualdade de oportunidades também às minorias no âmbito institucional.
- Dentre outras.

b) Inserção de discussões sobre a valorização da diversidade em diversas disciplinas nos currículos dos cursos de graduação, de modo que não apenas se discutam, mas se promovam ações na relação teoria-prática dos cursos de graduação.

c) Qualificação e sensibilização do corpo docente no que diz respeito ao fomento à valorização da diversidade em todas as suas nuances, objetivando tornar o professor um multiplicador das ações e perspectivas de valorização da diversidade.

d) Incentivo à promoção de eventos que promovam a diversidade cultural e as diversidades humanas e sociais no âmbito institucional.

e) Obrigatoriedade de inserção em mídias sociais e no site da IES de cada uma das datas comemorativas que promovam a diversidade, fomentando sempre o respeito e a igualdade frente aos movimentos que se estabelecem na nova sociedade e ordem mundial.

f) Promover o diálogo e os convênios entre a IES e os núcleos sociais de valorização das diversidades, como associações da cultura negra, delegacia da mulher, associação de idosos, APAE etc, buscando sistematizar ações entre a IES e os órgãos externos de forma a estabelecer tanto o diálogo com a sociedade externa quanto a comunidade acadêmica.

Assim, além do Núcleo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, órgão institucional que tem a responsabilidade por ações dessa natureza, serão também movimentados e co-responsabilizados outros órgãos como as coordenações de cursos de graduação, Núcleo de Pesquisa e Extensão, etc, fazendo assim com que a IES se movimente em 360º para promover a valorização da diversidade.

4.6.2. Políticas Institucionais de Educação Ambiental e Sustentabilidade

O IPLENI reconhece que a inserção da sustentabilidade ambiental na educação superior é fundamental para a ampliação e disseminação do tema junto à sociedade.

Nesse contexto, espera-se das IES a formação de profissionais e líderes que agirão nos setores públicos e privados, sendo futuros profissionais, de cuja consciência ambiental dependerá a capacidade humana para reverter a degradação ambiental e recuperar a sustentabilidade do planeta.

Uma verdadeira educação holística e cidadã como é prevista pelas políticas do IPLENI enseja um processo de formação de profissionais e cidadãos com uma nova visão de futuro – um futuro sustentável e a ideia de que a Educação Ambiental deve atuar como uma ferramenta para se construir pontes mais sólidas entre a sala de aula e o mercado de trabalho, promovendo ações ambientalmente corretas para motivar a retomada de harmonia entre o Homem e a Natureza, e o equilíbrio na extração e uso dos recursos naturais para assegurar um desenvolvimento sustentável.

A inserção de questões ambientais no IPLENI é atrelada a fatores diversos, dos quais o papel do Núcleo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade é fundamental, pois ele deve ter uma capacidade integradora e agregadora de pessoas e recursos, a partir da qual pode-se proporcionar e oportunizar o desenvolvimento de estruturas, recursos e suporte aos projetos e as iniciativas pró-ambientais de colaboradores, docentes, gestores, funcionários e alunos.

Conforme o disposto na Lei nº 9.795/1999, no Decreto nº 4.281/2002 e na Resolução CP/CNE nº 2/2012 a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, estando as instituições educacionais incumbidas de promover a educação ambiental, de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem.

Nesse sentido, a IES tem a consciência de que não bastam apenas ações voltadas à sensibilização ou fomento à educação ambiental, mas ações concretas também no âmbito dos currículos implantados.

Desse modo, serão ações sistemáticas na IES:

- a) Revisão sistemática de todos os currículos de modo a determinar se a transversalidade do tema está sendo corretamente estabelecida no âmbito dos cursos de graduação;
- b) Efetivação de eventos de extensão que estabeleçam junto à comunidade acadêmica ações de sensibilização e práticas de educação ambiental;
- c) Convênios com instituições e órgãos da sociedade, visando o estabelecimento de ações e modelos de sustentabilidade aplicáveis;
- d) Sistematização no site da IES de elementos que motivem e incentivem a educação ambiental.

Por fim, vale destacar que todas as ações advindas das políticas de sustentabilidade da IES serão norteadas a partir do Núcleo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade e a aplicação do Programa Institucional de Educação Ambiental e Sustentabilidade.

4.6.3. Políticas Institucionais de Promoção dos Direitos Humanos, Inclusão Social e Igualdade Étnico - Racial

O IPLENI tem plena consciência de sua grande responsabilidade ética na implementação dos direitos humanos e no fortalecimento das liberdades fundamentais em consonância com a diversidade étnica e suas relações na sociedade.

Nesse sentido, constituem-se políticas institucionais que baseiam-se fundamentalmente nas políticas de responsabilidade social da IES delineadas em seu PPI e em expectativas do Ministério da Educação, a saber: Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012 e no Parecer CP/CNE nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE nº 1, de 30/05/2012 e Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e na Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Assim, subsidiada pelas perspectivas dessas diretrizes, o Núcleo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade do IPLENI traçou ações e projetos que deverão ser implementados sistematicamente na IES visando o atendimento dessas normas legais, bem como a implementação de suas próprias expectativas concernentes aos temas.

Trata-se de uma expectativa em que a IES deva sempre estar comprometida com a justiça social e com a construção da cidadania e da democracia, considerando *a priori* seus princípios na organização do trabalho educativo.

A construção da democracia e a cidadania exigem desenvolver uma cultura institucional de direitos humanos e respeito às diversidades, buscando a formação de pessoas ativas e críticas, conscientes de seu papel social e atuantes ética e politicamente. Compartilhando tais pressupostos, o Programa de Defesa dos Direitos Humanos, Inclusão Social e Igualdade Étnico-Racial deverá ajudar toda a comunidade interna e externa da IES a implementar ações que levem à justiça social e à formação ética e cidadã das futuras gerações.

Assim, há expectativas sistemáticas e pontuais que serão efetivadas na sede da IES e nos polos de apoio presencial, há saber:

⇒ Cursos e Palestras voltados à sensibilização acerca do espectro autista;

- ⇒ Projetos sociais voltados à proteção e divulgação da cultura indígena e de quilombolas;
- ⇒ Projetos voltados à defesa dos direitos da mulher;
- ⇒ Projeto direcionado à Ressoalização de por meio da educação à para pessoas condenadas a penas privativas de liberdade;
- ⇒ Cursos e Palestra que discutam as políticas públicas para crianças e adolescentes;
- ⇒ Seminários voltados à história da África e da cultura afro-brasileira;
- ⇒ Dentre outras.

Atuando nessa direção, cada comunidade atingida pelos polos de apoio presencial trará sua contribuição para a construção de uma nova sociedade que condena as mais diversas formas de exclusão social.

4.6.4. Políticas Institucionais de valorização do Patrimônio Cultural, da Produção Artística e da Memória Cultural

Primeiramente, faz-se necessário afirmar que a IES entende que a cultura é um bem público, porém a sua responsabilidade não recai somente no âmbito público. Desse modo, faz-se necessário que todos os órgãos educacionais, seja em quais níveis for necessitam estabelecer com clareza as suas co-responsabilidades e as perspectivas político-institucionais que estabeleçam a valorização e os anseios de preservação culturais.

Desse modo, cabe também ao Núcleo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade da IES promover ações e atividades no afã de valorizar e reconhecer o patrimônio e a memórias culturais da sociedade, bem como as expressões artísticas.

Para tal, pode-se anteceder alguns tópicos que farão parte em nível de ensino e de extensão na IES, a saber:

- a) Sensibilização no âmbito das coordenações de curso, de modo que sejam propostos aos NDEs a inserção de textos sempre que possível nas disciplinas visando valorizar a cultura e as artes nos cursos de graduação, indiferente à área do conhecimento da UC – Unidade Curricular;
- b) Constituição de um Programa que incentive a participação de alunos e professores no âmbito de eventos artísticos e culturais;
- c) Apresentações artísticas em eventos de âmbito institucional como as semanas acadêmicas ou comemorações diversas que abranjam também os polos de apoio presencial;
- d) Inserção no site de espaço voltado à divulgação de patrimônios culturais brasileiros;
- e) Eventos promovidos na sede e nos polos visando a valorização da cultura e artes;
- f) Dentre outros.

Outrossim, a IES deve anteceder as ações de modo que não se dependa de um órgão ou outro para se estabelecer a valorização da cultura e das expressões artística. Desse modo, a IES institui junto com sua políticas, o Programa Institucional de Valorização do Patrimônio e Memória Culturais e que deverá ser executado no decorrer do quinquênio.

As várias maneiras de entender o que é cultura derivam de um conjunto comum de preocupações básicas. A primeira dessas concepções preocupa-se com todos os aspectos de uma realidade social. Assim, cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação, ou então, de grupos no interior da sociedade. Esta concepção de cultura é bastante genérica, mais usual quando se fala de povos e de realidades sociais diferentes.

Outra maneira de entender o que é cultura é quando nos referimos mais ao conhecimento, às ideias e crenças, assim como às maneiras como eles existem na vida social. Neste caso, a cultura diz respeito a uma esfera, a um domínio da vida social.

As culturas humanas são dinâmicas, e a importância em analisá-las está principalmente no aspecto transformador por que passam as sociedades contemporâneas.

A cultura humana se apresenta em vários prismas, e em realidades diferenciadas. O multiculturalismo impera em nosso país. O desafio está principalmente no espaço acadêmico dar a conhecer todas estas manifestações, isentar de um preconceito e incentivar a pesquisa.

A cultura nacional é rica e interessante, não só em suas raízes, mas nas transformações que vem ocorrendo ao longo das últimas décadas, é aglutinadora dos grupos humanos, colocando os indivíduos com organização e sistemática em prol de objetivos comuns.

O ensino superior é um campo fértil para a promoção cultural. A IES em suas ações comunitárias deve fomentar a cultura, incentivar a realização de eventos que possam resgatar ideias e histórias que representem grupos humanos, que os façam refletir sobre suas raízes.

As ações de cultura do IPLENI contemplarão as artes-visuais, cênicas, musicais, costumes e os fatos históricos de cada região onde serão instalados os polos. Por isso, destacam-se como uma das grandes linhas de ações da cultura o resgate e preservação da cultura brasileira, englobando:

- ⇒ levantamento da história oral;
- ⇒ levantamento do patrimônio material construído;
- ⇒ levantamento do patrimônio imaterial;
- ⇒ incentivo à criação e manutenção de museus;

- ⇒ incentivo à criação e manutenção de corais e orquestras;
- ⇒ resgate e divulgação de documentos da história regional;
- ⇒ incentivo à pesquisa da cultura regional e impressão de livros e criação de gráfica para impressão de obras de pesquisa;
- ⇒ defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural.

O IPLENI tem como compromisso o incentivo da arte local, estando disponível para a recepção de artistas da comunidade em seu ambiente e disposta a realizar políticas institucionais de fomento à arte e à cultura, gerando assim , uma contribuição para o resguardo da memória local e de seus estudantes.

Projetos de Arte e Cultura que possam contribuir e coadunar com os valores éticos da Instituição oferecendo espaço para ações afirmativas dos direitos humanos e dos mais diversos direitos que são salvaguardados pela igualdade e a liberdade de expressão serão apoiados pelas políticas do IPLENI.

Fica previsto neste documento a elaboração de Editais para a promoção de momentos de valorização da arte e da cultura nas mais diversas linguagens, além de espaços dedicados à cultura e à arte nas semanas acadêmicas da Instituição.

Aqui se prevê também subsídios para professores e alunos que se dediquem ao estudo e resguardo do conteúdo cultural e artístico tanto como forma de pesquisa como na formação de um acervo de identidade cultural das localidades onde se instalarão os polos de apoio presencial.

4.6.5. Núcleo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade

Conforme já apontamos, visando colocar em prática e dar fôlego constante às práticas de responsabilidade social e de sustentabilidade, o IPLENI implantará desde o início de suas atividades o Núcleo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade.

Trata-se de uma equipe constituída por professores e colaboradores de diversas áreas que têm como atribuição propor atividades e ações voltadas a melhoria da qualidade de vida no âmbito da comunidade interna e externa da IES.

Há que se destacar que a proposta da IES por efetivar um núcleo específico para lidar com as ações de responsabilidade social e sustentabilidade se institui a partir do norte proposto na própria missão institucional da IES.

4.7. Políticas Institucionais voltadas ao Desenvolvimento Econômico e à responsabilidade social

A responsabilidade do IPLENI, enquanto instituição de ensino tem como perspectiva materializar uma política de atenuar as desigualdades sociais e auxiliar nas expectativas que melhorem os índices de desemprego e, conseqüentemente, interferir positivamente na economia. Trata-se de oferecer soluções que auxiliem os membros da sociedade a melhorar sua qualidade de vida. Sabe a instituição ainda, que a responsabilidade socioeconômica significa o grau de obrigações que uma organização assume por meio de ações que protejam e melhorem o bem-estar da sociedade enquanto procura atingir seus próprios interesses.

Essa responsabilidade social e socioeconômica se manifesta de inúmeras formas, seja pela ação do ensino, seja pela pesquisa, seja pela extensão e torna-se visível a partir deste PDI, desde a sua missão institucional e os seus objetivos que demonstram que a IES está

centrada no desenvolvimento de atividades contínuas que oportunizem de fato uma melhoria das condições de vida das comunidades do seu entorno.

Desse modo, o IPLENI buscará demonstrar sua responsabilidade socioeconômica através:

- a) da democratização do conhecimento produzido;
 - => ações de divulgação das produções acadêmicas;
 - => eventos de extensão e cursos que envolvam também a comunidade;
 - => escolha por cursos de graduação e pós-graduação que tenham demanda social e econômica.
- b) da viabilização de acesso a este conhecimento a todas as camadas sociais;
 - => oferta de bolsas de estágio;
 - => habilitação e oferta de bolsas Prouni Parciais e integrais;
- c) da articulação que busca entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
 - => Práticas Interdisciplinares que vão interferir diretamente na sociedade;
 - => Pesquisas que serão devolvidas à sociedade.
- d) da efetivação de ações que oportunizem a autonomia técnica, científica, cultural e filosófica dos envolvidos;
- e) realização do trabalho coletivo;
- f) do respeito à pluralidade de ideias;
- g) da busca constante da sustentabilidade e autogestão das comunidades envolvidas;
- h) do caráter de processo interdisciplinar de suas ações, que buscam de modo contínuo e permanente promover o desenvolvimento humano e social em todos os âmbitos;
- i) dos programas de empreendedorismo e de sua relação com os órgãos fomentadores econômicos;

- j) dos programas interdisciplinares que tem como foco o encontro do aluno com a sua própria realidade e a divisão da sua responsabilidade com outrem;
- k) da inserção de profissionais no mercado de trabalho, melhorando a qualidade da mão de obra em suas áreas de atuação e conseqüentemente, interferindo positivamente na economia da região de inserção.

4.7.1. Do Desenvolvimento Socioeconômico a partir dos Polos de Apoio Presencial

Sendo que a IES se credenciou especificamente para a oferta na modalidade EaD, é necessário explicitar que o desenvolvimento socioeconômico também se estabelece a partir dos polos de apoio presencial.

Com o advento da publicação do Decreto 9.057/2017 (marco regulatório da EaD), a constituição dos polos dá-se de maneira diferente do que ocorria antes dessa nova regulação, atualmente o número de polos a ser autorizados são dependentes do conceito obtivo no processo de credenciamento para EaD, a saber:

12. As IES credenciadas para a oferta de cursos superiores a distância poderão criar polos EaD por ato próprio, observando os quantitativos máximos definidos no quadro a seguir, considerados o ano civil e o resultado do Conceito Institucional mais recente:

| Conceito Institucional | Quantitativo Anual de Polos |
|-----------------------------------|--|
| 3 | 50 |
| 4 | 150 |
| 5 | 250 |

Neste sentido, a configuração exata do número de polos se dá após o credenciamento institucional e a expectativa do conceito atribuído neste processo.

Mesmo assim, o IPLENI já determinou alguns dos polos que irá ofertar, bem como a região a ser atendida, podendo, portanto, explicitar com certa clareza o desenvolvimento socioeconômico estipulado para tais regiões.

A identificação dos fatores de transformação socioeconômica no entorno dos polos de apoio presencial pode-se ser estabelecida de maneira plana, haja vista o IPLENI ter escolhido estados de todo o Brasil e no exterior para a implantação inicial, o que decorre de realidades muito próximas em face de suas expectativas de desenvolvimento advindas pelo IBGE e outros órgãos de pesquisa.

O acesso ao ensino superior, proporcionado pela implantação dos polos, somada às oportunidades de formação e qualificação profissional são consideradas as ações mais impactantes que o IPLENI causará para as comunidades.

As transformações socioeconômicas serão consequências diretas dos seguintes fatores determinantes:

- a) Do aumento de visitantes dos locais onde irão se inserir os polos (corpo de tutores presenciais, técnicos administrativos etc) e os próprios alunos do polo; e

b) Da expansão da formação e qualificação profissional para as regiões de inserção.

Vale destacar também que, considerando o aumento de pessoas frequentando as comunidades onde se inserem os polos, sejam em cidades pequenas ou em grandes centros, os estabelecimentos de seu entorno passarão a apresentar maior movimento e fluxo de pessoas, indicando a importância econômica do polo para a comunidade.

Pode-se afirmar, também, que fatores como acesso ao ensino superior, oportunidade de formação e qualificação profissional através da formação de qualidade, interiorização de IES através da implantação dos polos de apoio presencial, o crescimento econômico proporcionado pela presença dos alunos na comunidade gerarão uma cadeia de benefícios que resultarão no desenvolvimento socioeconômico no entorno de cada um dos polos.

Nesse sentido, reitera-se o discurso sobre a democratização para do ensino superior justificar a modalidade de ensino, como podemos ver no próprio documento:

No processo de universalização e democratização do ensino, especialmente no Brasil, onde os déficits educativos e as desigualdades regionais são tão elevados, os desafios educacionais existentes podem ter, na educação a distância, um meio auxiliar de indiscutível eficácia. Além do mais, os programas educativos podem desempenhar um papel inestimável no desenvolvimento cultural da população em geral. (BRASIL, PNE, 2001a, p. 49).

Nesse sentido, vale destacar as prerrogativas da interiorização do Ensino Superior, expectativa essa discutida e estabelecida principalmente no âmbito do MEC, a partir de investimento públicos.

A interiorização de cursos de graduação é importante porque amplia a visão política e cidadã de todas as cidades que compõem o interior brasileiro, além disso, tal oferta aumenta as possibilidades de emprego público e privado de boa qualidade e,

consequentemente, as possibilidades econômicas locais, haja vista a própria constituição determinar os mesmos direitos de acesso à educação a todos os cidadãos, indiferente às regiões demográficas do Brasil.

Desse modo, a maior oferta de vagas no ensino superior pode mudar a configuração local, como são exemplos diversas cidades capitais e interior em que a IES pretende instalar polos presenciais de seus cursos na modalidade à distância, a saber:

| | | | |
|-------------------------------------|----------------------------|-----------|---------------------|
| Rio Branco | Acre | AC | Norte |
| Maceió/Marechal Deodoro | Alagoas | AL | Nordeste |
| Macapá/Santana | Amapá | AP | Norte |
| Manaus/Coari | Amazonas | AM | Norte |
| Salvador/Feira de Santana | Bahia | BA | Nordeste |
| Fortaleza/Sobral | Ceará | CE | Nordeste |
| Brasília | Distrito Federal | DF | Centro-Oeste |
| Vitória/Colatina | Espírito Santo | ES | Sudeste |
| Goiânia/Aparecida de Goiânia | Goiás | GO | Centro-Oeste |
| São Luís/Imperatriz | Maranhão | MA | Nordeste |
| Cuiabá/Sorriso | Mato Grosso | MT | Centro-Oeste |
| Campo Grande/Ponta Porã | Mato Grosso do Sul | MS | Centro-Oeste |
| Belo Horizonte/Ouro Preto | Minas Gerais | MG | Sudeste |
| Belém/Ananindeua | Pará | PA | Norte |
| João Pessoa/Patos | Paraíba | PB | Nordeste |
| Curitiba/Umuarama | Paraná | PR | Sul |
| Recife/Pesqueira | Pernambuco | PE | Nordeste |
| Teresina/Paranaíba | Piauí | PI | Nordeste |
| Rio de Janeiro/Seropédica | Rio de Janeiro | RJ | Sudeste |
| Natal/Mossoró | Rio Grande do Norte | RN | Nordeste |

| | | | |
|---------------------------------------|--------------------------|-----------|-----------------|
| Porto Alegre/Farroupilha | Rio Grande do Sul | RS | Sul |
| Porto Velho | Rondônia | RO | Norte |
| Boa Vista | Roraima | RR | Norte |
| Florianópolis/São Bento do Sul | Santa Catarina | SC | Sul |
| São Paulo/Carapicuíba | São Paulo | SP | Sudeste |
| Aracaju/Estância | Sergipe | SE | Nordeste |
| Palmas/Gurupi | Tocantins | TO | Norte |

Cabe ressaltar que a IES pretende instalar seus polos presenciais, nessas cidades em áreas periféricas, as quais, historicamente, são relegadas no que concerne à presença de instituições de ensino superior.

Assim, há que se considerar que apenas 18% da juventude entre 18 e 24 anos está frequentando cursos superiores no Brasil. A análise da situação da educação no país, com o redesenho do sistema representado pela quase universalização do ensino fundamental e pela progressiva democratização do acesso ao ensino médio, também sugere o aumento de mais vagas no ensino superior.

O aumento da escolarização em nível superior é crucial para o desenvolvimento sustentado do país, aumentando ainda as condições de empregabilidade, uma vez que as taxas de desemprego tendem a reduzir-se à medida que se eleva o nível de escolaridade.

A estruturação deste modelo de educação superior em nível de graduação é uma proposta educacional que visa atender aos anseios da comunidade, aos estudantes do ensino médio e está alinhada com as políticas ministeriais de aumentar a oferta de vagas de acesso à graduação; ampliação da população na universidade; busca de soluções para diminuir as taxas de evasão e retenção nos cursos; flexibilização da estrutura curricular das graduações e a diversificação das possibilidades de diplomação.

No entanto, apesar do grande crescimento da EaD desde 2016, dados do INEP mostram que ainda são restritos os Cursos Superiores a distância, pois o número de alunos matriculados representa menor percentual de matriculados do que em presenciais, o que demonstra a necessidade de expansão deste tipo de ensino.

Da mesma forma, há que se considerar que as perspectivas da globalização e da disseminação da informação têm acentuado a importância da educação como um fator fundamental para o desenvolvimento, a construção da cidadania e a democratização baseada na inclusão e transformação da realidade.

A função da educação se transforma nas sociedades atuais em decorrência dos novos padrões de vida e de relacionamento que emergem nas últimas décadas. O desenvolvimento científico e tecnológico e a natureza das transformações econômicas modificaram profundamente a estrutura e funcionamento das sociedades, atingindo-as em seus fundamentos.

Nesse cenário, mudou a natureza da vida econômica, social e cultural. Por sua vez, em nível nacional, os dados do IBGE e das ferramentas do INEP como o IDEB, SAEB etc., mostram que a educação brasileira está longe de atingir as prerrogativas de concorrência com o mundo que desponta para as próximas décadas a partir das tecnologias de informação e a disseminação dos conhecimentos variados, ou seja, os dados de avaliação da educação demonstram que a formação de profissionais qualificados se torna uma ação legítima e necessária.

Assim, entre os grandes desafios que se colocam hoje para a educação, encontra-se a necessidade de articular o que acontece no mundo com os acontecimentos regionais e locais, com vistas a auxiliar a construção da cidadania e atenuar as desigualdades sociais.

Além do exposto acima, a decisão pela escolha dos polos espalhados por todo o Brasil se deve também, de maneira geral, pelas necessidades básicas que persistem em cada

região; vale também frisar que as cidades escolhidas possuem as condições necessárias para a contemplação de uma mudança de cenário, afinal, os polos situar-se-ão em zonas com nível populacional capaz de constituir uma demanda reprimida e substancial dos ingressantes para esta oferta educacional, com número suficiente de alunos oriundos do ensino médio, bem como circundadas por dezenas de outras cidades que necessitam de profissionais para o desenvolvimento das localidades e melhoria da qualidade de vida de suas populações.

Por fim, vale ressaltar que a identificação entre as cidades, as quais dividem várias necessidades e potencialidades, criará uma rede sinérgica que fomentará um intercâmbio de ideias, práticas e vivências, o que sem dúvida fará com que haja um constante aperfeiçoamento e enriquecimento da IES.

4.7.2. Do Empreendedorismo

Todos os currículos do IPLENI estarão centrados na tríade empreendedorismo-inovação-sustentabilidade e, nesse mote, há que se considerar que tanto na sede quanto nos polos, a partir do incentivo e fomento curriculares dos conteúdos que abordam o tema, a IES tem papel preponderante em incentivar a comunidade na busca pela constituição de novos negócios.

Nesse mote, há que se considerar algumas ações que já estão postas no âmbito do IPLENI antes de seu credenciamento, como por exemplo:

- a) Disciplinas voltadas ao Empreendedorismo graduação e pós-graduação.

Essas iniciativas são comprovadamente necessárias ao desenvolvimento econômico, pois o empreendedorismo nasce, inicialmente nas expectativas educacionais para então partir para o contexto social.

Vale destacar a pesquisa lançada pela Endeavor Brasil na Rodada de Educação Empreendedora Brasil – REE, realizada em Florianópolis –SC, em outubro de 2012. Segundo a pesquisa o interesse e necessidade dos alunos dos cursos superiores em empreender não se restringem à área de administração e/ou economia. A taxa que mede a intenção de abrir um negócio próprio varia bem pouco entre cursos da área de exatas, como engenharias (62,7%) e física (56%), e de humanas, como arquitetura (65,6%) e direito (56,3%). Nos cursos de administração, por exemplo, o número de alunos que pensa em empreender é apenas 0,1% maior do que no curso de arquitetura.

Por outro lado, enquanto a parcela de estudantes de administração que já cursaram alguma disciplina ligada ao empreendedorismo é de 53,7%, a mesma taxa cai para 21,9% quando se trata do curso de arquitetura. O mesmo acontece em outras carreiras, como engenharias (39,8%), física (28%) e medicina veterinária (33,3%). No total, a média dos estudantes que já cursaram uma disciplina ligada ao empreendedorismo é 44,2% e daqueles que dizem usar seu tempo para aprender a iniciar um negócio, 28,4%.

Entre os motivos que podem contribuir para isso, conforme avaliou Amisha Miller, gerente de pesquisas e políticas públicas da Endeavor Brasil, estão “restrição dos programas de empreendedorismo às carreiras relacionadas à gestão de negócios”, “fraca divulgação” ou até mesmo “baixa qualidade”.

Compactuando de tal perspectiva, conforme já afirmamos, o IPLENI estabelecerá a todos os cursos de graduação vinculado ao credenciamento e posteriormente protocolados) a oportunidade de constituírem os seus próprios negócios e/ou ampliarem o leque de oportunidades mercadológicas dos seus alunos.

Assim, para o IPLENI, o Empreendedorismo é um novo olhar sobre o mundo, alicerçado no conhecimento e na inovação, a partir do envolvimento de pessoas e de processos que, em conjunto, promovem a construção de ideias, a avaliação de oportunidades, a mobilização de recursos, a assunção de riscos e a concretização de iniciativas diferenciadas e de sucesso.

É fundamental que a IES proporcione em todos os cursos uma cultura favorável à aquisição de conhecimentos e ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores promotores do espírito empreendedor, nomeadamente, criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, trabalho em grupo, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outras.

Além de ser uma perspectiva de crescimento econômico-social, para o IPLENI a educação para o empreendedorismo é um contributo transversal às diferentes disciplinas e áreas não disciplinares que se consubstanciam em atividades ou projetos, desenvolvidos de forma participada pelos alunos e que concorram para a mudança na sua área de atuação enquanto cidadãos.

4.7.3. Da Inovação

Segundo Drucker (1987, p. 39) não seria possível falar de empreendedorismo, sem citar a inovação, pois ela é a peça chave para o nascimento e manutenção de um empreendimento "os empreendedores inovam. A inovação é o instrumento específico do empreendedor".

Dessa forma, vale destacar que a inovação está constituída na própria gênese do IPLENI, haja vista ela ter em sua missão institucional tal perspectiva, bem como ela própria se constituir como tal.

Na concepção da IES o conceito de inovação está centrado nas necessárias alterações provocadas por mudanças na sociedade. Nesse sentido, a universidade, enquanto responsável direta ou indiretamente pelos avanços tecnológicos necessários a sociedade, constitui-se como instancia privilegiada para a formação de profissionais que tenham a busca pela inovação tecnológica e social como norte em suas carreiras.

Assim, ciente da transversalidade e a necessidade de se constituir expectativas universitárias acerca da gestão da inovação, o IPLENI instituirá em todas as matrizes curriculares, conjuntamente com o Empreendedorismo a Inovação. Além das inovações tecnológicas e das modalidades ativas de ensino, a instituição se coloca em uma posição de constante atualização para as questões da sociedade brasileira, estando aberta ao debate e à construção de uma mentalidade sempre jovem, mas com fortes alicerces teóricos. O compromisso fundamental da questão empreendedora do IPLENI está na formação de seus discentes e na instrução para que seu corpo docente esteja sempre embasado para realizar a proposta pedagógica da instituição nas melhores condições possíveis associando um olhar holístico de mercado e com as questões socioambientais.

O IPLENI acredita que esse posicionamento vem a agregar valores fundamentais para uma educação diferencial e a formação de um ser humano completo e capacitado a inovar, seja nas práticas, seja no desenvolvimento de seus próprios processos.

Por fim, alunos e todo o corpo da faculdade é constantemente incentivado a participar com ideias e ações de melhoramento em suas funções e naquelas as quais possam acrescentar novas visões, gerando assim uma produção contínua do fluxo de ideias e valores da Instituição sempre disponível a se reinventar, respaldada pelo seu compromisso com a educação.

4.7.4. Política Institucional para a Modalidade EaD

No IPLENI, a política para a modalidade a distância apresenta o arranjo institucional dessa modalidade de oferta, que está voltada para a promoção da aprendizagem acadêmica e do desenvolvimento social, ambiental, econômico e científico dos locais em que é ofertada.

Desse modo, o IPLENI fomentará a modalidade a distância por meio de sua base tecnológica institucional junto à comunidade acadêmica e descrevendo a estrutura

pedagógica e instrucional. Assim, apresentam-se as ofertas da Educação a Distância levando-se em consideração as condições reais da localidade de oferta de cada um dos polos, que estão estritamente relacionadas com a diversidade regional, econômica, social e cultural do Brasil, para a formação de qualidade dos acadêmicos situados na sede e nos polos de apoio presencial.

Assim, são objetivos desta política:

- Apresentar o papel da base tecnológica da IES para o fomento da aprendizagem acadêmica.
- Fomentar as ofertas aportadas na modalidade a distância do IPLENI.
- Incentivar a integração institucional da comunidade acadêmica.
- Aprimorar as habilidades e competências dos acadêmicos.
- Oportunizar a oferta EAD de acordo com as condições reais da localidade de oferta.
- Promover o respeito às diversidades de pensamento e ideologias, como possibilidades de crescimento individual e social.
- Sustentar os projetos pedagógicos dos cursos no que diz respeito à qualidade de ensino e aprendizagem acadêmica.
- Qualificar o aprimoramento profissional dos acadêmicos.
- Consolidar as atividades acadêmicas e pedagógicas da IES.
- Socializar a estrutura da modalidade a distância das IES entre a comunidade acadêmica.

Essa política ainda aborda a formação pretendida nos cursos, a base tecnológica institucional, o papel dos polos de apoio presencial nessa política e os aspectos da educação a distância.

Neste sentido, concomitante a constituição deste PDI, o Conselho Superior do IPLENI tem se reunido nos últimos meses estabelecendo ações em vista da formação de um corpo docente e tutorial qualificado para a EaD, além da sua estrutura tecnológica e equipe multidisciplinar.

Nessa perspectiva, a IES está consciente de que, antes mesmo de se credenciar, deverá obter experiências com a modalidade EaD. Assim, o IPLENI já proporcionou aos seus colaboradores e professores cursos de treinamento para uso de tecnologias de informação para EaD, bem como outras perspectivas necessárias à tal oferta.

O IPLENI, no que tange as suas perspectivas acerca da modalidade EaD, segue as prerrogativas do Decreto Nº. 9.057, de 25 de Maio de 2017, ou seja,

“(...) modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos”.

Nesse sentido, a expectativa da Educação a Distância no IPLENI é constituí-la como um agente de inovação dos processos de ensino-aprendizagem, que incentivem a incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) aos métodos didático-pedagógicos e possibilitem o acesso à Educação Superior para os cidadãos que têm nessa modalidade a única possibilidade de inserção.

Trata-se de propiciar a democratização do acesso à educação de forma a contribuir para a redução das diferenças socioculturais e econômicas que se perpetuam em nossa sociedade, tendo ainda como objetivos:

- Formular e implementar cursos e projetos de educação a distância (EaD) no IPLENI;
- Acompanhar e dar apoio tecnológico e pedagógico aos cursos a distância, desde a fase de projeto, desenvolvimento, implementação, até à sua administração, supervisão e avaliação;
- Promover a pesquisa sobre novas tecnologias, formas e instrumentos de ação para a EaD;
- Desenvolver, produzir e disseminar conteúdos, programas e ferramentas tecnológicas para a utilização em EaD;
- Fomentar e difundir o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no ensino em sua indissociabilidade com a pesquisa (iniciação científica) e a extensão;
- Cooperar com as coordenações de curso, no intuito de manter e desenvolver a excelência acadêmica, criando oportunidades para o crescimento de um trabalho a distância com as mesmas características de qualidade encontradas nas práticas presenciais;
- Planejar, coordenar e supervisionar a execução de programas de capacitação em EaD nos níveis de extensão, aperfeiçoamento e especialização.

A IES constituiu o seu Plano de Gestão para a EaD que apresenta e direciona todos os processos para gestão da modalidade na IES, a saber:

- => Organograma bem definido, com os deveres e responsabilidades de cada um dos setores.
- => Processo de constituição dos materiais instrucionais bem desenhados.
- => Ações sistemáticas para EaD devidamente planejadas e pré-estabelecidas.
- => *Modus operandi* da Gestão dos polos.
- => Plano de qualificação do corpo docente, tutores e técnico-administrativos.

4.7.5. Estudo para Implantação de Polos EaD

O IPLENI tem plena compreensão de que a EaD tem, entre suas características, ser um instrumento para facilitar e ampliar o acesso à educação. Nesse sentido, a política de implantação e expansão de polos de apoio presencial da IES se constitui de estudo sério e o mais próximo da realidade possível, haja vista, por se tratar de uma iniciativa privada, dele depender também a própria sustentabilidade financeira da IES, primordial para a existência de uma instituição plena.

Assim, a partir da expertise de sua mantenedora, a IES estabeleceu diretrizes que preveem etapas que incluem tanto o conceito institucional a ser obtido no credenciamento (primordial para a quantidade polos possíveis para a IES), o crescimento da instituição e da base de alunos. Tais diretrizes tiveram como objetivos:

- Organizar as etapas que envolvem tomadas de decisão para implantação de novos polos de apoio presencial na IES.
- Normatizar os processos que envolvem estudo e viabilidade de implantação de polos na IES.
- Tornar transparente o processo de tomada de decisão quando do lançamento de novos polos, sejam de graduação ou de pós-graduação, na IES.
- Normatizar o processo de implantação dos novos polos de EaD.

Assim, conforme já delineamos em outros momentos deste PDI, a projeção dos polos iniciais deu-se por meio de estudo de mercado configurado pela mantenedora da Faculdade e considerou as seguintes perspectivas:

- a. Cidades-Polo=> deu-se prioridade às cidades consideradas como polos regionais, ou seja, aquelas que possuem grande população e bairros que são ligados a outros municípios em que a oferta de cursos presenciais não abrangem na totalidade.
- b. População=> além das grandes cidades supracitadas, deu-se prioridade aos municípios com crescimento amplo.
- c. Educação Básica=> deu-se prioridade às localidades que possuem escolas de ensino médio com demanda suficiente para atender às vagas pleiteadas.
- d. Concorrência=> deu-se prioridade a áreas dos municípios onde não possuem polos instalados.
- e. Infraestrutura=> deu-se prioridade aos municípios que possuem para locação espaços com no mínimo 1.000 metros quadrados para constituição dos polos de apoio presencial e/ou instituições de educação básica parceiras e bem estruturadas.

| | |
|-------------------------------------|---------------------------|
| Rio Branco | Acre |
| Maceió/Marechal Deodoro | Alagoas |
| Macapá/Santana | Amapá |
| Manaus/Coari | Amazonas |
| Salvador/Feira de Santana | Bahia |
| Fortaleza/Sobral | Ceará |
| Brasília | Distrito Federal |
| Vitória/Colatina | Espírito Santo |
| Goiânia/Aparecida de Goiânia | Goiás |
| São Luís/Imperatriz | Maranhão |
| Cuiabá/Sorriso | Mato Grosso |
| Campo Grande/Ponta Porã | Mato Grosso do Sul |
| Belo Horizonte/Ouro Preto | Minas Gerais |
| Belém/Ananindeua | Pará |
| João Pessoa/Patos | Paraíba |

| | |
|---------------------------------------|----------------------------|
| Curitiba/Umuarama | Paraná |
| Recife/Pesqueira | Pernambuco |
| Teresina/Paranaíba | Piauí |
| Rio de Janeiro/Seropédica | Rio de Janeiro |
| Natal/Mossoró | Rio Grande do Norte |
| Porto Alegre/Farroupilha | Rio Grande do Sul |
| Porto Velho | Rondônia |
| Boa Vista | Roraima |
| Florianópolis/São Bento do Sul | Santa Catarina |
| São Paulo/Carapicuíba | São Paulo |
| Aracaju/Estância | Sergipe |
| Palmas/Gurupi | Tocantins |

5. EIXO: POLÍTICAS ACADÊMICAS

5.1. Políticas de ensino e Ações Acadêmico-Administrativas para os Cursos de Graduação

As políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação do IPLENI têm por finalidade priorizar a formação técnica para o mercado de trabalho em consonância com o desenvolvimento integral e a formação cidadã como princípios essenciais das relações humanas, éticas e sociais.

Neste sentido, por meio dessas políticas, a Instituição promove o alinhamento entre o PDI e a política de ensino de seus cursos, considerando os métodos e as técnicas didático-pedagógicas, o nivelamento, os componentes transversais, a mobilidade acadêmica, a extensão, a iniciação científica, as metodologias que favoreçam o atendimento educacional

especializado e as atividades de avaliação, possibilitando as práticas de ensino e aprendizagem e a promoção de ações reconhecidamente exitosas e inovadoras.

A partir dessa condição, a IES promoverá em seus cursos uma sistemática atualização curricular que buscará a incorporação de avanços tecnológicos, a interdisciplinaridade e a promoção de ações exitosas e inovadoras em suas ações pedagógicas.

Além disso, disponibilizará e desenvolverá para os cursos de graduação ofertados, materiais didáticos e atividades práticas e interdisciplinares, por meio de uma infraestrutura física e tecnológica adequada ao funcionamento das atividades acadêmicas, garantindo que se atinja o perfil de egresso definido em linhas gerais e no que tange ao específico de cada curso.

Há que se destacar também as expectativas acerca das Diretrizes Curriculares emanadas pelo MEC para os cursos de graduação que são a gênese de cada um dos cursos.

Desse modo, podemos afirmar que alguns dos objetivos e ações sistemáticas dessa política de ensino do IPLENI são:

- Estudo sistemático pelos NDE's das DCN's de cada um dos cursos de modo a atendê-las em linhas gerais.
- Pesquisa e Propostas emanadas pelo Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica visando à inserção de novas tecnologias e novos métodos incorporados aos cursos de graduação implantados no IPLENI.
- Elaboração e execução de projetos para estimular a abordagem interdisciplinar, a convivência, com foco em resolução de problemas, inclusive de natureza regional, respeitando as diretrizes curriculares pertinentes.
- Preparação do contexto e das circunstâncias para implementação das novas

metodologias de ensino e aprendizagem adotadas.

- Promoção do estágio supervisionado e práticas interdisciplinares com o objetivo de oferecer ao acadêmico experiências práticas de forma a aperfeiçoar o seu processo de formação profissional e humana.
- Atualização e revisão contínua dos projetos pedagógicos baseada nas avaliações nacionais e no resultado das avaliações externas.
- Construção coletiva de projetos pedagógicos centrados no acadêmico como sujeito da aprendizagem.
- Promoção de eventos de difusão do conhecimento científico em áreas prioritárias, com envolvimento do corpo docente e discente com transmissão simultânea para os polos de EaD.
- Desenvolvimento de ações que reduzam as taxas de evasão e aumentem os índices de permanência acadêmica.
- Elaboração de projetos que permitam a flexibilização curricular, que garantam alcançar o perfil desejado para o egresso e o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas para a formação.
- Desenvolvimento de projetos de formação continuada, de modo que o ensino nos cursos de graduação seja o ponto de partida para uma cultura da formação continuada.
- Utilização dos colegiados como prática de gestão, sustentando um modelo de gestão acadêmica compartilhada, capaz de articular os princípios e objetivos decorrentes de seu compromisso social e educacional.
- Criação, incentivo e apoio a intercâmbios e parcerias nacionais e, quando possível,

internacionais, propiciando aos discentes a possibilidade de estabelecerem relações com instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras, como importante instrumento de formação intelectual de seus acadêmicos.

- Desenvolvimento das tecnologias de informação no próprio IPLENI como ferramenta de interação entre professores-alunos-tutores e facilitadoras no processo de comunicação com a comunidade interna e externa.
- Apoio e promoção de produção científica, cultural, de atividades de extensão, de qualificação profissional e de formações continuadas do corpo docente como forma de aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem e do desenvolvimento dos pilares do conhecimento: ser, saber, fazer e conviver, propulsores de ações inovadoras e exitosas.

Desse modo, pode-se afirmar que a política para o ensino de graduação no IPLENI se estabelece a partir da organização e aplicação dos projetos pedagógicos, da formadas atualizações curriculares, a forma de organização dos componentes curriculares, as expectativas de ensino-aprendizagem voltadas ao desenvolvimento metodológico e tecnológico da modalidade a ser ofertada, a mobilidade acadêmica, a avaliação da aprendizagem e dos componentes inovadores como as práticas interdisciplinares e as atividades complementares que são denominadas no IPLENI como Atividades de Complementação Profissional. Além disso, deve-se destacar as atividades práticas de extensão que ligadas ao Estágio e ao TCC determinarão o processo de ensino-aprendizagem de maneira profícua.

5.1.1. Políticas de Nivelamento

O IPLENI tem plena consciência acerca do déficit da Educação Básica Brasileira e do seu papel como instituição inclusiva, dessa formar suas políticas de ensino devem se estender também para o processo de suplantar as deficiências advindas por seus ingressantes na

fase educacional que antecedeu o Ensino Superior.

Assim, a política do programa de nivelamento do IPLENI deve propiciar ao discente ingressante nos cursos de graduação a oportunidade de amenizar deficiências em sua escolarização fundamental e média, para que ele possa acompanhar os conteúdos relacionados ao curso. Sua finalidade é permitir aos discentes a atualização ou aprendizagem dos conhecimentos que adquiriu em cursos de ensino médio, de forma que seu aproveitamento acadêmico seja compatível com os pressupostos estabelecidos pela Instituição, acelerando assim sua adaptação ao ambiente acadêmico, em especial no que diz respeito à leitura e escrita, aos conhecimentos matemáticos básicos e aos conhecimentos gerais.

Nesse mote, os objetivos do nivelamento do IPLENI são:

- Acolher e instruir o discente acerca do contexto do Ensino Superior.
- Promover orientações para condutas éticas, críticas, reflexivas e autônomas.
- Incentivar a superação de limites para o desenvolvimento e ampliação do desempenho acadêmico e oportunizar o nivelamento, por meio de cursos direcionados ao aprendizado, adaptação e auxílio no aproveitamento e desempenho das unidades de aprendizagem.

Logo, no IPLENI o nivelamento deverá se constituir em etapas, a saber:

- a) Nas primeiras semanas de aula, os alunos deverão receber revisões de:
- ⇒ Leitura e Produção de Textos;
 - ⇒ Matemática Básica;
 - ⇒ Conhecimentos Gerais.

OBS* No caso da EaD esses conhecimentos deverão ser transmitidos a partir do AVA, considerando os resultados das provas de vestibular e da média ponderada dos alunos que ingressarem pela nota do ENEM.

- b) Após o semestre letivo, os professores devem analisar os resultados alcançados e, dar novo suporte de cursos de qualificação nas áreas supracitadas àqueles alunos que ainda apresentarem deficiências no decorrer do curso.

Assim, o nivelamento é um programa do IPLENI instituído de maneira contínua, havista não se poder em algumas semanas suplantar as deficiências advindas de vários anos da Educação Básica.

5.1.2. Políticas Institucionais e Ações Acadêmico-Administrativas para a Pesquisa ou Iniciação Científica, a Inovação Tecnológica e o Desenvolvimento Artístico e Cultural

Conforme já destacado em outras partes deste PDI, o IPLENI tem plena ciência da necessidade de formar profissionais questionadores e conscientes de seus papéis frente à sociedade e aos anseios do mundo globalizado, neste contexto a iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural vinculam-se na IES às atividades de ensino a partir de exemplos já inferidos como as Práticas Interdisciplinares (bacharelados), as Práticas Pedagógicas (licenciaturas), as Práticas de Extensão, os Estágios e o TCC que promovem a inserção dos alunos nessas expectativas de forma contínua e em conjunto com o percurso formativo e não apenas vinculados à projetos específicos e pontuais.

A IES, a partir de seu grupo de gestores, coordenadores, NDE's e colegiados entende que as ações voltadas aos anseios transdisciplinares devem fazer parte dos currículos e não apenas inseridos na forma de conta-gotas como comumente ocorre no Ensino Superior. Assim, a busca por ferramentas que aliem tais aspectos ao ensino são fundamentais para a própria meta de qualidade não apenas técnico-profissional, mas cidadã.

5.1.3. Políticas Institucionais de Iniciação Científica, Inovação Tecnológica e Desenvolvimento Artístico Cultural no âmbito dos cursos de graduação

Conforme já ressaltado, a IES desenvolveu os seu projetos pedagógicos visando formar diferencialmente os seus alunos. Para tal foram determinadas as seguintes atividades em conjunto com os currículos:

a) Iniciação Científica:

- ⇒ Os cursos estabelecem espaços como as Práticas Interdisciplinares e Práticas Pedagógicas em que os alunos devem a cada semestre promover pesquisas sobre vários temas pré-determinados e em consonância com outras disciplinas do curso. Aofinal, os alunos devem apresentar os resultados na forma de relatório e pôster, os quais poderão ser desenvolvidos *a posteriori* como Projetos de Iniciação Científica, conforme a qualidade e interesse acadêmico pelo trabalho desenvolvido.
- ⇒ Os cursos possuem a disciplina TCC, mesmo quando as Diretrizes Curriculares não o indicam como obrigatório. Isso é fundamental para o início de trabalhos que poderão ser desenvolvidos em nível de pós-graduação.
- ⇒ Os professores do curso podem selecionar alunos para o desenvolvimento de seus projetos de pesquisa, incluindo o fomento institucional a partir de bolsas de iniciação científica.

b) Inovação Tecnológica:

- ⇒ Os cursos possuem em seus currículos a disciplina Empreendedorismo e Inovação que trata especificamente da discussão e o fomento ao desenvolvimento de novos negócios e novas tecnologias.
- ⇒ Todos os currículos dos cursos tem implantadas as cargas horárias de atividades de extensão o que será primordial para o desenvolvimento de ações e projetos voltados à arte e à cultura.
- ⇒ A IES irá propor o desenvolvimento semestral de ações voltadas à disseminação da arte e cultura em todos os cursos de graduação a partir de cursos, seminários e semanas

culturais.

5.1.4. Bolsas de Iniciação Científica

A IES tem a previsão do fomento à Iniciação Científica a partir de bolsas proporcionadas aos alunos.

Por se tratar de uma IES privada, as bolsas poderão ser constituídas a partir de descontos (parciais e integrais) que deverão ser publicadas a partir de Edital próprio após o credenciamento da IES e o efetivo funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação.

Essa expectativa encontra suporte no âmbito da própria missão da IES que busca a formação diferenciada de seus alunos, afinal o acelerado crescimento do conhecimento nos últimos anos tornou impraticável o ensino tradicional baseado exclusivamente na transmissão formal de informação. Ademais, a IES tem conhecimento de que, em muitas disciplinas, já não é possível dentro das cargas horárias transmitir todo o conteúdo relevante, bem como é certo que o conhecimento não é acabado, e muito do que o estudante precisará saber em sua vida profissional ainda está por ser descoberto.

Desse modo, o IPLENI sabe que o desafio de hoje é formar indivíduos capazes de buscar conhecimentos e de saber utilizá-los. Ao contrário de outrora, quando o importante era dominar o conhecimento, hoje sabe-se que o importante é "dominar o desconhecimento", ou seja, estando diante de um problema para o qual ele não tem a resposta pronta, o profissional deve saber buscar o conhecimento pertinente e, quando não disponível, saber encontrar, ele próprio, as respostas por meio de pesquisa. Assim, não será fazendo de nossos alunos meros depositários de informações que estaremos formando os cidadãos e

profissionais de que a sociedade necessita. Para isto, as atividades, curriculares ou não, voltadas para a solução de problemas e para o conhecimento da nossa realidade, tornam-se importantes instrumentos para a formação dos nossos estudantes. É dentro desta perspectiva que o fomento à Iniciação Científica é premente no IPLENI, pois a inserção precoce do aluno de graduação em projetos de pesquisa se torna um instrumento valioso para aprimorar qualidades desejadas em um profissional de nível superior, bem como para estimular e iniciar a formação daqueles mais vocacionados para a pesquisa.

5.1.5. Políticas de Pós-Graduação

A Pesquisa e a Iniciação Científica também encontram o seu espaço no IPLENI a partir das atividades da Pós-Graduação. Em termos de concepção, o IPLENI entende que um programa de pós-graduação deve conter um conjunto de disciplinas comuns, definidas como aquelas que vão garantir o suporte teórico e metodológico para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa. Assim, há que se destacar que, em continuidade ao aprofundamento propiciado pelas disciplinas, o plano de estudos do pós-graduando inclui atividades orientadas que são estabelecidas pelo AVA por professores do curso de pós-graduação.

Dessa forma, ressalte-se que, visando constituir em sua plenitude a perspectiva acerca da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a IES constituirá desde a sua implantação a oferta de programas de pós-graduação *lato sensu*, buscando também oportunizar à comunidade a formação continuada.

A pós-graduação “*Lato Sensu*” tem por elemento definidor o aprofundamento da formação inicial constituída na graduação. Assim posto, pode-se afirmar que o curso de pós-graduação “*Lato Sensu*” estabelece o ensino como objetivo a ser alcançado e garante a assimilação dos procedimentos e/ou resultados do avanço na produção científica, ajustando seu perfil às mudanças operadas na profissionalização. O Projeto do IPLENI

afirma que a pós-graduação “*Lato Sensu*” na modalidade EaD está focada à especialização e à formação continuada nas diversas áreas da graduação.

Ademais, o oferecimento de cursos de pós-graduação se institui também como um espaço necessário para o acompanhamento e qualificação do egresso que se formará na própria instituição.

Dessa forma, pode-se afirmar que a política de pós-graduação está consubstanciada em ações que possibilitem alcançar metas de qualidade na pesquisa, na capacitação do corpo docente e na qualificação de cursos. O estabelecimento das políticas de pós-graduação do IPLENI partiu de pressupostos básicos que norteiam suas ações para a capacitação profissional e acadêmica em áreas específicas e que devem levar em consideração a necessidade de aprimorar atividades profissionais ou acadêmicas e oferta de cursos que atendam às necessidades do mercado, identificadas por pesquisa científica e pesquisa de opinião de mercado no cenário brasileiro, haja vista tratar-se da modalidade EaD e, portanto, de abrangência global.

Na concepção da Faculdade, a pós-graduação deve ser mais do que uma coleção de programas e projetos discretos. Interações, laços intelectuais e interligações entre os programas de pós-graduação e os projetos de pesquisa/iniciação científica são tão importantes quanto os próprios programas e projetos. Cultivar este ambiente multidisciplinar requer a adoção de diretrizes que garantam os resultados esperados.

O IPLENI elegeu, portanto, como diretrizes específicas para o ensino de pós-graduação:

- Consolidar política de pós-graduação condizente com a sua missão;
- Implementar política de capacitação, em nível de pós-graduação, para docentes e funcionários;
- Fortalecer a relação entre a pós-graduação, a pesquisa/iniciação científica, a

graduação e a extensão;

- Incentivar mecanismos de acompanhamento e avaliação da pós-graduação;
- Melhorar as condições de infraestrutura e suporte tecnológico ao desenvolvimento dos programas de pós-graduação;
- Participar e contribuir com o desenvolvimento nacional na formação de recursos humanos qualificados;
- Estabelecer regras para alocação de horas em projetos de pesquisa/iniciação científica, considerando a produção científica;
- Estimular a apresentação e publicações de artigos científicos, atendendo às exigências do Qualis;
- Definir estratégias de divulgação dos resultados de pesquisa/iniciação científicas, favorecendo a criação de uma imagem positiva do IPLENI;
- Destinar a pós-graduação lato sensu (incluindo MBA) à capacitação profissional e acadêmica em áreas específicas, destacando-se:
 - A. Cursos que objetivam o aprimoramento das atividades profissionais e acadêmicas;
 - B. Cursos que objetivam exclusivamente o aprimoramento das atividades profissionais;
 - C. Cursos que atendam às necessidades do mercado.

5.1.6. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão

Primeiramente, há que se ressaltar que o IPLENI cumpre a legislação que determina a obrigatoriedade da curricularização das Atividades de Extensão nos Cursos de Graduação da IES, tudo em face à conformidade com a estratégia 12.7, da Meta 12, do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) que orienta os cursos de graduação a assegurar 10% de seus créditos curriculares em programas e projetos de extensão universitária, bem como da legislação mais recente que é a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024.

Neste sentido, a IES determinou que cada curso de graduação a ser autorizado detivesse certa autonomia na configuração das ações extensionistas no seu âmbito curricular. Essas determinações advêm de um guia para a comunidade acadêmica envolvida nesses processos, com o objetivo de oferecer orientações e esclarecimentos para o bom andamento deste processo de implementação tão recente.

Logo, a extensão se expressa e se valoriza no IPLENI numa dinâmica que se concretiza através da produção de conhecimentos, que acontece na interface instituição/comunidade. Superando com isso o processo de aprendizagem, exclusivo no espaço do currículo tradicional.

Um dos principais objetivos da extensão no IPLENI é promover uma relação transformadora, como instrumento de mudança numa relação de mão dupla, de troca de saberes e de ações profissionais com a sociedade.

A extensão se fortalece como prática acadêmica vinculada às atividades de Ensino, as quais se traduzem na articulação e devolução do saber, construindo um novo saber a partir do confronto com as situações concretas. A Extensão, pela sua própria natureza, deve conduzir ao enraizamento da Instituição de Ensino Superior na sociedade; suas atividades

devem ser planejadas para o benefício efetivo da comunidade externa.

Desse modo, a IES deverá ter um Núcleo de Extensão que promova atividades institucionais, bem como incentive e auxilie os cursos de graduação a constituírem seus projetos.

Mesmo antes de iniciar as suas atividades, cada um dos cursos deverá ter um rol de atividades sistemáticas de extensão, os quais devem prever a variabilidade de áreas e eventos, bem como a promover a responsabilidade social e o incentivo à preservação e disseminação da cultura e do patrimônio da região de inserção do IPLENI.

De acordo com essas expectativas, há áreas de atuação prioritárias em nível de extensão, a saber:

- a) preservação e sustentabilidade do meio ambiente;
- b) ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação básica;
- c) melhoria da saúde e da qualidade de vida da população brasileira;
- d) melhoria do atendimento à criança, ao adolescente e ao idoso;
- e) promoção do desenvolvimento cultural, em especial a produção e preservação de bens culturais locais nos polos de apoio presencial;
- f) ampliação e fortalecimento das ações de democratização da ciência;

- g) oferta de capacitações e reorientações profissionais que envolvam a comunidade externa.

Do mesmo modo, há que ressaltar que as Atividades de Extensão são definidas em programa próprio e não se confundem com as Atividades Complementares no IPLENI, haja vista ter perspectivas diferentes, conforme já delineado em capítulos anteriores.

Neste mote, as ações acadêmico-administrativas previstas para a extensão nos cursos de graduação do IPLENI estão em conformidade com as políticas estabelecidas pela IES e

buscam na relação entre a IES e a comunidade externa a melhoria das condições sociais desses grupos a partir de práticas efetivas como: campanhas de preservação do meio ambiente, projetos de assistência às escolas, creches e órgãos semelhantes, etc.

Todas as ações devem ser amplamente divulgadas tanto interna como externamente à IES e devem ser estabelecidas bolsas de extensão para os discentes, da mesma maneira que ocorrer com a iniciação científica ou monitoria, fazendo com que se dissemine tal prática, bem como ampliem-se as expectativas inovadoras na extensão.

5.1.7. Indissociabilidade das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão

No que diz respeito às expectativas da extensão e suas relações com o ensino e pesquisa, deve-se destacar que, além dos espaços determinados nos currículos para tais atividades, também são estabelecidos diálogos com as atividades de ensino, como por exemplo:

a) Práticas Interdisciplinares: em cada um dos cursos de graduação, minimamente em um dos semestres é indicado que os alunos promovam, junto com os docentes orientadores e tutores, projetos de responsabilidade socioambiental junto à comunidade, assim, a IES terá uma união mais clara entre o ensino -extensão, haja vista tais projetos proporcionarem a relação dos conhecimentos apreendidos nos conteúdos curriculares, bem como a relação com os problemas encontrados na comunidade dos polos de apoios presencial e que podem ser objeto de estudo para alunos e professores.

b) Atividades de Extensão: serão promovidos cursos e eventos de extensão que se estabelecem desde ações sociais, campanhas de preservação do meio ambiente, da cultura e projetos de assistência social à comunidade.

Vale destacar que a extensão, quando relacionada ao contato com a comunidade, não se pautará unicamente no mero assistencialismo, mas numa forma de estender os conhecimentos produzidos para além de seus muros, de maneira a aproximar-se e contribuir mais com discussões à busca de resoluções dos problemas sociais.

Sendo assim, nenhuma ação de extensão pode estar desvinculada do processo de formação e da geração de conhecimento.

Nesta perspectiva, a função da extensão, integrada com os objetivos de cada curso, é de implementar ações através de programas, projetos, estágios curriculares, cursos, seminários, que envolvem a comunidade com diagnósticos da realidade que a cerca, intercâmbio de informações, sugestões e desenvolvimento de atividades que acabam fortalecendo a construção da cidadania. Esta é uma das maneiras de concretizar a articulação entre ensino e extensão.

Assim, a Extensão, enquanto atividade fim deverá aproximar e vincular as práticas profissionais das necessidades e interesses reais da comunidade numa perspectiva interdisciplinar.

5.1.8. Fomento e Bolsas de Extensão

O IPLENI tem plena consciência de que a participação do acadêmico nas atividades de extensão é parte essencial de sua formação, afinal elas contribuem para ampliar experiências significativas, nas quais acontece o deslocamento do eixo pedagógico clássico professor/aluno para o eixo aluno/comunidade, com novo enfoque de ensino em que o professor passa a ser coparticipante, orientador, educador, tutor.

Assim, para além das atividades extensão obrigatórias nos currículos, o IPLENI promoverá o fomento às atividades por meio de bolsas de extensão aos alunos participantes, em especial na execução de projetos voltados à comunidade de inserçãodos alunos, inclusive nos polos de apoio presencial.

Dessa forma, o processo de formação acadêmica tornar-se-á mais rico e flexível, coma quebra de paradigmas que há muito estabelecem as normas do processo educacional. Conceitos como carga-horária, matriz curricular, controle acadêmico, verificação de frequência e de rendimento escolar, sistemática de avaliação serão relativizados. Mais valor terão os processos qualitativos; e a avaliação passa a ser compreendida numa perspectiva de crescimento. Docentes e discentes terão, além de novas relações, novos aprendizados, novos conceitos e mais experiências acumuladas.

A busca do conhecimento há que ser um processo prazeroso, no qual a burocracia acadêmica seja rompida e o ensino transformada em espaço de permanente interação de troca de saberes, e que o aluno não seja um mero espectador, mas agente no processo. É nesta interação cotidiana que a função social da Faculdade se concretiza, fazendo da teoria e da prática um todo articulado.

5.2. Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente

A IES tem plena consciência de que, apesar de seu papel como Faculdade Isolada não ter a obrigatoriedade de estabelecer a pesquisa ou a iniciação científica como um dos seus nortes básicos, ela tem a obrigação de fomentar meios de estimular a produção acadêmica tanto no âmbito docente quanto discente.

Assim, a IES busca desde cedo estabelecer espaços em seus currículos que permitam constituir espaços para que professores e alunos produzam conhecimento no âmbito institucional.

A princípio deve-se destacar as práticas interdisciplinares que estão presentes nos cursos de graduação bacharelado e tecnológicos em que os alunos são orientados a produzir trabalhos que promovam o diálogo entre a teoria e a prática profissional.

Vale destacar também as práticas pedagógicas interdisciplinares como um espaço viável para essa finalidade, afinal durante todo o percurso dos cursos de formação de professores, alunos e professores estarão em contato direto com a realidade das escolas de educação básica, o que fará com que novos conhecimentos e novas perspectivas sejam instituídas ao longo do curso.

Da mesma forma, deve-se destacar o Programa Institucional que incentiva a participação de alunos e professores em eventos de cunho científico e artísticos, o que ensejará a produção de trabalhos em várias áreas do conhecimento.

Outrossim, deve-se destacar que os estágios e o TCC, obrigatórios nos cursos de graduação, serão espaços imprescindíveis para a produção acadêmica, inclusive podendo a IES com o passar do tempo iniciar a constituição de um núcleo de iniciação científica que proporcionará anseio plenos para a produção acadêmica.

Vale destacar que tem-se já em discussão e será objeto de ações no decorrer do quinquênio a concepção de revistas acadêmicas que visam explicitar junto à comunidade os resultados de pesquisas e discussões docentes e discentes no âmbito institucional.

Assim, o IPLENI tem consciência da importância do incentivo a produção acadêmica como meio de fortalecimento do ensino, da extensão e da investigação científica. Para isso, estabelece como ações para difusão dessas produções:

- Apoio financeiro a discentes e docentes para participação em eventos científicos promovidos por outras instituições ou organizações;
- Apoio financeiro a docentes para publicação de livros e/ou produção de materiais didático-pedagógicos;
- Apresentação de TCCs a bancas examinadoras;
- Realização de Congresso, bienalmente, aberto a participação da comunidade acadêmica interna e externa, sobre temas emergentes, em especial que envolvam a questão das relações étnico-raciais, da educação ambiental, dos direitos humanos e da acessibilidade;
- Realização de Workshops de iniciação científica, por meio dos quais os alunos possam divulgar seus trabalhos científicos em anais;
- Financiamento para publicação de uma Revista de Ensino, Iniciação Científica e Extensão que abranja as diversas áreas do conhecimento;
- Apoio a grupos de pesquisa que contribuam para promoção da melhoria da qualidade de vida, da educação, do meio ambiente, dos direitos humanos, da saúde e da inclusão, dentre outros;
- Apoio aos discentes para realização de eventos científicos, com a oferta de espaço físico, material de papelaria e recursos tecnológicos, tanto na sede, quanto nos polos de apoio presencial;
- Apoio aos docentes e colaboradores conforme Plano de Qualificação do IPLENI.

5.2.1. Política Institucional de Acompanhamento dos Egressos

A análise e avaliação sobre o egresso de uma IES é uma contínua melhoria de todo planejamento e operação do processo de ensino e aprendizagem.

Por isso, pode-se afirmar que não se trata apenas de uma política de apoio ao estudante, mas uma Política de Gestão que tem como objetivo inserir no mercado de trabalho profissionais aptos para o exercício da profissão. E é através do retorno quanto aos indicadores da qualidade dos profissionais que serão formados que se tornará possível observar o desenvolvimento do egresso da IES no mercado. Neste sentido, o egresso é

definido como aquele que efetivamente concluiu seus estudos, colocou grau e está apto para ingressar no mercado de trabalho. Nessa condição de egresso, ele é uma fonte de informação sobre a qualidade do serviço prestado pela Instituição de Ensino Superior que o formou.

Dessa forma, visando dar mais clareza e antecipar suas perspectivas acerca do egresso, a IES, antes mesmo do seu credenciamento, já criou um programa que buscará implementar de maneira mais clara e objetiva suas políticas institucionais de acompanhamento ao egresso. Trata-se do PAE - Programa de Acompanhamento do Egresso, instrumento este que possibilitará a avaliação continuada do IPLENI, por meio do desempenho profissional dos ex-alunos e do seu desenvolvimento na educação continuada.

Trata-se de um importante passo no sentido de incorporar ao processo de ensino-aprendizagem elementos da realidade externa à instituição que apenas o diplomado está em condições de oferecer, já que é ele quem experimentará pessoalmente as consequências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante sua graduação.

Sendo assim, estabeleceram-se os seguintes objetivos do Programa:

- ⇒ Avaliar o desempenho da instituição, por meio do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- ⇒ Manter registros atualizados de alunos egressos;
- ⇒ Promover intercâmbio entre ex-alunos;
- ⇒ Promover a realização de atividades extracurriculares, de cunho técnico-profissional, como complemento à formação do ex-aluno, e que, pela própria natureza do mundo moderno, está em constante aperfeiçoamento;
- ⇒ Promover a realização de eventos direcionados a profissionais formados pela instituição;
- ⇒ Fornecer ferramentas de reavaliação dos currículos dos cursos e dos programas e políticas da IES;
- ⇒ Divulgar permanentemente a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho e acompanhar sua vida profissional como forma de atualização do PPC;

- ⇒ Identificar junto às empresas seus critérios de seleção e contratação dando ênfase às capacitações dos profissionais da área buscados pela mesma;
- ⇒ Incentivar à leitura de acervos especializados, disponíveis na biblioteca, bem como a utilização de laboratórios, cujo acesso as dependências da instituição acontece por meio de documento expedido pela instituição.

Além disso, a instituição pretende lidar com as dificuldades de seus egressos e colher informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

Sendo assim, o programa se constituirá como um órgão responsável pelos egressos na instituição, juntamente com o Colegiado de Curso, Núcleo Docente Estruturante e Comissão Própria de Avaliação, intensificando ações para acompanhar os egressos dos cursos e fornecendo um espaço de troca de saberes, de vida e de experiências.

Dessa forma, o PAE se estabelecerá como um instrumento para a necessária interação instituição-empresa-sociedade.

5.3. Comunicação da IES com a Comunidade Externa

Com o advento das redes sociais e das ferramentas de comunicação via web, tem-se cada vez mais instituído que não há limites para a divulgação de conhecimentos e de expectativas institucionais que devem ultrapassar os muros da Faculdade.

Assim, a equipe IPLENI tem plena ciência de que, no mundo globalizado, a vida institucional não se restringe ao que se passa internamente na IES, ou seja, os limites de uma IES não são mais passíveis de determinação precisa com tal advento.

Em virtude disso, instauram-se condições para que a comunicação entre as instituições de

ensino e os seus públicos estratégicos (alunos e seus familiares, setor produtivo, grupos representativos da sociedade civil, dentre outros) coloque-se em um novo patamar, legitimando-se definitivamente como essencial para fortalecer o debate democrático e consolidar o papel da educação como indutora da inserção e da ascensão social e para o desenvolvimento da comunidade em que se insere a IES.

Desse modo, a política de comunicação externa do IPLENI visa transmitir os conhecimentos produzidos, as ações e a sua filosofia para a comunidade e promover o fortalecimento da imagem através de um processo eficiente e contínuo de aperfeiçoamento dos canais de comunicação.

Através das novas tecnologias disponíveis na atualidade e das ferramentas de comunicação tradicionais, o IPLENI promove ampla divulgação dos Programas e Projetos Institucionais que explicitam o seu código de valores para toda a comunidade educativa.

Desenvolve programas para a mídia local na sede (Rádio, TV, Site de Notícias) (vídeo/áudio/texto) traduzindo, para a sociedade, a sua concepção, finalidades, objetivos, missão e visão, ou seja, suas bases filosóficas.

A IES conta com diversos veículos de comunicação externa tais como:

- Portal da Instituição na Internet;
- Filme institucional para exibição em eventos
- Campanhas promocionais e peças publicitárias
- Participação em eventos
- Apresentações de palestras por representantes do IPLENI em eventos e cursos externo
- Brindes, cartazes, displays, folders e estandes em eventos externos
- Apoios e patrocínios a eventos
- Ouvidoria
- Revistas Científicas Eletrônicas

- Link “fale conosco”
- Telemarketing
- Webmail
- Acompanhamento aos egressos, particularmente por meio eletrônico
- redes sociais tais como: Facebook; Instagram, Twitter.

Além disso, a IES disponibiliza profissionais para visitar escolas públicas e privadas a fim de orientar os alunos com informações sobre a proposta pedagógica da IES e as áreas de atuação dos cursos ofertados pelas IPLENI.

5.3.1. Comunicação da IES com a Comunidade Interna

A comunicação interna compreende os processos, ações, estratégias, veículos ou canais que se destinam ao relacionamento entre o IPLENI e seus públicos internos que são formados por alunos, funcionários técnico-administrativos, gestores e professores. Trata-se de uma perspectiva de comunicação que está interligada processo de gestão e à cultura organizacional e acadêmica.

Atenta às novas tendências, a comunicação interna do IPLENI busca incorporar as potencialidades inerentes às tecnologias de informação e comunicação e, em particular, as mídias sociais vistas como ambientes potencialmente úteis para incrementar a interação e o debate acadêmico e de recursos humanos, permitindo a troca de informações, conhecimento e experiências.

Busca-se também disseminar e consolidar a cultura, a missão e a visão institucional, modo este de comunicação que estabelece o empenho, o comprometimento e o engajamento do público interno.

Assim, no IPLENI a prática da Comunicação Institucional com o público interno pauta-se pelos seguintes princípios e valores:

- ser ética, responsável e transparente no planejamento e execução das ações de comunicação organizacional;
- ser ágil, clara e precisa na divulgação de informações para os públicos, sem prejuízo da confidencialidade, quando necessário;
- ser focada, eficiente e organizada para atingir os objetivos e resultados esperados; defender os interesses da instituição, resolver problemas, fazer uso planejado e responsável dos recursos e otimizar os custos das ações de comunicação;
- ser competitiva, técnica e pró-ativa na exploração de mídias espontâneas, no relacionamento com os meios de comunicação e com as fontes internas da entidade;
- ser dinâmica, moderna e inovadora, o que significa estar sintonizada com as novas tecnologias de informação e contribuir com as estratégias de gestão e de mudanças na cultura organizacional.

Há que se destacar a CPA como um dos veículos de comunicação de mão dupla, afinal ao mesmo tempo que necessita de informações, é primordial também no seu fornecimento. Canais de relacionamento são os veículos formais produzidos e mantidos pela IES como objetivo de promover a interação com os seus públicos estratégicos, o que pode ser chamado de endomarketing. A IES utiliza atualmente os seguintes canais para divulgação de todos os seus projetos e ainda para o desenvolvimento de ações promocionais e de relacionamento:

- Portal da Instituição na Internet;
- Ouvidoria;
- Sistema Acadêmico;
- Site Institucional;
- Painel de notícias e avisos espalhados pela sede e nos polos;

- Revistas Científicas Eletrônicas;
- Link “fale conosco”;
- Telemarketing;
- Webmail;
- Vídeos institucionais;
- Grupos de WhatsApp;
- Informativos para docentes
- Informativos para discentes;
- Campanhas em redes sociais (Facebook; Instagram, Twitter).
- Acompanhamento aos egressos, particularmente por meio eletrônico.

No caso dos cursos EaD o AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem não é apenas uma ferramenta de interação entre os atores, mas um portal para a divulgação de ações e comunicações da IES.

5.4. Política de Atendimento ao Discente

Uma vez que se contemple a importância, na missão do IPLENI, da formação de cidadãos éticos capazes de intervir positivamente na sociedade, é lógico que se passe a pensar em termos de acesso e permanência dos egressos da educação básica na Instituição.

Todas as políticas institucionais de apoio ao discente advêm da concepção explicitada no documento público e político da IES. No entanto, dadas às mudanças advindas do desenvolvimento da sociedade e crise econômica relevante, tais políticas não podem ficar presas e fixas em um único mote, mas sim repensadas a cada dia, inerentes a flexibilidade que a IES deve ter em todos os âmbitos para se adaptar as movimentações sociais e econômicas que, conseqüentemente, irão refletir na vida de toda a comunidade acadêmica.

Conforme o artigo 26, parágrafo 1º, da Declaração Universal de Direitos Humanos, o acesso à Educação Superior deve ser baseado no mérito, capacidade, esforços, perseverança e determinação mostradas pelos que a buscam. A Educação Superior deve ser oferecida em qualquer idade e para quaisquer pessoas, com base nas competências adquiridas anteriormente. A igualdade de acesso, pois, não admite qualquer discriminação em termos de raça, sexo, idioma, religião, ou de condições sociais e de deficiências físicas.

Por outro lado, o IPLENI tem a consciência de que além do acesso é preciso pensar na permanência dos alunos no Ensino Superior. Para tanto, entra em pauta o desenvolvimento de soluções educacionais que minimizem as variáveis que interferem nas condições de permanência.

Tanto a atenção dispensada ao binômio acesso/permanência, como as definições da Política Institucional para o Ensino, no que se refere à formação dos acadêmicos, implica a superação dos obstáculos enfrentados pelos mesmos. Isso deu origem ao Programa Institucional de Apoio aos Discentes de forma a contribuir tanto em termos de acesso, como de permanência dos alunos na IES.

5.5. Ouvidoria

Visando dar suporte emocional, bem como ser um canal para o envio de sugestões e reclamações, a IES entende que é imprescindível que a ouvidoria e o apoio psicopedagógico sejam núcleos integrados.

No que diz respeito à Ouvidoria, no IPLENI ela foi criada para ser um canal de comunicação entre os acadêmicos, professores, funcionários, e a comunidade em geral. É também o local onde o cidadão pode manifestar democraticamente sua opinião sobre os serviços prestados pela Instituição.

Trata-se de um órgão democrático e independente que não pode e não deve receber

quaisquer influências ou intervenção da Mantenedora, Diretoria ou de quaisquer membros que constituem a comunidade acadêmica.

Dado o aspecto democrático e a necessidade de adaptação e sensibilização ao uso das novas tecnologias de informação, por decisão colegiada, o órgão passou a ter o acesso também em meio eletrônico. Tudo com o objetivo de evitar constrangimentos e preservar o sigilo das informações e das pessoas envolvidas. Constitui-se então, em um canal direto para recebimento e tratamento de reclamações e/ou críticas, denúncias, sugestões e/ou elogios, com o propósito de qualificar a prestação de serviços. O contato pode ser feito pelo site ou por email.

O ouvidor recebe as informações e as repassa aos órgãos responsáveis que darão pareceres acerca do caso, devolvendo-as ao ouvidor que, em seguida, entra em contato com o interessado. Constitui-se assim, um processo de lisura e de democracia frente a instituição. Nenhuma mensagem da ouvidoria deixa de ser respondida e ao final de cada semestre, faz-se o levantamento dos tipos de solicitações que se fizeram presentes no órgão. Dessa forma, constitui-se além de um órgão de apoio ao Estudante e à Comunidade, uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

Vale destacar que o canal da Ouvidoria atende a todos: alunos, professores, funcionários e comunidade em geral, tanto na sede, quanto nos polos de apoio EaD.

5.6. Apoio Psicopedagógico

No que tange ao apoio emocional, o IPLENI contará com um psicólogo ou psicopedagogo que atende a alunos, professores e funcionários. Trata-se do órgão de apoio ao Estudante responsável por intervir, a partir de ferramentas da psicologia, em todo e qualquer problema de ordem de aprendizado, interacional ou afetiva enfrentados por alguns acadêmicos em sua vida na IES, bem como por professores e funcionários. Além de o próprio aluno poder diretamente buscar o auxílio do núcleo, o encaminhamento pode ser indicado por qualquer

membro da comunidade acadêmica.

No que diz respeito aos polos, os alunos podem agendar via Skype ou outra forma de comunicação a consulta com o psicólogo da IES que não fará tratamentos psicológicos ou cognitivos, mas poderá encaminhar o aluno para órgãos específicos que irão auxiliá-lo.

O estudante, enquanto ser principal no processo educativo, vê-se confrontado no percurso universitário por um conjunto de desafios e obstáculos inerentes a esta etapa de transição para a vida profissional. Por essa razão, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico se propõe a realizar um trabalho amplo, procurando construir um espaço de identificação daquelas dificuldades, sejam de ordem institucional ou pessoal do discente, para lhe possibilitar ultrapassar de forma eficaz as tarefas resultantes da vida acadêmica.

No atendimento são acolhidas situações onde o processo de aprendizagem pode ser maximizado, através da re-significação das interações do aluno com seus grupos, com a família e com a Faculdade.

O trabalho do Núcleo deve estar em consonância com os propósitos da Instituição de Ensino visto que a reconstrução da identidade e descoberta de potencialidades dos alunos, resulta no seu reconhecimento como pessoa integrada, cognitiva e emocionalmente, o que possibilitará um equilíbrio no processo de sua formação profissional.

São objetivos do Núcleo de Apoio Psicopedagógico:

- Atender as demandas dos alunos da IPLENI, buscando soluções para problemas presentes nas relações do processo ensino-aprendizagem;
- Avaliar as situações relacionadas com problemas e dificuldades de aprendizagem;
- Promover a elevação da autoestima do aluno, da autoconfiança e maturidade necessárias à autorregulação do processo ensino-aprendizagem, fazendo-o perceber suas potencialidades;

- Auxiliar na recuperação de seus processos internos de apreensão da realidade nos aspectos cognitivo, afetivo-emocional e dos conteúdos acadêmicos;
- Despertar o potencial criativo, cooperativo e motivacional dos alunos da Instituição, durante o tempo em que permanecerem na Faculdade;
- Apoiar o estabelecimento de relações de convívio salutar no ambiente acadêmico, oportunizando o desenvolvimento de soluções através de ações participativas no processo ensino-aprendizagem;
- Atender e encaminhar a psicoterapias em outras instituições, alunos e ou seus familiares, bem como professores que necessitem destes serviços, através da indicação de clínicas ou Postos da rede estadual e municipal e outros serviços de saúde;
- Subsidiar a gestão universitária do IPLENI sobre a adoção de medidas administrativas e ou realização de eventos que contribuam para a solução de problemas pertinentes a relação ensino – aprendizagem e potencializem valores e competências discentes e docentes.

Dentre as atividades do Núcleo Psicopedagógico destacam-se:

- Acolhimento do novo aluno e do novo professor (diferenciando da aula inaugural, com a contribuição de representantes do administrativo e das coordenações – manual do aluno e do professor, aspectos legais relativos ao Regimento Interno, frequência, relação professor-aluno, avaliações, entre outros).
- Apoio psicopedagógico a alunos e professores, objetivando a intervenção nas dificuldades referentes ao processo educativo, através do debate sobre a condução didático-metodológica, a relação professor-aluno ou a relação interpessoal entre colegas;
- Encaminhamento de alunos a Psicólogos e clínicas quando diagnosticada a necessidade de acompanhamento psicoterapêutico prolongado (problemas de ordem afetiva, luto, isolamento social, desenraizamento geográfico, transição para o ensino superior, ansiedade, depressão, pânico, entre outros);
- Orientação aos pais e ou docentes envolvidos no processo de ressignificação da aprendizagem;

- Contribuição para o aumento do nível de informação sobre meios e recursos à disposição do estudante, quer ao nível da comunidade universitária, quer no aspecto da sociedade civil e em geral;
- Implementação de palestras, análises fílmicas e debates para desenvolver no aluno posturas pró-ativas que favorecem o encontro consigo mesmo, bem como o estabelecimento de metas, propósitos de vida e definição de objetivos profissionais.(temas previstos: Princípios éticos, importância da família na busca da autorrealização, Saúde Mental e Trabalho, entre outros);

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico do IPLENI se constitui como um espaço por excelência de contato e debate, com um Psicólogo, em segurança e num contexto de confidencialidade. O serviço é mantido gratuitamente pela Faculdade e, a partir do acolhimento e queixa inicial do aluno ou do professor, o psicólogo deverá orientar de acordo com a necessidade do usuário e ou encaminhar questões à Coordenação de Curso ou Direção Acadêmica para resolução de problemas dessa ordem. O atendimento poderá ser individualizado ou em grupo. A demanda poderá ser espontânea ou encaminhada pelos dirigentes e ou docentes da faculdade.

Os atendimentos são realizados em pré-aula ou durante o expediente da Faculdade em local específico e divulgado semestralmente aos alunos. Cada sessão de apoio deve durar no máximo uma hora, realizadas com regularidade ou não, de acordo com a especificidade de cada área de intervenção em que se enquadre.

O serviço de apoio deve contribuir para a melhoria das relações dos alunos e professores com a academia, despertando-lhes para a importância da sua participação no processo ensino-aprendizagem, bem como do equilíbrio intrapsíquico e desenvolvimento de competências individuais para a excelência profissional.

Há que se destacar que a partir dos relatórios do Núcleo de Apoio Psicopedagógico enviados semestralmente à Direção Acadêmica da IES, faz-se possível a constituição de uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

5.7. Programa de Integração Estudantil e Nivelamento

As experiências durante os primeiros dias na Faculdade são muito importantes para a permanência no ensino superior e para o sucesso acadêmico dos estudantes. O modo como os alunos se integram ao contexto do ensino superior faz com que eles possam aproveitar melhor (ou não) as oportunidades oferecidas pela instituição, tanto para sua formação profissional quanto para seu desenvolvimento psicossocial.

Estudantes que se integram acadêmica e socialmente desde o início de seus cursos têm possivelmente mais chances de crescerem intelectual e pessoalmente do que aqueles que enfrentam mais dificuldades na transição ao Ensino Superior.

Há que se destacar que a experiência universitária não se resume à formação profissional e para aqueles jovens que concluem o ensino médio e ingressam logo em seguida em um curso superior, a vida acadêmica tem um impacto que vai além da profissionalização, pois o ingresso em uma Faculdade é, ao menos potencialmente, uma experiência estressora para os jovens estudantes, principalmente por ser hoje o ingresso no Ensino Superior uma tarefa de desenvolvimento típica da transição para a vida adulta, dentre outros anseios que dificultam a sua adaptação.

Além das informações prestadas nos primeiros dias da vida acadêmica, dentre as ferramentas constituídas para esse apoio, destaca-se a Semana de Ambientação Acadêmica que acontece durante os primeiros dias do período letivo.

Os alunos ingressantes participam de uma série de eventos a fim de integrá-los já de início à IPLENI, desde as “boas-vindas” nos portões da IES, o encaminhamento às salas de aula, até a explicitação dos aspectos que são inerentes ao ensino superior e que dificultam a adaptação dos alunos no ambiente acadêmico.

Dentre as ações inerentes à Semana de Ambientação Acadêmica, destacam-se:

- Indicações das salas de aula, tanto na sede quanto nos polos EaD.
- Visita aos órgãos da Faculdade e dos polos.
- Palestras magnas com professores e profissionais das áreas pública e privada que transmitem um pouco da experiência e da motivação de escolha profissional de cada um.
- Leitura e indicação do Manual do aluno para os novos alunos da graduação.
- Explicações acerca das normas acadêmicas.
- Apresentação do vídeo institucional.
- Apresentação dos gestores dos órgãos como a Coordenação de Pesquisa e Extensão, etc.
- Explicações acerca do Programa de Nivelamento pelos Coordenadores.
- Apresentação dos Projetos Interdisciplinares.
- Apresentação do site da IES.
- Exposição acerca do AVA.
- Atividades Complementares.

5.7.1. Programa de Nivelamento

Há que se destacar também que em atendimento as Políticas de Atendimento ao Discente exigidas pelo Ministério de Educação (MEC) através do artigo 16 do Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006, o núcleo será responsável por ofertar na IES o nivelamento acadêmico.

Trata-se de um processo que se constitui em buscar, a partir da análise de dados do

vestibular e do andamento das primeiras aulas, suprir as possíveis deficiências acerca de conhecimentos necessários para a integração ao Ensino Superior que deveriam ter sido supridos no Ensino Básico.

O Núcleo organizará as aulas de Nivelamento nas disciplinas em que os alunos apresentarem defasagem de aprendizagem.

Vale destacar que todo o processo e as perspectivas acerca do nivelamento acadêmico deverão ser delineados em um Projeto/Regulamento proposto pelo Núcleo.

O Programa de Nivelamento é um dos programas de apoio aos discentes mantidos pelo IPLENI que propicia ao aluno da Instituição o acesso ao conhecimento básico em disciplinas de uso fundamental aos seus estudos universitários.

No entanto, conhecedores das dificuldades de aplicação desse programa, a partir de experiências advindas de suas longas vidas acadêmicas, os gestores da IES propõem que o Nivelamento seja constituído como componente curricular obrigatório estabelecido para os dois primeiros semestres letivos de cada curso.

Há que se destacar que, apesar de obrigatório, o aluno terá o direito de solicitar uma avaliação de proficiência dos conhecimentos básicos do nivelamento, antes do início de cada semestre e, a partir disso, ser dispensado de frequentar essas aulas, bem como ter os créditos validados imediatamente em seu histórico.

Os conteúdos do Nivelamento serão estabelecidos a partir dos resultados globais de cada vestibular, bem como, quando necessário, a partir de prova de conhecimentos gerais.

O propósito principal do nivelamento é oportunizar aos participantes uma revisão de conteúdos, proporcionando, por meio de explicações e de atividades, a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos. Dessa forma, durante todos os semestres são oferecidos cursos nas seguintes áreas:

- Leitura e Produção de Textos;
- Matemática Básica;
- Conhecimentos Gerais.

O IPLENI procurará lidar sempre com a realidade de deficiências advindas do Ensino Básico, haja vista a maior parte de seus alunos serem provenientes de escolas públicas, e institui para seus alunos, esse programa que pode ser definido como um procedimento de apoio ao estudo e uma atividade pedagógica de fundamental importância para a sua formação.

Espera-se que o nivelamento contribua para a superação das lacunas herdadas do ensino nos níveis anteriores e ajude os acadêmicos a realizar um curso superior com maior qualidade.

Há que se destacar que o programa de nivelamento não pode ser utilizado para validar as Atividades Complementares.

São objetivos do Programa de Nivelamento:

- Estimular os alunos a reconhecer a importância de se revisar os conteúdos estudados no ensino médio de forma a adquirir mais condições para ter um maior aproveitamento das disciplinas do ensino superior;
- possibilitar que os alunos percebam que a revisão de conteúdos os levará a uma série de posturas lógicas que constituem a via mais adequada para auxiliar na sua formação;
- revisar conteúdos considerados imprescindíveis para o entendimento e acompanhamento das disciplinas do curso.

O nivelamento será ministrado por um professor e as turmas serão preferencialmente compostas de forma a permitir que o aluno, de acordo com sua disponibilidade de tempo e horário, possa frequentar mais de uma disciplina. Os cursos de nivelamento devem ministrados por professores da Instituição, ou por ela contratados para este fim, com objetivo de oferecer a todos os alunos condições de acompanhar os conteúdos das disciplinas regulares dos cursos. Para tal, as aulas de nivelamento já são estipuladas em Calendário Acadêmico e disponibilizadas aos sábados e/ou contra-turnos.

Os professores do programa de nivelamento têm como funções:

- condução e acompanhamento das aulas e respectivas atividades;
- elaboração e aplicação de testes de aprendizado;
- esclarecimento de dúvidas sobre o conteúdo dos cursos;
- verificação de desempenho dos alunos e elaboração de relatórios de desenvolvimento das turmas.

O programa será oferecido com caráter opcional. O aluno não tem qualquer compromisso em realizar os testes, nem frequentar as aulas do programa.

A necessidade do nivelamento deve ser apontada pelos professores, alunos ou pelo coordenador de curso.

Para os polos de EaD, o nivelamento deverá ser prestado via AVA.

5.7.2. Estágio e Carreira

Trata-se de ações de apoio responsável por promover a articulação e negociação entre empresas, instituições, coordenações de curso e alunos na busca de vagas e condições para a realização de estágio obrigatório e não obrigatório.

Além disso, divulga vagas, organiza e executa a inscrição de candidatos de estágio e vagas de trabalho, bem como informa e orienta sobre os requisitos e condições legais para a realização de estágios e realização do programa de voluntariado acadêmico.

O IPLENI buscará fazer um excelente trabalho de convênios com as mais variadas empresas de São Paulo - SP, dessa forma são muitas as vagas já disponibilizadas para estágios em empresas e prestadoras de serviço. A partir disso, o Núcleo de Estágio se responsabiliza pela divulgação das vagas a partir do site da IES ou dos murais espalhados pela Faculdade.

No que diz respeito aos polos EaD, será feito um levantamento das empresas, órgãos e instituições da região de inserção de cada polo e buscará convênios que possam atender também aos alunos da modalidade EaD.

5.7.3. Programa de Apoio Financeiro e Monitoria

Trata-se de ações responsáveis pelo acompanhamento e distribuição de bolsas estudantis, programas de incentivo e descontos.

Dentre os vários programas utilizados pelo IPLENI podemos citar:

A) Programa Universidade Para Todos – PROUNI

O Programa Universidade para Todos PROUNI é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que destina à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais (meia-bolsa) para os cursos de graduação, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. É um benefício concedido ao estudante, na forma de desconto parcial ou integral sobre os valores cobrados pelas instituições de ensino privadas. O IPLENI optará pelo Programa PROUNI

e oferece bolsas de estudo integrais e parciais.

B) Bolsas Mérito

Visando aumentar as oportunidades de crescimento aos alunos e inserir grandes talentos no mercado de trabalho, o IPLENI promoverá em todos os semestres letivos um processo seletivo visando reconhecer grandes talentos dentre os seus acadêmicos.

Serão ofertadas bolsas em cada um dos cursos da IES visando encontrar grandes talentos e garantir-lhes a permanência na universidade.

O processo seletivo dá-se a partir de prova de Linguagens, Língua Estrangeira (Inglês Espanhol), Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos da área relacionada ao curso do aluno.

Os melhores colocados recebem bolsa integral do IPLENI, garantindo, assim, a integralidade da sua formação.

O mesmo processo seletivo é feito com alunos formandos que, a partir de prova semelhante, têm a possibilidade de frequentar gratuitamente um curso de pós-graduação Lato Sensu na área de seu curso.

É a garantia de diplomas de graduação e pós-graduação e o reconhecimento dos alunos de padrão de excelência do IPLENI, acadêmicos que com certeza proporcionarão a diferença na sociedade e no mercado de trabalho.

5.8. Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos

O IPLENI assume como política institucional de ação inovadora o apoio aos discentes para participação em eventos nacionais e internacionais a partir do seu Programa de Apoio à Participação em Eventos de Cunho Acadêmico-Científico

O programa prevê que os alunos podem solicitar junto à coordenação de curso, apoio para participar de eventos. Esse apoio pode se constituir desde às passagens aéreas até a estadia e demais despesas do aluno, desde que atendidas algumas prerrogativas do programa ligadas à qualidade e necessidade de cada evento.

Essa é uma prática que será adotada tanto no ensino presencial quanto no ensino à distância.

O IPLENI tem consciência de que o conhecimento não pode ficar restrito única e exclusivamente aos conteúdos que perfazem o projeto pedagógico, mas sim ampliado a partir do mundo globalizado. Daí a importância de programas como este.

Para os polos de apoio presencial, o aluno poderá utilizar a secretaria do polo para solicitar apoio à participação discente em evento.

Outrossim, há que se destacar que a própria IES costuma sugerir aos alunos eventos importantes em nível nacional e internacional e, inclusive, já ofertou viagens ao exterior para experiências de imersão aos alunos de graduação.

Quanto à produção acadêmico-científica dos alunos, há que se destacar que a IES disponibiliza as revistas acadêmicas para a publicação de trabalhos, bem como são incentivadas as apresentações dos pôsteres que são resultado das Práticas Interdisciplinares em todos os cursos de graduação.

6. POLÍTICAS DE GESTÃO

6.1.1. Política de capacitação docente e formação continuada

O padrão de excelência de uma Instituição de Ensino Superior está vinculado à qualidade da formação e desempenho de seu quadro de recursos humanos.

O IPLENI estimulará a qualificação sistemática do corpo docente, destinando os recursos orçamentários necessários à implementação e execução do Plano de Capacitação e Qualificação Docente, que inclui:

- A) Celebração de convênio com instituições de ensino superior, nacionais ou
- B) estrangeiras para formação de Mestres e Doutores;

- C) Utilização de Ensino a Distância para pós-graduação, em parceria com Universidades que detenham a referida tecnologia;

- D) Realização de cursos de curta duração, seminários e congressos, envolvendo temas específicos e vinculados aos conteúdos disciplinares;

- E) Manutenção de cursos de reciclagem;

- F) Divulgação, em revistas especializadas, de trabalhos e artigos científicos que focalizem e valorizem experiências regionais e locais voltadas ao desenvolvimento de todas as regiões do país;

- G) Implementação de um programa de criação de novas tecnologias que atendam às necessidades locais;

- H) Implantação de programa de leitura dirigida para estudo de temas contemporâneos de alto impacto no processo educacional e profissional.
- I) Capacitação contínua dos docentes a partir de cursos de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, visando o atendimento do Plano de Acessibilidade da IES.
- J) Capacitação contínua dos docentes para a preparação de conteúdos para EaD.

O Plano de Capacitação e Qualificação Docente e de Tutores do IPLENI é um processo sistemático, que permitirá aos docentes adaptarem-se a novas formas de conhecimento, novas habilidades e novas situações e, também, ao desenvolvimento de uma percepção crítica do cenário institucional.

6.1.2. Composição do Corpo Docente

Inicialmente, o IPLENI contará com um contingente de 10 docentes que atuarão como professores e como tutores a distância.

| DOCENTES: TITULAÇÃO | | |
|----------------------------|---------------------|----------|
| Titulação | Quantitativo | % |
| Doutores | 03 | 30% |
| Mestres | 07 | 70% |
| Especialistas | 0 | 0% |
| TOTAL | 10 | 100% |

| DOCENTES: REGIME DE TRABALHO | | |
|-------------------------------------|---------------------|-------------|
| Regime de Trabalho | Quantitativo | % |
| Tempo Integral – TI | 10 | 100% |
| Tempo Parcial – TP | 0 | 0% |
| Horistas | 0 | 0% |
| TOTAL | 10 | 100% |

6.1.3. Critérios de Seleção e Contratação do Corpo Docente

Para a contratação e reposição de professores, o IPLENI procurará adotar uma política combinando uma sólida formação acadêmica (doutores, mestres e especialistas) com comprovada experiência profissional e docente.

Ao mesmo tempo, o IPLENI irá se preocupar com o processo de capacitação de seus professores mediante incentivo à participação em cursos de doutorado, mestrado, pagamento de bolsas e/ou disponibilidade parcial ou integral, participação em congressos, seminários e cursos diversos.

Na seleção dos professores que integrarão o quadro docente da IES serão rigorosamente observadas as qualificações/titulações por área de conhecimento específico e suas respectivas vinculações com os conteúdos programáticos das disciplinas, que irão ministrar, tudo aliado à experiência profissional do candidato, tanto que se refere à docência quanto ao mercado de trabalho. O processo seletivo será feito de forma objetiva através de comissão especialmente designada para este fim.

O regime de trabalho dos docentes é o da legislação trabalhista, para jornadas semanais de 12 a 40 horas de trabalho por semana, a serem dedicadas às atividades de ensino,

orientação, atendimento de alunos, extensão e também funções administrativas na Instituição. Poderá haver contrato por hora-aula, tendo em vista as características das disciplinas e dos profissionais selecionados.

Como orientação geral, a política acadêmica da Instituição buscará ampliar sempre a carga horária dos professores mais bem titulados e melhor avaliados, de forma a compor um núcleo de excelência com maior dedicação ao ensino e à gestão. Ao mesmo tempo, procurará aumentar o número de docentes em regime de trabalho de tempo integral e parcial, com o objetivo de compor um quadro amplo e dedicado não apenas ao ensino, mas também à extensão, à pesquisa (iniciação científica), atividades de responsabilidade social e funções administrativas.

6.1.4. Requisitos de Titulação e Experiência Profissional

Na seleção dos professores que integram o quadro docente da IES serão rigorosamente observadas as qualificações/titulações por área de conhecimento específico e suas respectivas vinculações com os conteúdos programáticos das disciplinas, que irão ministrar, tudo aliado à experiência profissional do candidato, tanto que se refere à docência quanto ao mercado de trabalho.

Os professores exercerão a função de professores ministrantes de disciplinas que, junto com a coordenação de curso e NDE, irão planejar e constituir os conhecimentos dos componentes curriculares a partir de um plano de ensino previamente definido sempre antes de cada semestre letivo. Esses docentes se encaixam em três regimes de trabalho: Regime de Tempo Integral e Regime de Tempo Parcial e Horistas.

O Regime de Tempo Integral será exercido pelos professores que preencherem cumulativamente os seguintes requisitos:

- ⇒ possuir a titulação de Mestre ou Doutor;

- ⇒ possuir graduação e pós-graduação na área do componente que irá trabalhar;
- ⇒ possuir experiência acadêmica igual ou superior a 3 (três) anos.

O Regime de Tempo Parcial será exercido por docentes que preencherem os mesmos requisitos dos professores contratados em tempo integral, excetuando-se a titulação que pode ser também de especialista. Dessa forma, o que diferencia ambos os regimes, é a distribuição das horas, já apontadas na seção anterior.

6.1.5. Procedimentos para a Substituição dos Professores

No que concerne às substituições dos professores, a auto avaliação institucional, no seu eixo avaliação do corpo docente, constitui instrumento confiável de acompanhamento do desempenho dos professores dos cursos presenciais e dos professores mediante o posicionamento dos alunos em relação a atuação docente (presencial) e aos conteúdos (EaD).

Tanto no caso dos cursos presenciais, quanto a distância, o professor mal avaliado será sempre convidado a se reunir com o Coordenador do Curso e com o Coordenador Pedagógico e/ou Coordenador de EaD, onde terá a oportunidade de se justificar ou explicar as razões da avaliação e da qualidade incipiente de sua atuação e/ou do conteúdo constituído.

Caso apresente justificativa ou explicação razoável, os Coordenadores poderão optar por lhe dar nova oportunidade. Neste caso, seu desempenho posterior será avaliado.

Caso na avaliação seguinte o professor não apresente o desempenho esperado, sua demissão será requerida pelos Coordenadores de Curso ao Departamento De Pessoal, que a encaminhará à Diretoria Geral para efetivação.

No caso de substituição eventual de professor por motivo de doença ou gravidez, em diálogo com o Departamento de Pessoal os Coordenadores de Cursos farão processos seletivos internos e externos para substituição.

6.1.6. Requisitos de Titulação e Experiência Profissional Formas de Acompanhamento e Avaliação do Planejamento e Execução do Trabalho Docente

O IPLENI tem plena consciência de que o acompanhamento e a avaliação docentes devem fazer parte constante dos processos de ensino-aprendizagem da IES, tudo em razão da melhoria do desempenho acadêmico, bem como da otimização de resultados.

Dessa forma, além dos resultados advindos das avaliações docentes da CPA e da perspectiva empírica do trabalho de acompanhamento dos coordenadores de curso, a Direção Acadêmica tem papel preponderante nesse aspecto.

Há que se destacar que singularmente, o IPLENI possui uma secretaria única e exclusiva para o auxílio e a constituição dos processos relacionados ao corpo docente, o que facilita em muito o seu acompanhamento. Trata-se da Secretaria Docente, responsável pelo fornecimento dos diários de classe, organização dos planos de ensino, salas de aula etc. Nesse contexto, o órgão recebe informações que são preponderantes para a avaliação do trabalho docente, afinal ela lida diretamente com o relacionamento alunos-professores.

A partir do fornecimento de tais dados, a Direção Acadêmica e Coordenações de Curso acompanham e avaliam a atividade docente através de registros acadêmicos quanto ao cumprimento de programa e consecução dos objetivos propostos em consonância com a proposta da avaliação institucional, considerando:

- ⇒ o plano de curso, no qual o professor dimensiona a carga horária da disciplina, a ementa, os objetivos, a metodologia e o cronograma, além das atividades

extraclasse.

- ⇒ reuniões sistemáticas sobre o Projeto Pedagógico do curso para planejamento, avaliação e correções necessárias (NDE).
- ⇒ acompanhamento dos registros dos professores-relatórios do Núcleo Docente Estruturante sobre aspectos como assiduidade e frequência, entrega de planejamento e avaliações, entre outros.
- ⇒ acompanhamento psicopedagógico para avaliar as atividades docentes.
- ⇒ verificação da avaliação discente para correções de atividades.

6.1.7. Requisitos de Titulação e Experiência Profissional Plano de Expansão do Corpo Docente

Quanto à expansão do Corpo Docente do IPLENI , vale destacar que esta se dará na medida em que novos Cursos de Graduação propostos neste PDI serão autorizados pelas autoridades competentes.

Em termos gerais a previsão dar-se-á da seguinte forma:

| TITULAÇÃO | QUANTIDADE | QUANTIDADE | QUANTIDADE | QUANTIDADE | QUANTIDADE |
|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
| Doutorado | 1 | 2 | 4 | 8 | 12 |
| Mestrado | 4 | 6 | 10 | 14 | 18 |
| Especialização | 6 | 8 | 10 | 12 | 16 |
| TOTAL | 11 | 16 | 24 | 34 | 46 |

| REGIME DE TRABALHO | QUANTIDADE 2025 | QUANTIDADE 2026 | QUANTIDADE 2027 | QUANTIDADE 2028 | QUANTIDADE 2029 |
|---------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Tempo Integral | 2 | 4 | 6 | 8 | 10 |
| Tempo Parcial | 4 | 8 | 10 | 12 | 14 |
| Horistas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 6 | 12 | 16 | 20 | 24 |

6.2. Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo

O IPLENI pode conceder apoio financeiro sob a forma de ajuda de custo para participação em eventos de capacitação técnica, de bolsas de estudo para participação em cursos de pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu em instituições reconhecidas e credenciadas e, em programas de treinamento específicos, promovidos pelo núcleo de extensão a partir das necessidades apresentadas pela gestão administrativa de departamento, com realização mediante autorização prévia da Mantenedora.

O valor da ajuda de custo e da bolsa de estudo a ser concedida pela instituição é definido de acordo com a importância do conteúdo, sua duração e custos totais de participação, os quais poderão ser custeados total ou parcialmente, observando-se, para tanto:

- ⇒ disponibilidade de recursos financeiros para este fim;
- ⇒ a escala de prioridades da instituição, definida de modo a contemplar as áreas mais carentes de profissionais qualificados;
- ⇒ relevância e necessidade de participação, definida por parecer técnico do

superior imediato;

- ⇒ aspectos relacionados à motivação, interesse e dedicação, demonstrados pelo empregado, técnico administrativo, no exercício de sua função;
- ⇒ competências a serem desenvolvidas para o alcance dos objetivos estratégicos.

O empregado técnico-administrativo contemplado com ajuda de custo deverá, após a participação no evento, apresentar documento que ateste sua presença, emitido pela instituição responsável pela sua promoção e/ou organização, e relatório que ressalte a importância dos conhecimentos adquiridos e/ou atualizados, em estreita observância à sua área de atuação na instituição.

A bolsa de estudo poderá ser concedida ao empregado técnico-administrativo do quadro da instituição, de acordo com critérios definidos e aprovados pela Mantenedora, observado a correlação da área de atuação do empregado e o curso de especialização e mestrado ou doutorado reconhecidos pela CAPES.

A solicitação da bolsa de estudo deverá ser apresentada à Direção, com no mínimo seis meses de antecedência do início do curso pretendido, contendo todas as informações relacionadas ao curso.

As bolsas de estudo poderão ser concedidas aos empregados técnico-administrativos com, pelo menos, três anos de efetivo exercício na instituição, por um período de até dois anos, conforme vier a ser estabelecido em contrato firmado entre o empregado e a IES.

O empregado técnico-administrativo contemplado com bolsa de estudo deverá:

- ⇒ apresentar ao RH, ao final de cada semestre cursado, declaração de aproveitamento das disciplinas cursadas, emitida pela instituição responsável

pelo curso, objeto da concessão da bolsa;

- ⇒ após conclusão do curso, manter contrato de trabalho com a instituição por um período mínimo não inferior ao período de utilização da Bolsa de Estudo, salvo se dispensado pela IES.

A condição de bolsista do empregado técnico-administrativo poderá ser encerrada pelos seguintes motivos:

- ⇒ cancelar, trancar ou desistir do curso;
- ⇒ não cumprir as atividades estabelecidas para o curso;
- ⇒ não obter aprovação em uma ou mais disciplinas ou créditos do curso;
- ⇒ perder a condição de empregado técnico-administrativo na instituição;
- ⇒ auferir resultado insuficiente em duas avaliações de desempenho;
- ⇒ infringir uma ou mais cláusulas do contrato de bolsa de estudo firmado com a instituição.

As bolsas, em hipótese alguma, serão consideradas como salários ou integrarão o cálculo de rescisão do contrato de trabalho docente, nos termos previstos no inciso II, §2º do art. 458 da CLT.

O não cumprimento das exigências para o uso da bolsa de estudo ou da ajuda de custo pelo empregado técnico-administrativo beneficiado implicará na obrigação de ressarcir à instituição a importância equivalente ao valor recebido, devidamente corrigido, na conformidade do contrato para concessão do benefício, assinado entre as partes.

O IPLENI constituirá também, anualmente, um calendário de cursos de capacitação voltados ao corpo técnico administrativo, ofertado pela própria IES.

Os cursos abrangerão diversas áreas e setores.

6.2.1. Corpo Técnico Administrativo do IPLENI: Colaboradores

O Corpo Técnico-Administrativo do IPLENI é constituído por todos os funcionários não docentes, tratando-se, portanto, de colaboradores que executam os serviços administrativos e gerais necessários ao bom funcionamento da IES, a preferência pelo conceito de colaboradores se dá em virtude da missão institucional da IES que busca gerar valores para toda a comunidade acadêmica, na qual tais atores também se estabelecem.

Desde a sua gênese, a instituição busca identificar junto aos colaboradores as oportunidades para o seu desenvolvimento e colocá-lo em funções e posições em que possam dar sua melhor contribuição.

Vale destacar que a IES busca mostrar que as pessoas são partes integradas do processo de melhoria, reconhecendo que os colaboradores têm condições para tomar decisões relativas ao trabalho, delegando assim, autoridade para soluções de problemas.

Da mesma forma, tem-se o objetivo de promover um ambiente de comunicação total, informando os colaboradores para dar-lhes uma visão ampla a respeito dos desafios e tendências dos serviços educacionais, dos objetivos setoriais, das metas e do desempenho geral, bem como os alimentando de informações necessárias para o bom desempenho de suas funções e interagindo com eles.

Nesse sentido, o Departamento de Recursos Humanos e os outros órgãos institucionais buscarão promover reuniões regulares de debates, sugestões, avaliação e solução de problemas, bem como, encorajar e apoiar todos os colaboradores na busca de melhoria da qualidade, com o intuito de buscar sempre, a manutenção e fortalecimento da autoestima destes.

Para que os pressupostos expostos acima sejam alcançados, a instituição definiu que o perfil do corpo técnico-administrativo é abrangido pelos critérios de seleção e contratação, políticas de qualificação e carreiras, e cronograma de expansão, a seguir destacados.

6.2.2. Corpo Técnico Administrativo do IPLENI: Critérios de Seleção e Contratação

A contratação de pessoal técnico-administrativo é realizada pelo Departamento de Recursos Humanos em consonância com o Departamento de Pessoal de acordo com as diretrizes definidas pela Mantenedora. As admissões se efetivarão mediante contratação expressa, em Contrato de Trabalho e CTPS, obedecidas todas as formalidades e Normas Coletivas de Trabalho, com a apresentação de todos os documentos comprobatórios da qualificação profissional e acadêmica do candidato, sem a qual não poderá realizar atividades na instituição.

A carga horária de trabalho dos empregados técnico-administrativos obedece à legislação trabalhista e às Normas Coletivas de Trabalho vigentes.

A contratação depende, ainda, de prévia aprovação do candidato em processo seletivo do Dep. de RH, que avaliará:

- a titulação;
- a experiência profissional;
- a adequação da titulação e experiência ao cargo para o qual estiver sendo selecionado.
-

No Processo Seletivo os candidatos passarão por avaliação, envolvendo comprovação de titulação, entrevista e, de acordo com a necessidade, de prova específica de conhecimentos gerais e na área de atuação.

A admissão de pessoal seguirá as rotinas e políticas definidas pelo RH para

recrutamento e seleção, onde sempre que possível o provimento das vagas técnico-administrativas será feito por meio de promoção vertical, visando a valorização do quadro funcional.

O empregado técnico-administrativo será contratado na referência inicial do primeiro nível da classe de cargos, observando-se os requisitos exigidos para cada cargo e nível.

A tabela salarial, constante no plano de cargos e salários é formada por quatro classes, sendo as classes de 1 a 4 com três níveis e cinco referências, com interstício entre as referências de 2,5%. As modificações de faixas e referências podem ocorrer em razão de alteração de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), pesquisa salarial e definição da Mantenedora.

Os salários praticados na Tabela Salarial, bem como os critérios e regras estabelecidas no Plano de Carreira, observarão as normas coletivas de trabalho, inclusive, as vantagens delas decorrentes para a remuneração.

6.2.3. Corpo Técnico Administrativo do IPLENI: Cronograma de Expansão

Os colaboradores técnico-administrativos do IPLENI serão sempre suficientes em número e reunirão competências associadas aos cargos que exercem na instituição.

Tem como característica marcante a qualificação profissional atrelada à postura ética e idônea imprescindíveis à realização de trabalhos acadêmicos e de assessoria aos cursos superiores. Atende às necessidades dos cursos, apresentando como características básicas: formação adequada com a função exercida, perfil empreendedor e visão holística da IES, facilitando o bom desempenho dos cursos e a qualidade de atendimento à

comunidade acadêmica.

Contudo, o IPLENI pretende contar com 10 servidores não docentes, sendo 5 com formação no ensino superior, 3 no ensino médio e 2 no ensino fundamental, conforme demonstrado no quadro abaixo:

| ÁREAS | NÍVEL DE ESCOLARIDADE | | |
|----------------------------|-----------------------|----------|-------------|
| | SUPERIOR | MÉDIO | FUNDAMENTAL |
| Financeira | 1 | 1 | |
| Administrativa | 1 | 1 | |
| Serviços Gerais manutenção | | | 2 |
| Secretaria Acadêmica | 1 | 1 | |
| Biblioteca | 2 | | |
| TOTAL P/ NÍVEL | 5 | 3 | 2 |
| TOTAL GERAL | 10 | | |

Em razão do curso inicialmente implementado pelo IPLENI, os programas institucionais existentes que passarão a funcionar imediatamente a partir do início das aulas e dos outros cursos propostos para o quinquênio 2025-2029, a contratação do corpo técnico-administrativo estimado é a seguinte:

| TITULAÇÃO | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
|----------------------------|---------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Ensino Fundamental | 2 | 2 | 2 | 4 | 4 |
| Ensino Médio | 4 | 4 | 4 | 8 | 8 |
| Graduação | 2 | 2 | 2 | 6 | 6 |
| Especialista | 2 | 2 | 2 | 4 | 4 |
| TOTAL P/ ANO | 10 | 10 | 10 | 24 | 24 |
| TOTAL DO QUINQUENIO | (24 colaboradores) | | | | |

6.3. Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância

O IPLENI entende que a capacitação do seu corpo de professores conteudistas e detutores a distância e presenciais para o trabalho em EaD deve ser uma perspectiva contínua e não pontual como se costuma fazer em exigências de currículos.

Dessa forma, em parceria com outras IES e especialistas na modalidade, a IES já formou seus professores e tutores, mas manterá o programa em aberto para capacitar continuamente toda a equipe necessária para a EaD.

O Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica do IPLENI será a responsável por propor ações, cursos e qualificações variadas para os professores e tutores da IES.

Além disso, a própria coordenação de EaD possui em seu organograma um órgão que será responsável pela monitoração e propostas de qualificação nesse âmbito para a EaD.

Essa capacitação inclui o investimento continuado da formação de Professores e Tutores, os quais, posteriormente, poderão atuar como facilitadores, sequenciando a qualificação de novos profissionais, assim como a formação para outras demandas da área, como para a elaboração de material didático dos cursos.

Assim, os objetivos da IES estarão direcionados para formar e reciclar, quando necessário, os professores, em função da carência de profissionais no mercado e da instituição, despertando-lhes uma visão crítica da realidade do ensino universitário, qualificando-os para habilidades e conhecimentos novos, necessários ao desenvolvimento dos diversos níveis de ensino e, ainda, desenvolvendo capacidades de trabalho em grupo e de estudo e pesquisa pessoal, dando, a cada um, a autonomia necessária para tornar-se um multiplicador do plano.

Todas essas perspectivas também são previstas no PCDT – Plano de Carreira Docente de Tutores que está disponível nos documentos institucionais e devidamente registrada na Junta do Trabalho.

6.4. Processo de Gestão Institucional

As políticas de gestão do IPLENI são inspiradas nas premissas estabelecidas no projeto institucional, dentre as quais se destacam:

- ⇒ Indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão, planejamento e avaliação;
- ⇒ Racionalização e otimização da organização e dos recursos disponíveis;
- ⇒ Flexibilidade de métodos e de critérios com vistas ao atendimento das diferenças individuais e regionais;
- ⇒ Interação e dinamismo em relação às instituições e demandas externas;
- ⇒ Universalidade de campo, pelo cultivo amplo das áreas fundamentais do conhecimento humano e técnico-profissionais;
- ⇒ Agilidade no fluxo das informações e tomada de decisões;
- ⇒ Busca da satisfação individual e coletiva interna e externa;
- ⇒ Busca da qualidade técnica e política dos programas empreendidos e da efetividade institucional;

- ⇒ Sustentabilidade financeira;
- ⇒ Atendimento aos requisitos legais;
- ⇒ Atendimento aos requisitos qualitativos nas dimensões do ensino, da pesquisa e extensão do IPLENI.
- ⇒ Organicidade entre as diretorias, coordenações, assessorias e as unidades que compõem a estrutura IPLENI;
- ⇒ Transformar resultados de avaliação institucional e de avaliações externas (INEP/ENADE) como fomento para elaboração de seu planejamento e tomada de decisão;
- ⇒ Representatividade plena da comunidade acadêmica nos órgãos colegiados, a saber:
 - a) CONSUP: Conselho Superior da IES presidido pelo Diretor Geral, Diretor Acadêmico, Representantes das Coordenações de Curso, Representantes do Corpo Docente, Representante do Corpo Técnico-Administrativo, Gestores EaD e Tutores;
 - b) CPA: Comissão Própria de Avaliação presidida por representantes da coordenação de curso, corpo técnico-administrativo, docentes, discentes e sociedade civil organizada, Gestores EaD e Tutores;
 - c) Colegiados de Cursos de Graduação: presididos por coordenadores de curso, docentes, discentes e corpo técnico administrativo ligado ao curso.

Dentre os principais anseios relacionados às políticas de gestão, a avaliação institucional, tanto interna como externa, terá papel preponderante na concepção das ações e do planejamento gerencial, tanto administrativo quanto acadêmico.

Nesse sentido, mesmo antes de iniciar seus trabalhos, no recebimento de cada um dos relatórios de avaliação de cursos, a IES irá estabelecer as alterações no que for considerado como “fragilidades” pelos avaliadores do INEP, bem como essa prática deverá se tornar **OBRIGATORIAMENTE** sistemática, tanto no que concerne às avaliações internas, quanto às externas.

6.5. Sistema de Controle de Produção e Distribuição de Material Didático

A política de controle de produção, distribuição e atualização do material didático do IPLENI sistematiza a produção, distribuição e atualização do material didático no que se refere especificamente à produção do livro digital de estudos, do banco de questões, dos objetos de aprendizagem, dos vídeos pedagógicos, bem como todo o processo de distribuição do material, que contempla desde o envio do arquivo para a impressão em gráfica até o controle do estoque de cada um dos polos e a disponibilização dos arquivos digitais dos materiais desenvolvidos.

Assim, o sistema de controle de produção e distribuição é determinado em fluxo no Plano de Gestão para EaD e tem a finalidade de abordar desde a elaboração do material didático, passando pelo processo de distribuição, até a garantia de acessibilidade comunicacional dos alunos às diferentes mídias ofertadas pela IES, no intuito de que todos tenham clareza de como acontece o desenvolvimento dos materiais didáticos ofertados.

O fluxo do Plano de Gestão tem os seguintes objetivos:

- Estruturar a produção, distribuição e atualização do material didático.
- Definir a equipe multidisciplinar envolvida desde a elaboração até a disponibilização.
- Abordar a acessibilidade comunicacional.
- Propor diretrizes para elaboração dos materiais didáticos ofertados pela instituição.

Essa política ainda determina que a CEAD estabeleça estudos para a articulação, condução, acompanhamento e avaliação da política de produção, distribuição e atualização do material didático, a produção de materiais didáticos, os prazos de recebimento do conteúdo do material didático, a acessibilidade comunicacional, o planejamento, recebimento, inspeção, envio e expedição do material didático e o plano de contingência.

6.6. Sustentabilidade Financeira: Relação com o Desenvolvimento Institucional

O IPLENI é uma instituição privada, com fins econômicos. Assim, a sustentabilidade financeira será viabilizada majoritariamente, com os recursos oriundos das mensalidades dos cursos de graduação, pós-graduação (especialização) e extensão.

Estes recursos serão obtidos basicamente de duas formas: diretamente dos alunos ou via financiamento educacional.

Dessa forma, os recursos necessários para arcar com as despesas de custeio, investimentos e pessoal ativo serão consignados anualmente no orçamento da Instituição, o que permite visualizar de forma clara os limites da gestão financeira ano a ano. Porém, destaque-se, com a mobilidade financeira brasileira e global, bem como a demanda por determinadas áreas do conhecimento em termos de graduação e pós-graduação, há uma dependência clara de que o orçamento deve-se constituir semestralmente, pois, além da demanda de matrículas e rematrículas, ele é dependente da autorização de novos cursos e/ou aumento de vagas.

Assim, o desenvolvimento institucional previsto neste PDI, em termos de finanças, tem como prerrogativas os investimentos iniciais custeados pela mantenedora, bem como o aporte de patrimônio e finanças para a fase inicial do projeto, tudo a partir de documentos disponibilizados no setor administrativo e contábil da IES. São considerados como variantes os investimentos e recursos a partir das políticas de ensino, de pesquisa (iniciação científica) e extensão aqui delineados e as fontes de captação deverão ser gradativamente ampliadas, a saber:

- Matrículas em novos cursos de graduação a serem autorizados;
- Matrículas em cursos de pós-graduação nas áreas diversas da IES;

- Contratos com bancos que ofertam crédito estudantil como o PRAVALER, QUERO BOLSA, etc.

- Cursos de extensão e de qualificação profissional abertos à toda a comunidade.

Assim, os Planos de Investimentos estão fundamentados numa previsão de aumento dos recursos na ordem mínima de 25 % (vinte e cinco por cento) ao semestre, considerando-se as rematrículas e sua ordem de evasão em torno de 20%. Ou seja, este percentual se baseia na projeção anual dos reajustes das mensalidades e na projeção de incremento das receitas devido às rematrículas e abertura de graduação e pós-graduação.

Uma vez garantidos os recursos necessários às despesas de pessoal e de custeio, o “excedente” será investido em ações que visam à recuperação, ampliação, modernização e atualização tecnológica, dotando a Instituição de melhores condições de ensino.

6.7. Sustentabilidade Financeira: Participação da Comunidade Interna

Anualmente o IPLENI fará a sua previsão orçamentária a partir da participação dos seguintes órgãos que dimensionarão as suas necessidades em termos de ensino-pesquisa-extensão:

=> Coordenações de Cursos

=> CEAD – Coordenação de Educação a Distância

=> Biblioteca

=> Diretoria Acadêmica

=> Diretoria Administrativa

=> Marketing e Comunicação

=> Secretaria Acadêmica

=> Núcleo de TI – Tecnologia da Informação

=> CPA – Comissão Própria de Avaliação

Além dos responsáveis por esses órgãos, a IES deverá ter como partícipes do planejamento as seguintes representações: alunos, professores e corpo técnico administrativo.

Desse modo, o IPLENI poderá determinar com maior precisão o direcionamento dos investimentos, bem como a captação de recursos necessárias para o seu desenvolvimento e sustentabilidade.

6.8. Plano de Investimentos

Os Planos de Investimentos estão fundamentados numa previsão de aumento dos recursos na ordem de 25 % (vinte e cinco por cento) ao ano. Este percentual se baseia na projeção anual dos reajustes das mensalidades e na projeção de incremento das receitas devido à abertura de graduação e pós-graduação.

Uma vez garantidos os recursos necessários às despesas de pessoal e de custeio, o “excedente” será investido em ações que visam à recuperação, ampliação, modernização e atualização tecnológica, dotando a Instituição de melhores condições de ensino.

6.9. Previsão Orçamentária

Considerando a flutuação da economia e as expectativas de temporalidade que se estabelecem para o credenciamento da IES, questões estas que não se pode determinar a exatidão dos prazos, pois depende de visitas in loco e um fluxo sem prazosfixos determinado pelo MEC – Ministério da Educação, a IES optou por constituir o seu Plano Orçamentário em documento não estabelecido dentro do PDI, mas disponível a toda a comunidade acadêmica.

Neste plano são considerados os seguintes aspectos em termos de receita:

- a) Recursos Patrimoniais disponibilizados pela mantenedora para o caso de a IES necessitar de sustentabilidade sem contar com os créditos oriundos de matrículas, mensalidade etc, ou para investimentos que a receita não alcançar a partir de recursos da própria IES.
- b) Mensalidades dos cursos protocolados na fase inicial e gradativamente advindos dos novos cursos a serem protocolados durante o quinquênio.
- c) Receitas advindas da Extensão e da Pós-Graduação.

No que diz respeito às despesas fixas, são considerados:

- a) Folha de pagamento do corpo técnico administrativo que gradativamente crescerá decorrer do quinquênio.
- b) Folha de pagamento do corpo docente que gradativamente crescerá no decorrer do quinquênio.
- c) Aluguel do espaço onde funciona a IES.
- d) Luz, Água, Internet e insumos de serviços gerais.

No que diz respeito aos investimentos sistemáticos, mas não fixos são considerados:

- a) Acervo da biblioteca para os cursos iniciais e a serem implantados.
- b) Despesas com a Extensão.
- c) Bolsas de Estudo institucionais.
- d) Marketing e Publicidade.
- e) Compra de equipamentos para atender ao quinquênio.
- f) Melhoria sistemática do mobiliário.
- g) Melhoria sistemática dos recursos tecnológicos.
- h) Investimento em capacitação docente.
- i) Investimento em capacitação do corpo técnico administrativo.
- j) Investimento em pesquisa.
- k) Investimento em tecnologias educacionais.
- l) Dentre outras.

Assim, o documento estará disponível e passível de alterações conforme às necessidades reais da IES, bem como para a apresentação sistemática ao MEC e às avaliações do INEP.

7. INFRAESTRUTURA

7.1. Instalações Administrativas

As instalações administrativas existentes em todas as unidades atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

Além disso, as instalações possuem recursos para internet e equipamentos de informática para uso dos colaboradores.

Vale destacar que há um plano de avaliação e conservação de todos os espaços do IPLENI.

As instalações administrativas do IPLENI são:

| Ambiente |
|-----------------------------------|
| Sala da Coordenação |
| Financeiro |
| RH |
| Direção Administrativo Financeira |
| Coordenação de Curso EaD |
| Coordenação de Curso Presencial |
| Diretoria Acadêmica |

7.2. Salas de Aula

O IPLENI possui salas de aulas que contemplam os cursos de graduação e pós-graduação. As mesmas estão equipadas com cadeiras para destros e canhotos, carteiras para obesos, mesa e cadeira para o professor, lousas, data shows e acesso a internet.

7.3. Auditório

O prédio onde está localizada a IES possui um auditório devidamente planejado e equipado para atender as necessidades da instituição.

7.4. Sala de Professores

A Sala de professores do IPLENI é ampla, possui ar condicionado, frigobar e mobiliário adequado.

O local possui amplo acesso a internet, mesa de trabalho, mesa de reuniões, sofás, bebedouro e outros confortos.

Além disso, a sala possui armário que permite a guarda de materiais dos professores, bem como acesso a internet e equipamentos de informática.

7.5. Espaços para Atendimento aos Discentes

Há vários espaços para atendimento aos discentes no IPLENI e todos atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

Além disso, as instalações possuem recursos para internet e equipamentos de informática para uso dos alunos.

Vale destacar que há um plano de avaliação e conservação de todos os espaços do IPLENI.

Os espaços para atendimento dos discentes do IPLENI são:

- > Sala de coordenação para EaD
- > Sala de coordenação presencial
- > Secretaria acadêmica

7.6. Espaços de Convivência e Alimentação

Os espaços de convivências e de alimentação atendem as necessidades institucionais considerando uma análise sistêmica e global, dos aspectos relacionados a quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação. São adequados às atividades, a acessibilidade, com dimensões necessárias para a integração entre os membros da comunidade acadêmica.

7.7. Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física

Todos os laboratórios do IPLENI serão construídos com plena acessibilidade e possuirão normas de segurança visíveis, bem como móveis ergonômicos que permitirão o estudo com conforto e segurança de alunos e professores.

Atualmente, são disponibilizados os seguintes laboratórios na IES:

- a) Laboratório de Informática

Sendo os seguintes laboratórios a serem disponibilizados no decorrer do quinquênio:

- b) Laboratório de Anatomia

- c) Laboratório de Bromatologia
- d) Laboratório de Técnica Dietética

7.8. Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA

A Sala da CPA possui bancada de trabalho e mesa para reuniões, tendo espaço suficiente que permite um trabalho sigiloso e isento dos participantes.

Vale destacar que são disponibilizados recursos de internet e há o auxílio do Núcleo de TI que busca inovações em termos de softwares e outros meios para o trabalho do grupo.

7.9. Biblioteca: Infraestrutura

Neste momento inicial há uma biblioteca disponibilizada no endereço sede da IES.

A biblioteca tem fácil acesso, inclusive para deficientes, dispõe de mesas para estudo, tanto em grupos quanto estudo individual, salas para estudo em grupo, ainda, possui guarda-volumes para controle do acesso dos discentes às pesquisas.

Vale destacar também os terminais de computadores para acesso a Biblioteca Virtual.

A IES possui uma biblioteca virtual composta de títulos das mais diversas áreas do conhecimento.

O acervo da Biblioteca é composto de livros, periódicos, multimídia e revistas.

No que tange a Periódicos Especializados, o acervo inicialmente conta com vários títulos disponibilizados na forma física e digital.

O sistema de consulta ao acervo está disponível em terminais, onde o usuário realiza a consulta e está totalmente automatizada e gerenciada por software Online.

A Biblioteca dispõe de atendimento específico por profissional técnico em biblioteconomia para auxiliar os usuários na elaboração de trabalhos técnico-científicos, fichas catalográficas, de acordo com as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

As normas gerais de uso das bibliotecas do IPLENI, projetos especiais da biblioteca, plano de contingência e a estrutura organizacional podem ser vislumbradas a partir do regimento da Biblioteca.

7.10. Biblioteca: Plano de Atualização do Acervo

A seleção e a aquisição do acervo bibliográfico são feitas com base na bibliografia arrolada nas ementas dos projetos pedagógicos de cada um dos cursos da Instituição. No entanto, a IES deve constituir novos títulos a partir das bibliografias recomendadas pelas Comissões de Especialistas do MEC/INEP.

Há que se destacar que no Planejamento Institucional a IES prevê que no início e final de cada semestre, os coordenadores de cursos solicitarão novos títulos que serão indicados pelos docentes conforme as suas necessidades e atualização, quando houver. Estas listas serão fruto de reuniões periódicas com professores e alunos dos Cursos de Graduação.

De forma geral, para assegurar a qualidade e atualização do acervo bibliográfico e não bibliográfico, os critérios de seleção e aquisição adotados são:

- Adequação do material aos objetivos do curso e das disciplinas;
- Autoridade do autor e editor;
- Atualização e qualidade do material com idioma acessível aos clientes;

- Conhecimento do acervo;
- Uso de instrumentos auxiliares (catálogos de distribuidores de material informacional).

No regulamento da Biblioteca, há o Plano de Atualização disponibilizado na íntegra, bem como a discriminação de serviços especializados da biblioteca.

7.11. Salas de Apoio de Informática ou Estrutura Equivalente

O acesso dos alunos a equipamentos de informática é feito a partir de laboratório específico destinado às aulas práticas e pesquisa, conforme o cronograma estabelecido e às necessidades dos professores e alunos dentro e extra horário de aula, podendo também ser reservado o serviço com antecipação de, pelo menos, 24 horas.

Inicialmente, há 01 laboratório de informática no IPLENI destinado ao uso em aulas práticas (conforme tabela de horários disponibilizada em cada semestre) e destinado aos estudantes para que aprimorem seus conhecimentos técnicos e executem trabalhos acadêmicos.

A permanência dos estudantes será sempre acompanhada por monitores, em tempo integral, com a finalidade de orientá-los, de acordo com as necessidades instrucionais.

O acesso aos equipamentos do Laboratório de Informática será sempre realizado por ordem de chegada, enquanto houver disponibilidade desses. Cada estudante, assim, pode ocupar um equipamento por 02 (duas) horas consecutivas, inclusive para acessos aos serviços oferecidos pela Internet, podendo renová-las, caso não haja procura por outros estudantes.

7.12. Instalações Sanitárias

O IPLENI disponibiliza instalações sanitárias que atendem plenamente às necessidades institucionais no que diz respeito às condições de higiene, limpeza, segurança e acessibilidade.

7.13. Estrutura dos Polos EaD

Em face às necessidades de regular a expansão dos Polos EaD, o IPLENI construiu um documento balizador para garantir que os conveniados e os polos que serão próprios da IES tenham a qualidade necessária para o atendimento de excelência dos cursos ofertados. Trata-se do documento “NORMAS PARA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE POLOS DE APOIO PRESENCIAL” (ANEXO A ESTE PDI).

Segundo o documento supracitados, a estrutura física, tecnológica e de pessoal dos polos de apoio presencial do IPLENI deve garantir, de maneira excelente, a execução e a realização das atividades previstas nos encontros presenciais e demais atividades realizadas no polo, garantindo condições de acessibilidade a todos os acadêmicos e atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem e à sociedade em geral que participará no contexto educacional do polo.

As instalações devem ser todas acessíveis e possibilitar a realização da metodologia de ensino prevista nos projetos pedagógicos dos cursos de maneira exitosa, propiciando a interação entre docentes, tutores e acadêmicos e possuir os recursos tecnológicos necessários para a realização dos modelos tecnológicos e digitais do processo de ensino e aprendizagem da IES, com diferenciais inovadores e comprovadamente exitosos.

Além disso, a estrutura do polo deve ser organizada de acordo com a demanda de cursos ofertados e número de alunos, sendo que, conforme o público atendido pelo polo, a estrutura deve ser dimensionada e ampliada.

Cada polo de apoio presencial deve possuir em sua estrutura:

a) Sala(s) para a realização das atividades administrativas e de secretaria, com atendentes capacitados para que realizem o acolhimento, o atendimento e a orientação

adequada tanto aos acadêmicos quanto à comunidade em torno do polo.

b) Salas de aula para a realização dos encontros presenciais equipadas com recursos de informática e tecnológicos necessários para a realização das dinâmicas previstas nos PPCs dos cursos ofertados.

c) Laboratórios didáticos específicos, estes somente em polos que ofertam cursos que preveem em seu PPC a realização de aulas práticas. A organização, instalação, manutenção e uso de laboratórios devem ser previstos em manual específico para a atividade.

d) Biblioteca ou ambiente de estudo, com cabines para a realização de estudos individuais e em grupo, acervo físico ou digital de acordo com as referências básicas e complementares descritas no PPC dos cursos ofertados, sistema para controle do acervo acessado tanto presencialmente quanto pelo sistema acadêmico, recursos tecnológicos que favoreçam o acesso à biblioteca virtual de maneira ininterrupta, com um atendimento especializado e acessibilidade plena.

e) Laboratório de informática: com equipamentos suficientes para atendimento da comunidade acadêmica e entorno, softwares, acesso à internet, acessibilidade, com previsão de manutenção e atualização conforme plano da instituição.

f) Área de convivência, organizada para que se ofereça um espaço confortável de interação entre docentes, tutores e acadêmicos em momentos de refeição, café e descanso.

g) Sala de tutoria, como espaço pedagógico e de interação, que pode ser utilizada para reuniões, trabalhos de grupo e planejamento de atividades; é um ambiente para acesso a informações institucionais favorecendo o intercâmbio entre as pessoas.

h) Recursos de tecnologia e comunicação, disponibilizados por meio da estrutura dos laboratórios de informática. Deve haver o acesso dos acadêmicos a hardwares e softwares adequados às necessidades de seu curso, desenvolvimento de suas atividades acadêmicas e uso das ferramentas de comunicação, bem como acesso ao AVA institucional.

i) Organização dos conteúdos digitais realizada por meio do AVA, plataforma Moodle,

desenvolvida e gerenciada pela IES. No AVA devem estar dispostos todos os conteúdos pedagógicos, gestão administrativa, acadêmica e financeira da vida acadêmica dos alunos. Da mesma forma, deve ser um instrumento de suporte pedagógico ao processo de ensino e aprendizagem para o acadêmico com interação síncrona e assíncrona com os diversos atores pedagógicos.

j) Auditório, para a realização de eventos tanto acadêmicos quanto culturais para a comunidade acadêmica e em torno do polo. O polo poderá ter esse espaço em sua instalação própria ou realizar convênios com terceiros na cidade do polo para a realização das atividades previstas.

k) Instalações sanitárias para os públicos femininos e masculinos e também para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

l) Sala de coordenação, destinada ao coordenador e ao diretor de polo para a realização das atividades vinculadas às responsabilidades.

Toda essa organização deve ter uma estrutura física, tecnológica e de pessoal condizente com as atividades desenvolvidas e que dê suporte para que as atividades presenciais e de atendimento aconteçam de maneira excelente.

7.14. Infraestrutura Tecnológica

A base tecnológica da instituição apresenta a descrição dos recursos tecnológicos, considerando a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordado nível de serviço e a segurança da informação para que haja o funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana, de maneira ininterrupta.

Dentre os recursos tecnológicos disponíveis no IPLENI, destacam-se os servidores com fontes e discos redundantes, cluster de virtualização e robô de backup. Esses recursos contam com alimentação de redundância em nobreaks, para garantir a capacidade e a estabilidade de energia elétrica e com uma rede lógica formada por um link de internet de duas operadoras distintas, com infraestrutura de cabeamento estruturado de cobre e fibra óptica, também com redundância.

A instituição conta, ainda, com um datacenter backup virtual (nas nuvens) com espelhamento da infraestrutura básica para garantir a continuidade do serviço em caso de sinistro. O acesso principal ao sistema é permitido somente por meio de login e senha para o pessoal autorizado. O nível de serviço e a segurança da informação são garantidos por meio de protocolos monitorados através de indicadores pela gestão operacional.

O plano de contingência, que garante condições de funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana, é organizado da seguinte maneira:

- Sincronismo, com a cópia dos dados entre o datacenter principal e o datacenter backup.
- Detecção, composto principalmente por software de monitoração, disparando avisos para a equipe técnica avaliar se a próxima etapa deve ser ativada.
- Chaveamento, ativação dos serviços propriamente ditos no datacenter backup durante o failover e posteriormente o failback quando o datacenter principal estiver em condições de ser reativado.

7.15. Infraestrutura de Execução e Suporte

Os serviços de suporte e infraestrutura de TI do IPLENI têm como premissa o entendimento das necessidades da comunidade acadêmica através da definição das estratégias de serviços alinhadas com as necessidades da instituição.

Com base nessa premissa, a missão das áreas de TI passa a ser a entrega de serviços e meios apropriados através de uma operação sustentada por uma equipe qualificada, processos estruturados e ferramentas que ajudam a garantir a disponibilidade da infraestrutura de TI, com um posicionamento estratégico da gestão de serviços, proporcionando um ciclo de melhoria contínua.

Para que os serviços de sustentação do IPLENI tenham a agilidade necessária, é disponibilizado o processo de Help Desk, utilizando ferramenta de chamados, com SLA (Service Level Agreement) definido e agilidade na resposta ao incidente.

A equipe de atendimento procura dar solução do problema de forma imediata, evitando o acionamento de outros níveis da estrutura técnica e, principalmente, fazendo com que o ambiente de TI esteja disponível o mais rápido possível.

Todo o processo de atendimento tem como base as práticas do ITIL (*Information Technology Infrastructure Library*), facilitando o processo de gestão dos níveis de serviços.

Além disso, a IES possui técnicos em locais-chave, facilitando o deslocamento imediato em caso de parada total dos serviços ou uma simples manutenção corretiva.

O IPLENI conta com um plano de contingência, redundância e expansão que busca assegurar a continuidade dos serviços, adotando as seguintes medidas:

- a) Políticas internas: estrutura que contempla políticas, normas, procedimentos, papéis e responsabilidades, visando à implementação de uma gestão de continuidade de negócios efetiva na organização.
- b) Identificação dos processos críticos e análise de impacto nos serviços: é o processo de continuidade de serviços que identifica e mensura uma eventual interrupção operacional e possibilita a determinação das prioridades de recuperação, dos tempos de retomada e das necessidades mínimas de recursos e equipes. A documentação de procedimentos e informações desenvolvida e consolidada é mantida de forma que esteja disponível para utilização em eventuais interrupções, possibilitando a retomada de atividades críticas da instituição em prazos e condições aceitáveis.
- c) Ambiente tecnológico alternativo: a infraestrutura de TI que suporta as operações da IES está instalada no próprio IPLENI e a secundária a partir de Data Center externo (nuvens).
- d) Estratégias de continuidade de serviços: existem duas estratégias implementadas para a continuidade dos serviços em caso de desastre ou interrupção das instalações na Sede, com base na sua peculiaridade de serviço, processos e complexidade onde as pessoas se encontram:
 1. O Servidor está operacional, porém sem acesso físico: a estratégia é recuperar as operações através do acesso remoto a partir do computador pessoal de cada pessoa.
 2. O Servidor não está operacional: a estratégia é recuperar as operações através do acesso remoto em uma posição de desktop disponível no Data Center secundário que não sofreu a interrupção.

- e) Pessoas chaves e ativação do plano: processo realizado pela área de TI. O gestor é responsável por informar as pessoas da sua equipe no caso de uma interrupção e orientá-las quanto aos procedimentos.
- f) Testes de validação: a natureza, o escopo e a frequência dos testes são determinados de acordo com a criticidade dos negócios envolvidos e com as definições dos órgãos reguladores locais. Os resultados dos testes são documentados e periodicamente avaliados, permitindo o aprimoramento contínuo dos procedimentos e gerenciamento de riscos e recuperação.
- g) Avaliação independente: a efetividade do plano é periodicamente avaliada pelo sistema de controles internos.
- h) Revisão: a revisão da documentação ocorre em intervalos planejados ou após qualquer alteração significativa nos processos e serviços. Essas alterações podem decorrer de atualizações, migrações, implantação de novos produtos, novas demandas, entre outras modificações, em que o impacto apurado para cada processo esteja condizente com a realidade dos serviços.

A instituição tem uma infraestrutura de TI de forma a garantir alta disponibilidade de serviço, que cria as condições para o desenvolvimento em médio prazo de um plano de continuidade de serviço eficiente e que atenda às necessidades da instituição. Com isso, a IES possui uma infraestrutura de execução e suporte que atende às necessidades institucionais, porque disponibiliza serviços e meios apropriados para sua oferta e tem, ainda, um plano de contingência, redundância e expansão bem estruturado e adequado às atividades.

7.16. Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos

O IPLENI possui um Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos. Desse modo, a IES planejará anualmente e executará o plano de expansão e atualização dos equipamentos.

Para tanto, serão estabelecidas metas objetivas e mensuráveis por meio de indicadores de desempenho que serão acompanhados e discutidos nas reuniões de planejamento e resultado.

O plano de expansão e atualização resultante desse planejamento apresentará como se dará a viabilidade de sua execução, indicando ações financeiras e técnicas, e como se dará o acompanhamento baseado nas metas objetivas e mensuráveis definidas pela gestão da instituição.

As atualizações de tecnologia, devido ao seu caráter mutável, serão constantemente analisadas visando sempre manter a excelência no nível de serviço, assim, caso seja necessária expansão ou atualização que não conste no plano aprovado inicialmente, o Núcleo de TI tomará as ações necessárias de correção e as aprovará com a gestão superior.

7.17. Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

Os recursos de tecnologias de informação e comunicação do IPLENI asseguram a execução dos objetivos institucionais e viabilizam as ações acadêmico-administrativas, garantindo a acessibilidade comunicacional, permitindo a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica, com soluções tecnológicas comprovadamente inovadoras.

As TIC desenvolvidas pela IES garantem a acessibilidade digital e comunicacional, promovem a interação e a colaboração entre acadêmicos, tutores internos e externos, professores de disciplinas, coordenador do curso, técnico-administrativos, assim como entre os próprios acadêmicos, para poderem fortalecer o processo de ensino e aprendizagem.

Entre os recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, encontram-se:

AVA: conjunto de elementos tecnológicos capazes de potencializar a construção de conhecimento através da interação e interatividade – assíncronas e síncronas – entre acadêmicos e formadores envolvidos no processo de ensinar e aprender, sem a necessidade de dividirem os mesmos espaços geográficos. A plataforma também pode ser utilizada por acadêmicos com deficiência, tendo o auxílio de programas de leitura – a

exemplo do DOSVOX e NVDA –, garantindo o acesso aos documentos para leitura (exceto documentos de imagens), bem como recursos de páginas responsivas e adaptativas a seus dispositivos.

Atendimento On-line: é uma ferramenta síncrona, que permite a conversa em tempo real entre os acadêmicos, o professor da disciplina e o tutor a distância. O canal de comunicação possibilita aos acadêmicos esclarecerem dúvidas pedagógicas e interagirem com a tutoria do curso. Ainda, podem agendar um bate-papo, que permite a interação virtual, em tempo real, a respeito de um assunto de interesse relacionado ao curso e/ou disciplina específica.

Atendimento de contato por mensagens: é o espaço em que o acadêmico registra suas experiências ao longo do curso e esclarece dúvidas pedagógicas e administrativas.

Atendimento por protocolo: é um canal de comunicação utilizado pelo acadêmico para solicitar um atendimento específico aos diferentes setores.

Fórum: oportuniza momentos de discussão, com o objetivo de construir uma maior solidez teórica sobre os temas abordados nas disciplinas do curso. O fórum pode ser considerado o espaço privilegiado da disciplina e/ou curso, pois permite a ampliação do conhecimento por meio de leituras, promove momentos de pesquisas e o resgate de vivências dos acadêmicos participantes e, ainda, desenvolve a criticidade e contribui na organização das ideias. É um espaço que oportuniza discussões, reflexões e interações de maneira assíncrona entre os acadêmicos, professores e tutores, que, de forma colaborativa, constroem o conhecimento.

Mural de avisos: permite visualizar os avisos gerais disponibilizados aos acadêmicos. Sempre que existem novas informações, esse mural é atualizado e as notícias podem ser acessadas pelos acadêmicos, tutores e professores do curso. Vida acadêmica: a ferramenta possibilita ao acadêmico visualizar atividades que serão desenvolvidas, informações referentes à situação acadêmica, o andamento das solicitações por meio de requerimento com relação à matrícula e rematrícula, convalidações, solicitação de colação de grau etc.

Atendimento Via Whatsapp: o atendimento via whatsapp é automático e está disponível no aplicativo da IES. É um canal de comunicação de uso livre e gratuito para o acadêmico

utilizar no processo de aprendizagem. Com atendimento do professor da disciplina e tutor do curso, orientam via whatsapp o acadêmico em suas dúvidas, proporcionam uma reflexão a respeito do seu processo de aprendizagem, instigam-no a pensar e encontrar as respostas para os questionamentos conforme habilidades e competências propostas no PPC. Além disso, o canal de comunicação permite ao acadêmico resolver pendências financeiras, administrativas e o contato com os demais setores do CEAD, conforme necessidade específica.

Sistema de Mensagens via telefonia celular: é um recurso tecnológico de comunicação que permite ao acadêmico receber novidades envolvendo a instituição e demais informações pertinentes ao seu curso.

Contato por e-mail: é um recurso de comunicação e informações que dizem respeito ao curso. O canal se destina ao contato de acadêmicos que desejam ingressar no curso, bem como acadêmicos, articuladores, professores de disciplina e tutores e intérpretes educacionais que desejam informações do curso.

Webconferências: permitem a realização de capacitações e formações continuadas envolvendo toda a equipe da instituição, além de permitirem a socialização de importantes ações com a comunidade acadêmica. Os encontros virtuais são realizados via internet, por meio de um aplicativo ou serviço com possibilidade de compartilhar apresentações, vídeos, textos, arquivos e transmitir a voz de cada participante conectado, gerando acessibilidade a todos os públicos.

Skype for business da Microsoft: também é uma ferramenta utilizada pelos colaboradores no desempenho de suas atividades administrativas e que garante comunicação efetiva entre acadêmicos e entre colaboradores com qualidade e auditoria.

Livro digital: é o livro didático do acadêmico, porém, digital. Possibilita acesso ao conteúdo pedagógico com recursos de mídia (filmes, gráficos, testes etc.), acessível através de smartphone, tablets, notebooks e desktop.

Vídeo da disciplina: é uma das formas midiáticas utilizadas para complementar o aprendizado do acadêmico. Para cada módulo da disciplina, um vídeo é elaborado, gravado e disponibilizado aos acadêmicos no AVA.

7.18. Ambiente Virtual de Aprendizagem-AVA

Ainda na condição de se observar as atividades EaD, a estrutura pedagógica apresenta ferramentas que propiciam a interação entre docentes, tutores e acadêmicos.

Essa interação ocorre por meio das seguintes estruturas: Whatsapp (via aplicativo), e-mail, Ambiente Virtual de Aprendizagem (atendimento on-line, protocolo de atendimento, contato, fórum, enquete, vídeos, trilhas de aprendizagem, objeto de aprendizagem, professor de plantão e livro didático virtual) e webconferências.

Os procedimentos e as formas de utilização dessas estruturas podem ocorrer de modo síncrono ou assíncrono entre os atores pedagógicos.

Sincronicamente, o acadêmico utiliza o atendimento via chat online, whatsapp do aplicativo, Tutor anjo on-line ou tutor de plantão para, por exemplo, sanar dúvidas com relação ao conteúdo que está estudando e solicitar orientação para o desenvolvimento da prática. As interações síncronas também acontecem por meio de webconferências entre o docente e os tutores presenciais para esclarecimentos acerca do conteúdo das disciplinas. O atendimento telefônico é uma ferramenta que pode ser utilizada pelo tutor presencial ou acadêmico para solicitar orientações ao docente sobre o conteúdo das disciplinas do curso e das práticas. Esse mesmo canal de comunicação permite ainda esclarecimentos sobre: preenchimento do diário de classe on-line, correção das avaliações e validação das atividades complementares (atividades de complementação profissional) e atividades de extensão.

Todos esses esclarecimentos podem acontecer também de maneira assíncrona, por meio de e-mail ou do Fórum de mensagens. A mediação assíncrona acontece quando o acadêmico utiliza os diferentes mecanismos para esse tipo de mediação. A instituição possui e-mails, os protocolos de atendimento e, ainda, as solicitações feitas por meio de requerimentos no polo de apoio presencial.

Outros mecanismos podem ainda ser destacados dentro do processo assíncrono: o acesso à disciplina, que permite a mediação por meio do livro didático virtual, do vídeo da disciplina e material de apoio. Além disso, ocorre a mediação assíncrona por meio dos fóruns, que buscam estimular a socialização de ponderações dos acadêmicos, docentes,

tutores internos e externos sobre determinado tema de reflexão.

8. TÓPICOS ADICIONAIS DO PDI

Conforme pôde ser visto a partir dos valores estabelecidos pelo IPLENI neste Plano de Desenvolvimento Institucional, o aluno é a razão de ser da IES. Essa prerrogativa se dá a partir do entendimento dos envolvidos na constituição da IES de que a principal tarefa da Educação é despertar em seus alunos as suas potencialidades, desejos e interesses próprios diante da totalidade do conhecimento humano. Isso significa reforçar a ideia de uma formação humana ampla, que contemple todas as áreas do conhecimento.

Se há múltiplos interesses entre os professores que os fizeram optar por suas respectivas áreas de atuação, estes também existem para os alunos, garantindo-lhes o acesso à multiplicidade do conhecimento e estimulando à construção de uma realidade idiossincrática vivida por todos os seres humanos.

Acredita-se que seja necessário, então, fazer com que nossa prática educacional esteja conscientemente preocupada com a promoção da transformação social e não com a sua manutenção de forma inconsciente e não refletida. Para isso, precisa-se ter clareza sobre as ações e que estas reflitam decisões cada vez mais explícitas sobre o fazer pedagógico.

Contudo, estamos buscando construir um processo contínuo no qual se possa não só avaliar o ser humano em sua totalidade (afetiva, social, motora-corporal e cognitiva) como também orientá-lo na busca dessa profissionalização.

Por fim, para que estes pressupostos se tornem realidade, abaixo detalhamos as perspectivas do IPLENI acerca dos seus discentes, as quais abrangem as formas de acesso, matrícula e transferência, que podem ser vislumbradas também no Regimento Geral Interno.

8.1. Formas de Acesso, Matrícula e Transferência

O ingresso nos cursos do Instituto Plenitude Educação é realizado mediante processo seletivo da IES, ENEM-Exame Nacional do Ensino Médio ou aproveitamento de estudos.

Por processo seletivo entende-se a admissão aos cursos de graduação, aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, nos termos do disposto na legislação aplicável e no Regimento Geral Interno da IES, a saber:

- Exame Vestibular Geral: Trata-se de prova que abrange conhecimentos gerais e redação, em data especificada semestralmente em edital do Instituto Plenitude Educação, visando reunir grupos de candidatos que irão ser selecionados pela mesma prova. O exame em questão abrangerá tanto a Sede da IES, quanto os polos de apoio presencial.

- Vestibular Agendado: Trata-se de prova que pode ser agendada pelo aluno, em dias e horários pré-determinados pela Faculdade, visando preencher vagas ociosas dos cursos e/ou candidatos, quando for o caso. A prova poderá ser agendada tanto na Sede da IES, quanto nos polos de apoio presencial.

- ENEM: A partir de Edital, a IES determina semestralmente as notas de corte de alunos que participaram do ENEM nos últimos 3 anos, para que possam concorrer a vagas nos cursos de graduação da IES.

Por aproveitamento de estudos entende-se a admissão por meio de:

- Transferência de aluno de outra instituição de ensino superior: o IPLENI poderá aceitar transferência de aluno procedente de cursos idênticos ou afins aos seus, mantidos por instituições nacionais de ensino devidamente autorizadas ou reconhecidas nos termos da legislação vigente, ou por instituições idôneas de países estrangeiros, tanto alunos vindo de cursos EaD quanto presenciais, em plena compatibilidade;

- Ingresso de portadores de diploma de curso superior que desejam obter novo título: Poderá ser aceita a matrícula de portadores de diploma de curso superior devidamente registrado para obtenção de novo título;
- Complementação de estudo, para obtenção de nova habilitação, em um mesmo curso de graduação: O diplomado que desejar a obtenção de nova habilitação ou ênfase no mesmo curso em que se graduou, poderá requerer matrícula para complementação de estudos, verificada a existência e a oferta de vagas, definidas pelo Colegiado do Curso;
- Ingresso de ex-alunos que abandonaram o curso ou cancelaram sua matrícula, nos termos do Regimento Geral;
- Transferência interna: Poderá requerer transferência de curso o aluno que esteja regularmente matriculado no Instituto Plenitude Educação. Esse requerimento deve ser deferido pelo Colegiado e Coordenação de Curso e deverá ser feito o mesmo procedimento de aproveitamento de estudos da transferência externa.

O detalhamento das formas de ingresso e critérios específicos para a admissão no Instituto Plenitude Educação integra o Regimento Geral Interno da IES.

8.2. Ações de Promoção de Acessibilidade e de Atendimento Diferenciado a Portadores de Necessidades Especiais

Atenta ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas às dependências da IES, o IPLENI constituiu políticas que visam a acessibilidade e atendimento prioritário.

Trata-se de ações de Promoção de Acessibilidade e Atendimento Prioritário que tem como objetivo promover a acessibilidade e inclusão de acadêmicos com necessidades especiais matriculados na instituição, assegurando-lhes o direito de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem, por meio da acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e às comunicações e informações, bem como oferecer o

atendimento prioritário e tratamento especial para acadêmicos e usuários em geral em situações que os impossibilitem de frequentar as aulas ou de constituir processos dentro da IES.

Entende-se por acadêmicos com necessidades especiais aqueles que apresentam problemas de deficiência física/motora, sensorial visual e auditiva; Atendimento Prioritário aquele dispensado às gestantes, aos idosos e pessoas com crianças no colo; Tratamento Especial aquele dispensado aos acadêmicos que por motivo de saúde fica impossibilitado de frequentar às aulas.

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS OFERECIDOS

A instituição no que se refere a infraestrutura e serviços oferecidos, considerando os dispositivos legais existentes, proporciona aos seus acadêmicos a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos acadêmicos e das edificações, a saber:

Para Usuários Com Deficiência Física/ Motora:

- I. Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do acadêmico permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo, como: salas de aulas, laboratórios, sanitários, biblioteca, copiadora, cantina, serviços administrativos, coordenações e áreas de convivência.
- II. Acesso ao andares através de rampas ou elevadores.
- III. Delimitação de vagas em estacionamento na porta da faculdade.
- IV. Construção de rampas com corrimão, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- V. Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas, sinal de emergência, sanitário especial e barras de apoio.
- VI. Colocação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Para os usuários com Deficiência Visual:

- I. Mapeamento dos espaços de circulação – da entrada e calçada da faculdade até o seu interior.
- II. Identificação dos espaços acadêmicos em braile
- III. Colocação de anel tátil nos corrimãos
- IV. Placa de início e final de corrimãos.
- V. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:
 - a) Computador com teclado Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz;
 - b) Gravador e fotocopiadora que amplie textos;
 - c) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;
 - d) Software de ampliação de tela do computador;
 - e) Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;
 - f) Lupas, régua de leitura;
 - g) Scanner acoplado a computador;
 - h) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Para os usuários com Deficiência Auditiva:

- I. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, apoio aos acadêmicos portadores de deficiência auditiva.
- II. Haverá serviços de tradutor e intérprete da LIBRAS, quando necessário e outras iniciativas, como:

- a) Colocação de LIBRAS como componente curricular obrigatório para os cursos no quais está previsto em lei;
- b) Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando-se o conteúdo semântico;
- c) Aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita;
- d) Incentivo para que os bibliotecários conheçam LIBRAS;

Os Meios de Comunicação e Informação:

Sabe-se que os recursos tecnológicos, multimeios, multimídias, jornal, celular, blogs, produções audiovisuais, leituras youtube, vídeos, rádio, quadrinhos, livros etc., estão sendo utilizados com maior frequência nos espaços acadêmicos, exigindo da equipe pedagógica capacitações que possibilitarão sua mediação na aprendizagem de formamais segura e eficaz.

Para que todos tenham acesso às novas tecnologias de informação e comunicação será garantida à equipe pedagógica capacitações frequentes e além disso, outras ações, tais como:

- a) Disponibilização de recursos visuais multimídias através da tecnologia da informação e comunicação.
- b) Atualização do site institucional para atender condições de ampliação da tela e texto, melhorando a acessibilidade do site.
- c) Disponibilização de telefone com transmissão de textos.
- d) Implantação de sinalização nas rotas de fuga e saídas de emergência com informações visuais e sonoras para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- e) Providências para manutenção e sinalização das vias de circulação interna da instituição.
- f) Implantação de sinalização, incluindo mapas táteis, para deficientes visuais.

Faz-se necessário oportunizar momentos de ajuda técnica especializada à equipe pedagógica quanto às orientações para o uso de multimeios e mídias adaptadas na didática docente para o acadêmico com surdez que acessibilizarão o conteúdo curricular, em nome

da educação de qualidade para todos.

A faculdade se compromete a organizar sala com recursos multifuncionais que se constitui como espaço de promoção da acessibilidade curricular aos discentes dos cursos da instituição, onde se realizarão atividades da parte diversificada, como o uso e ensino de códigos, linguagens, tecnologias e outros aspectos complementares à escolarização, visando eliminar barreiras pedagógicas, físicas e de comunicação.

Nessas salas, os discentes poderão ser atendidos individualmente ou em pequenos grupos, sendo que o número de acadêmicos por docente no atendimento educacional especializado deve ser definido, levando-se em conta, fundamentalmente, o tipo de necessidade educacional que os acadêmicos apresentam.

ATENDIMENTO PRIORITÁRIO

Fica garantido atendimento prioritário, conforme dispositivos legais, às gestantes e idosos.

Essa prática inclui:

- a) Divulgação, em lugar visível, do direito ao atendimento prioritário.
- b) Disponibilidade de assentos de uso preferencial sinalizados.
- c) Preferência no atendimento.

TRATAMENTO ESPECIAL

Existem casos excepcionais em que o acadêmico incapacitado de frequentar os trabalhos escolares, nos termos da Lei, para resguardar o seu direito à Educação, terá assegurado um regime de exercícios domiciliares. Esse tratamento especial consiste na atribuição, ao acadêmico, de exercícios domiciliares, com indicação e acompanhamento docente, para compensar sua ausência às aulas. Igualmente, a critério da Coordenação do Curso o acadêmico poderá prestar, em outra época, os exames que ocorrerem no período de afastamento.

Podem se beneficiar deste regime de tratamento especial:

a) acadêmicos portadores de afecções congênitas ou adquiridas, doenças infectocontagiosas, traumatismos ou outras condições mórbidas que impeçam, temporariamente, a frequência às aulas, “desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes” e que “a duração não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico”, incluindo, entre outros, os quadros de “síndromes hemorrágicas, asma, cartide, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas etc. (Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, convalidado pelo Parecer CNE/CEB n. 6, de 7 de abril de 1988;

b) alunas grávidas, a partir do 8º (oitavo) mês de gestação e durante 3 (três) meses. O início e o fim do período permitido para o afastamento será determinado por atestado médico apresentado a instituição. Em casos excepcionais mediante comprovação também por atestado médico, poderá ser aumentado o período de afastamento, antes depois do parto. Será sempre assegurado, a essas acadêmicas, o direito de prestar os exames finais (Lei n. 6.202, de 17 de abril de 1975).